

ISSN - 2236-0530

Volume 28 | Número 1

Revista Brasileira de
Sexualidade Humana
JANEIRO A JUNHO DE 2017

DISTRIBUIÇÃO RESTRITA. USO NÃO COMERCIAL.



Sociedade Brasileira de Estudos em Sexualidade Humana

Volume 28 | Número 1

Revista Brasileira de
Sexualidade Humana
JANEIRO A JUNHO DE 2017



Sociedade Brasileira de Estudos em Sexualidade Humana



Sociedade Brasileira de Estudos
em Sexualidade Humana

DIRETORIA DA SBRASH PARA O BIÊNIO 2016/2017

Presidente – Itor Finotelli Jr (SP)
Vice-Presidente – Raquel Varaschin (PR)
Secretário Geral – Marlon Daniel Mattedi (SC)
Diretora-Tesoureira – Yeda Maria Portela (RJ)
Diretor de Titulação – Lina Wainberg (RS)
Diretora de Publicação – Ana Cristina Canosa Gonçalves (SP)
Diretora de Relacionamento – Sheila Reis (RJ)

REVISTA BRASILEIRA DE SEXUALIDADE HUMANA

Órgão Oficial de Divulgação Científica da Sociedade Brasileira de Estudos em Sexualidade Humana (SBRASH)

EDITORA GERAL: Ana Cristina Canosa Gonçalves (SP)

EDITOR ASSISTENTE: Hugues Costa de França Ribeiro (SP); Ítor Finotelli Jr. (SP)

INDEX ISSN 2236-0530 Periódico indexado em: Edubase (Faculdade de Educação/Unicamp – São Paulo/Brasil)

CONSELHO EDITORIAL DA REVISTA BRASILEIRA DE SEXUALIDADE HUMANA

Arnaldo Barbieri Filho (SP) – HCFMUSP	Rafael Garcia Álvarez (Rep. Dominicana - DOM) - UASD
Cléber Lizardo de Assis (RO) - FACIMED	Ronaldo Zacharias (SP) - UNISAL
Débora Brandão Bertolini (SP) – FFCLRP - USP	Sandra Cristina Poerner Scalco (RS) - UFRGS
Geraldo de Faria (SP) – Master Clínica	Sidney Glina (SP) – FMABC
Patrícia Alexandra S. S. do Valle (RJ) - IFRJ	Tereza Cristina Pereira Carvalho Fagundes (BA) -UFBA
Pedro Nobre (Portugal-PT) - FPCEUP	Yeda M. A. Portela – (RJ) ACADEPOL

REDAÇÃO E ENVIO DE ORIGINAIS

A/C Editora Geral: Ana Cristina Canosa Gonçalves – publicacao@sbrash.org.br

PROJETO GRÁFICO E CAPA

Capa - Ancelmo Vancetto Neto (SP) - ancelmo.vancetto@gmail.com
Projeto Gráfico – Marcos Fernandes (RJ) – marcosfernandespp@gmail.com

REVISÃO

Deborah Quintal (SP) – debyquintal@gmail.com

PRODUÇÃO EDITORIAL

Edição SBRASH – www.sbrash.org.br

07 EDITORIAL

09 TRABALHOS DE PESQUISA

O CORPO FALA: UNIVERSO DAS TRAVESTIS

THE BODY SPEAKS: UNIVERSE OF THE TRANSVESTITES

Matheus Henrique Souza Alves; Maria Cristina de Moura-Ferreira

23 ORIENTAÇÃO SEXUAL PARA PESSOA COM LESÃO MEDULAR

SEXUAL ORIENTATION FOR PERSON WITH SPINAL CORD INJURY

Marco Antônio Nogueira Magalhães; Juliana Caldas de Souza; Fernanda Miranda de Oliveira

31 RELAÇÕES SEM COMPROMISSO ENTRE ADOLESCENTES

RELATIONS WITHOUT COMMITMENT AMONG TEENS

José Roberto da Silva Brêtas; Silvia Piedade de Moraes; Luiz Fabiano Zanatta; Maria José Dias de Freitas; Ana Maria Limeira de Godoi; Lais de Souza Ricardo

39 OPINATIVOS E DE REVISÃO

UM OLHAR *QUEER* SOBRE A EDUCAÇÃO SEXUAL

A *QUEER* VIEW ABOUT SEX EDUCATION

Érick Roberto Freire de Araújo Silva; Fátima Elisabeth Denari

49 RELAÇÕES NÃO MONOGÂMICAS: A ANÁLISE DO *COMPERSION* NA RELAÇÃO POLIAMOROSA

NON-MONOGAMOUS RELATIONSHIPS: ANALYSIS OF *COMPERSION* IN POLYAMOROUS RELATIONSHIP

Maria Juceli de Carlos Ramos

57 HOMOFOBIA E MISOGINIA NA ANTIGUIDADE: GENEALOGIA DA VIOLÊNCIA

HOMOPHOBIA AND MISOGYNY IN ANTIQUE: GENEALOGY OF VIOLENCE

Felipe Adaid

69 REFLEXÕES ACADÊMICAS SOBRE O ESTUPRO MARITAL ATRAVÉS DA HISTORICIDADE

DA VIOLÊNCIA SEXUAL E DE GÊNERO

ACADEMIC REFLECTIONS ABOUT MARITAL RAPE THROUGH THE HISTORICITY OF

SEXUAL VIOLENCE AND GENDER

Breno Rosostolato

77 RESENHA DE TESE

“QUEM É HOMOSSEXUAL CARREGA CONSIGO O FARDAMENTO DO PRECONCEITO”:

VIOLÊNCIAS CONTRA ADOLESCENTES E JOVENS HOMOSSEXUAIS E A REDE DE APOIO SOCIAL

Iara Falleiros Braga

Por Marta Angélica Iossi Silva

79 RESENHA DE LIVRO

MULHERES QUE NÃO FICAM SEM PILHA: COMO O CONSUMO ERÓTICO FEMININO

ESTÁ TRANSFORMANDO VIDAS, RELACIONAMENTOS E A SOCIEDADE

Luciana Walther

Por Nathalia Ziemkiewicz

81 ENTREVISTA

Entrevista com o João W. Nery

Por Raquel Simone Varaschin

EDITORIAL RBSH 2017 28(1)

Esse número da Revista Brasileira de Sexualidade Humana traz artigos com temáticas bastante atuais. Embora tenhamos acompanhado na sociedade brasileira um discurso de ódio bastante forte contra os estudos de gênero, a expressão não binária e a liberdade feminina, são essas as temáticas que têm atraído os profissionais de diversas áreas a fim de compreendê-las e apoiá-las, no sentido acadêmico.

Como podem observar no sumário, boa parte dos artigos que foram submetidos à revista no último ano, versam sobre grupos que compõe a diversidade sexual, que agora encontram expressão, não só como manifestação de realidade ou identidade mas, também como agentes que mobilizam propostas de ação educativa.

Também são apresentados nos textos as transformações na maneira de a sociedade pensar as relações amorosas e o comportamento sexual.

Certos de que a sexualidade é diversa, plural e que contempla várias dimensões da vida humana, esperamos que a leitura seja agradável e reforce princípios democráticos, éticos e de apoio à cidadania e aos direitos humanos.

Um abraço,

Ana Canosa
Editora da RBSH
Diretora de Publicações da SBRASH
Gestão 2016-2017

TRABALHOS DE PESQUISAS

O CORPO FALA: UNIVERSO DAS TRAVESTIS

Matheus Henrique Souza Alves¹; Maria Cristina de Moura-Ferreira²

THE BODY SPEAKS: UNIVERSE OF THE TRANSVESTITES

Resumo: Pesquisa prospectiva, exploratória, de natureza quanti-qualitativa, que teve por objetivo caracterizar o ser travesti na população de profissionais do sexo em atividade, segundo variáveis demográficas, socioeconômicas e fatores de risco para doenças sexualmente transmissíveis. Amostra composta por 12 travestis que têm como profissão a prostituição. Após a análise e interpretação dos dados coletados, as variáveis demográficas e socioeconômicas das travestis entrevistadas revelaram que 41,6% das participantes têm entre 21 a 25 anos de idade; em relação a renda mensal, 33,3% ganham mais de R\$ 3.001; no grau de escolaridade houve variação de 41,7% com ensino médio completo e 33,3% com ensino fundamental completo; quando questionadas sobre a prostituição, 83,4% das entrevistadas pensam em sair da prostituição; a violência mais verificada foi a verbal, com 58,3%. As questões que permeiam o uso de álcool e outras drogas pelas travestis revelou que 91,7% das participantes usaram ou ainda usam algum tipo de droga, sendo maconha/cigarro o maior índice, com 50%. Os dados qualitativos submetidos à Análise de Conteúdo de Bardin (2011), geraram 9 categorias. Consideramos que a pesquisa apresentou uma visão sobre o mundo das travestis que têm como profissão a prostituição, colaborando para um olhar mais respeitoso sobre a opção e sobre as transformações realizadas em seu corpo enquanto travesti.

Palavras chaves: prostituição; corpo; travestis

Abstract: A prospective, exploratory, quantitative-qualitative study that aimed to characterize being a transvestite in a population of active sex workers, according to demographic and socioeconomic variables as well as the risk factors for sexually transmitted. Sample composed of 12 transvestites whose profession is prostitution. After analyzing and interpreting the collected data, the demographic and socioeconomic variables of the transvestite's interviewed revealed that 41.6% of the participants had an age between 21 and 25 years of age, in relation to the monthly income, 33.3% earned more than R\$3,001 in education, there was a 41.7% increase in high school and 33.3% in elementary school, when questioned about prostitution, 83.4% of the women interviewed thought they would quit prostitution, violence Was verified verbal, with 58.3%. The questions that permeate the use of alcohol and other drugs by transvestites revealed that 91.7% of the participants used or still use some type of drug, with marijuana / cigarette being the highest index with 50%. The qualitative data submitted to the BARDIN Content Analysis (2011), generated 9 categories. We consider that the research presented a vision about the world of transvestites, whose profession is prostitution, collaborating for a more respectful look at the option and the transformations carried out in her body as a transvestite.

Keywords: prostitution; body; transvestites

¹Graduado em Enfermagem – UFU – Av. Pará, 1720 – Bloco 2U, sala 16 – Campus Umuarama – Uberlândia-MG. CEP: 38400-902. E-mail: matheus_enfe@hotmail.com

²Professor Associado I do curso de graduação em Enfermagem – UFU – Uberlândia – MG. Especialização em Sexualidade Humana no Contexto da Assistência à Saúde.

Introdução

Hoje em dia temos tantas formas de feminilidades que seria ingênuo ainda acreditar que existe uma categoria uniforme do que seja feminino. Com todas as mudanças, o que vemos hoje é um emaranhado de sujeitos contendo aspectos que estariam classificados como femininos e outros que não estariam. Apesar das diferenças, todos os seres humanos merecem igual respeito, como únicos entes capazes de amar, descobrir a verdade e criar a beleza, apesar das inúmeras diferenças biológicas e culturais que existem entre si (COMPARATO, 2007).

A determinação das travestis em modificar o corpo, a personificação da ambiguidade entre masculino e feminino, a explicitação de sua condição sexual e por lhes restar, quase sempre, o trabalho como profissionais do sexo, torna-as bastante estigmatizadas (BENEDETTI, 2005). No que diz respeito à infecção pelo vírus HIV/Aids, as travestis têm uma vulnerabilidade maior que os outros grupos sociais. (AYRES et al., 1999)

As travestis desafiam toda a instituição social da rigidez da identidade de gênero. Têm um corpo construído a partir dos seus desejos, que não se enquadra em nenhuma das categorias pré-estabelecidas (homem ou mulher) porque contém, ao mesmo tempo, fragmentos das duas. As mudanças no corpo objetivam chegar a um ponto que não pode ser considerado uniforme, em todos os casos, e que é constantemente afetado pelos padrões de beleza, pelas necessidades de trabalho e por tantos outros fatores. Isso torna o processo constantemente reinventado e o ponto de chegada muito difuso e provavelmente inexistente. Esses grupos geralmente se organizam para defender seus interesses, ressaltando suas singularidades, uma vez que, às travestis são impostas muitas limitações, sendo a mais presente, a não participação integral com igualdade de direitos, que requer das mesmas reivindicações de seus direitos com o propósito de conferir um novo sentido à noção de cidadania (COMPARATO, 2007).

Em se tratando de travestis que trabalham como profissionais do sexo, hoje a prostituição é mais frequente na região urbana, sendo mais difícil a localização em “cabarés” em arredores das cidades. Dessa forma, o controle de saúde das profissionais do sexo fica mais acessível visto que, atualmente, há uma preocupação do governo com a prevenção das Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs) nesse grupo de

trabalhadoras, essas pessoas são periodicamente submetidas a exames médicos preventivos e acompanhadas na distribuição gratuita de preservativos (REVERÓN, 2008).

De acordo com Benedetti (2005), o processo de transformação corporal e o início da travestilidade acontecem geralmente muito cedo, no início da adolescência, porém de formas e por razões que são variadas. Esse processo de feminilização corporal e social é denominado “montagem”, na linguagem utilizada pelas travestis. Na grande maioria das vezes, acontece por intermédio de outra travesti que “ensina” como fazer a transformação aos poucos, por algumas medidas tomadas pela pessoa que deseja se transformar.

Na diferenciação entre travestis, transexuais e homossexualidade temos que travestis são pessoas que usam vestimentas do sexo oposto para satisfazer a experiência de pertencer ao sexo oposto; e transexuais são pessoas que não aceitam o sexo que ostentam anatomicamente. Já a homossexualidade é definida como atração afetiva e sexual por pessoa do mesmo sexo. Depende da orientação sexual que é considerada como atração afetiva e/ou sexual de uma pessoa pela outra (BRASIL, 2004).

As travestis investem muito em seus corpos (tempo, conhecimento, dinheiro) quando decidem transformá-los. É no corpo que a marca do masculino e do feminino aparece, tanto pela ordem do biológico, ou seja, do sexo, quanto pelas representações que temos sobre ele, e, neste sentido, ele é um produto social, pois está na ordem da linguagem, portanto da cultura, não havendo como separar o que é simbólico do que é real. Para as travestis, o corpo é, sobretudo, uma linguagem; confere-lhes um lugar social. É no corpo que as travestis se constituem enquanto sujeitos (BENEDETTI, 2005).

As transformações do menino para a travesti começam lentamente e as características corporais são consideradas fundamentais para a diferenciação de gênero, nesta “fabricação do feminino”. Assim, iniciam-se as transformações por partes do corpo que seriam mais fáceis de modificar e também reversíveis, como por exemplo, as mãos e os cabelos, embora também tenham a função de se identificarem gradativamente com atributos femininos, caracterizando um período de transição. Neste momento, a maquiagem começa a ter importância fundamental,

pois além de ser uma marca do feminino, tem a função de esconder os atributos masculinos. O batom vermelho é o principal produto pois é a maior marca do feminino, uma vez que carrega a representação da sensualidade e da sedução supostamente irresistível para os homens (BENEDETTI, 2005).

Segundo Dallari (2004), na montagem do feminino não pode faltar os sapatos de salto, frequentemente muito altos, pois é uma importante marca do feminino do qual as travestis não abrem mão mesmo tendo que suportá-los de 6 a 10 horas por dia, circulando pelas ruas durante o trabalho de prostituição.

Segundo Silva (2007), é o nascimento de um novo corpo, porém não um corpo de mulher, pois tem características e atributos diferentes. "É um corpo de travesti" (BENEDETTI, 2005a, p.73). Contudo, nesta nova fase os riscos à saúde aumentam pela falta de condições adequadas do uso de alguns métodos.

Objetivos

- Geral:

Caracterizar o ser travesti na população de profissionais do sexo em atividade em Uberlândia - MG, segundo variáveis demográficas e socioeconômicas, bem como os fatores de risco para doenças sexualmente transmissíveis nessa população, verificando os sentimentos e dificuldades enfrentadas.

- Específicos:

Levantar as variáveis demográficas e socioeconômicas e os fatores de risco para doenças sexualmente transmissíveis às quais elas estariam mais vulneráveis; identificar a percepção, os sentimentos e as dificuldades enfrentadas pelas travestis e verificar como as travestis são atendidas/os quando buscam ajuda em uma Unidade de Saúde.

Método

Pesquisa prospectiva, exploratória, de natureza quanti-qualitativa, que teve por objetivo caracterizar o ser travesti na população de profissionais do sexo em atividade. Adotamos a Análise de Conteúdo de Bardin (2011) como guia na aproximação à experiência vivida pelas travestis e o seu caminhar no universo da prostituição.

A pesquisa foi realizada em uma residência que tem como moradoras travestis que exercem

a profissão de prostituição em Uberlândia-MG. A população do estudo foi constituída de 30 travestis, sendo que a amostra foi de 12 travestis.

Adaptamos o instrumento de Gomes (2009) com algumas alterações de acordo com os objetivos traçados para esta pesquisa e que gerou o instrumento para coleta dos dados que denominamos Roteiro de Entrevista para a Coleta de Dados Adaptado de Gomes (2009). Nele constam os itens: dados pessoais, educação escolar, família, corpo, drogas, social e pessoal, mercado de trabalho e prostituição, riscos DST/AIDS e violência. As entrevistas foram gravadas e ocorreram de forma individual, preservando assim o sigilo e anonimato das informações prestadas pelas participantes.

Foram incluídas na pesquisa todas as garotas de programa travestis que aceitaram participar da pesquisa e após leitura e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Foram excluídas as garotas de programa do sexo feminino e masculino e as travestis que não aceitaram participar da pesquisa.

A Coleta de Dados ocorreu por meio de visitas no imóvel utilizado pelas travestis que tem como profissão a prostituição; elas foram realizadas no período de maio a setembro de 2016. Vale ressaltar que as entrevistas duraram de 40 minutos a 1h30min, realizadas conforme agendamento de dia e horário estabelecidos pelas participantes. Após a coleta, os dados foram transcritos, digitados e submetidos à leitura exaustiva, os dados quantitativos descritos em números relativo e percentuais, e os qualitativos foram submetidos a análise e interpretação de acordo com a Análise de Conteúdo de Bardin (2011). Após a leitura, foram realizados os recortes das entrevistas agrupando as falas ou unidades de conteúdo parecidas ou semelhantes, que geraram categorias, após uma análise crítica e comprometida dos pesquisadores.

Resultados e discussão

Os dados de natureza quantitativa foram tabulados e apresentados em número relativo (N) e percentual (%) e os de natureza qualitativa foram analisados utilizando a Análise de Conteúdo de Bardin (2011). Inicialmente apresentaremos os dados quantitativos representados pelas variáveis demográficas e socioeconômicas das travestis entrevistadas. Neste estudo estimou-se uma população existente de 30 sujeitos travestis, em uma residência em Uberlândia - MG.

Foram totalizados 12 questionários respondidos por travestis que desempenham ativamente seu trabalho como profissionais do sexo, na cidade de Uberlândia – MG.

Com relação à faixa etária das travestis, os dados coletados revelaram que 41,6% (n=5) apresentaram idade entre 20 e 25 anos de idade, seguido de 25% (n=3) com faixa-etária entre 15 e 20 anos de idade, posteriormente, 16,7% (n=2) entre 25 e 35 anos de idade.

Pode-se observar um maior percentual de 41,6 % com idade entre 20 e 25 anos, sendo nossos dados diferentes quando analisado comparativamente com a população de Gomes (2009), que encontrou alta concentração de um público adulto jovem no desempenho da prostituição, e em nosso estudo não obtivemos menores de idade, porém a maioria foi de adultos jovens, tendo em vista que apenas duas participantes tinham idade superior a 30 anos de idade.

Com relação ao quesito naturalidade, a maioria nascidas na cidade de Rio Branco – AC, com 41,7%, seguida das procedentes de Salvador – BA, com 16,7%, e 8,3% são naturais da cidade de Petrolina – PE, apresentando o mesmo percentual as nascidas em Fortaleza – CE, Uberlândia – MG, Redenção – PA e São Paulo – SP.

Verificamos uma significativa presença de travestis no mercado sexual em Uberlândia – MG oriundas do Rio Branco – AC. Quando questionadas sobre estarem se prostituindo em Uberlândia-MG, as participantes citaram que acham uma cidade tranquila, que não tem tanta violência como em algumas outras cidades, também abordaram que têm apoio da dona da casa onde foram realizadas as entrevistas. Na literatura estudada nada foi encontrado a respeito da naturalidade das travestis, impossibilitando uma análise maior a respeito da origem delas e por que a preferência pela cidade de Uberlândia-MG.

Em relação à renda mensal, 33,3% (n=4) revelaram ganhar mais de R\$ 3.001, seguido por 25% (n=3) que afirmaram receber de R\$ 1.001 até R\$ 2.000, 16,7% (n=2) recebem de R\$ 2.001 até R\$ 3.000, duas participantes totalizando 16,7% (n=2) não souberam informar e 8,3% (n=1) recebe até R\$ 1.000. No estudo de GOMES (2009), a renda mensal apresentada em sua pesquisa são divergentes dos nossos, pois apresenta maior renda mensal de R\$ 1.001 até R\$ 2.000, e em nosso estudo demonstramos que a maior porcentagem encontra-se com uma

renda mensal de mais de R\$ 3.001. Porém, isso talvez se devesse a desvalorização do real, já que a pesquisa de Gomes foi publicada em 2009 e possivelmente os dados foram coletados em datas anteriores às da publicação.

No critério cor/raça/etnia, 66,7 % (n=8) definem-se como pardas, seguindo de 16,7% (n=2) brancas, 8,3% (n=1) amarela e 8,3% (n=1) como negra. As próprias participantes definiram a sua cor: de acordo com a Lei n. 12.228 de 20 de julho de 2010, as pessoas é quem devem se declarar ou definir a sua cor/raça/etnia. (ESTATUTO DA IGUALDADE RACIAL, 2010). Na literatura por nós estudada nada foi encontrado para comparar, corroborar ou discordar de nossos dados. No entanto, podemos relatar que nenhuma participante tentou fugir da identidade de acordo com a sua raça.

Quanto ao nível de escolaridade, há uma variação de 41,7% (n=5) que apresentavam o ensino médio completo e 33,3% (n=4) com ensino fundamental completo. Com ensino fundamental incompleto havia 16,7% (n=2) das participantes e 8,3% (n=1) com ensino médio incompleto. Notamos que não há nenhuma entrevistada que registre a participação no nível superior de ensino. Comparando com Gomes (2009), em seu estudo 24% apresentaram ensino médio completo, seguindo de 22% com ensino médio incompleto e nenhuma com ensino superior. Em nossa pesquisa as participantes apresentaram um maior índice com ensino médio completo. Podemos também concluir que nenhuma das entrevistadas apresentava ensino superior, conforme encontrado no estudo realizado por Gomes (2009).

De acordo com Pelúcio (2005) as travestis, em geral, possuem baixa escolaridade e pertencem às classes sociais mais baixas, o que contribui para a falta de qualificação profissional e o agravamento da estigmatização em razão da sua identidade sexual. Podemos confirmar pela fala da entrevista 1:

“(...) minha infância foi trabalhando com minha mãe desde cedo.”

Podemos então confirmar que, além do preconceito sofrido nas escolas, ocorre também a necessidade de trabalhar para ajudar a família. Muitas vezes elas têm a necessidade de trabalhar não só para ajudar a família, mas também por não terem mais seu apoio financeiro para as mudanças corporais, para assumirem sua opção sexual e até mesmo suprirem suas necessidades de transformação para o corpo feminino ideal.

lizado.

Em relação à opção de continuar ou não os estudos, obtivemos que 75% (n=9) não estão estudando atualmente, porém têm intenção de voltar a estudar. Seguido de 16% (n=2) que também atualmente não estão estudando e não pretendem voltar. Apenas uma das entrevistadas, totalizando 8,3% (n=1), atualmente estuda. Conforme apontam Carrara e Viana (2006), quando nos remetemos às travestis, o que se constrói é uma imagem da desordem urbana, em que o duplo desvio sexual (homossexualidade e prostituição) aparece conectado à pobreza, ao tráfico, ou seja, ao submundo. Essa representação amplia a noção de vulnerabilidade entre as travestis, uma vez que essa não se resume na dificuldade histórica de acesso às políticas públicas em saúde, mas no acesso ao trabalho, ao lazer, à educação e ao exercício geral da cidadania. O que cabe, muitas vezes, são as esquinas ocultas e silenciosas.

Concluimos então que 75% das entrevistadas querem voltar a estudar para, quem sabe, fugir deste estilo de vida estigmatizado e pautado por tantas privações, riscos e negação de direitos.

Quando questionado quanto ao pensamento das travestis em sair da prostituição, 83,4% (n=10) das entrevistadas admitiram pensar em sair da prostituição, seguido de 8,3% (n=1) que não pensa em sair, tendo também 8,3% (n=1) que talvez saia da prostituição. De acordo com Pelúcio (2005), a sociedade aceita ou reconhece a travesti na sua condição de travesti prostituta, caricatura de mulher, mas não a aceita como cidadã com direitos igualitários; direito a empregos dignos, moradias, estudos, saúde e outros. Porém, é importante ressaltar que nem todas as travestis se prostituem, mas a rua, mesmo para aquelas que ali não buscam clientes, continua sendo uma das únicas possibilidades de convívio e reconhecimento social.

Podemos então concluir que 83,4 % (n=10) pensam em sair da prostituição, porém como citado acima, a rua continua sendo uma das únicas possibilidades de convívio e reconhecimento social, justamente porque a população não oferece oportunidades para que as travestis desempenhem outro trabalho a não ser a prostituição. Quando questionadas sobre o motivo de querer sair da prostituição, 83,4% (n=10) porque acham a prostituição perigosa. Teve também uma das participantes que disse não ver futuro nessa profissão. Uma das entrevistadas não

saberia dizer se quer sair ou não, respondendo então que talvez, porém na pergunta sobre o motivo de querer sair, ela informou que não pensa em sair da prostituição. Com relação a abandonar a prostituição, no referencial teórico por nós levantado, nada foi encontrado.

Sobre violência, a mais citada foi a violência verbal, com 58,3% (n=7), em segundo lugar a violência física representa 25% (n=3), seguida com 16,7% (n=2) a de caráter sexual. O grande índice de violência verbal, segundo as entrevistadas, vem do preconceito da população que não as aceita conforme suas escolhas. De acordo com Mott e Cerqueira (2003) sublinham essa relação de violência promovida na dimensão de ser travesti e ser uma profissional sexual, podendo-se presumir dessa relação que há uma aproximação íntima entre a "avenida" e a "violência" em que o estilo de vida das travestis profissionais do sexo, tão próximas de ambientes marginais, é, sem dúvida, o principal fator explicativo para tantas violências. Observando dos dados apresentados, podemos concordar com os autores, pois em nosso estudo a violência verbal foi a que teve maior porcentagem, o que pode estar relacionado ao local que as travestis se encontram: "avenida, esquinas, rua", um local público de grande movimento. Por estar sempre se mostrando, para conquistar clientes, acabam sendo xingadas pelos(as) que têm preconceito.

Por fim, a pesquisa estruturou questões sobre o uso de álcool e outras drogas pelas travestis, revelando que 91,7% (n=11) das participantes usaram ou ainda usam algum tipo de droga: maconha/cigarro apresentaram o maior índice, com 50% (n=6), seguido pelo álcool, com 41,7% (n=5), e em menor índice a cocaína, com 8,3% (n=1). Quando questionadas se já haviam feito algum programa sob o efeito de algum tipo de droga, 75% (n=9) afirmam que já realizaram programas sob o efeito de substâncias psicoativas e apenas 25% (n=3) relatam nunca terem feito programa sob efeito de algum tipo de droga. A questão das drogas, por sua vez, aproxima-se com frequência das histórias das travestis. O uso de drogas se associa principalmente ao momento de saída da casa dos familiares, conforme ressaltam as principais referências (SILVA, 1993; BENEDETTI, 2005; PELÚCIO, 2007). A droga, quando aparece, é consumida nos espaços de sociabilidade vinculados à prostituição por meio das práticas com os clientes, da violência compartilhada na rua e também no uso de hormônios para a modificação cor-

poral. Porém, não foi identificado um trabalho específico sobre a relação entre as drogas e as travestis. Podemos concluir então que a maioria das entrevistadas, 91,7% (n=11), usa ou já usou algum tipo de droga, estando assim mais vulnerável aos riscos da prostituição.

A seguir passaremos à apresentação dos dados de natureza qualitativa, que foram analisados e interpretados a partir da Análise de Conteúdo de Bardin (2011), pela qual chegamos a nove categorias. Para melhor compreender essas categorias, foi dado a cada uma delas um título, seguido de suas respectivas unidades de fala ou de conteúdo e da discussão embasada na literatura levantada para esta pesquisa. Ressaltamos que optamos por colocar as unidades de falas e, entre parênteses, a sigla de entrevista (letra E) seguida do número da entrevista; por exemplo: “eu me sentia discriminada por ser travesti...” (E2).

Categoria n. 1

Construção de um corpo feminino no travesti, transformação, “montagem”, composta das seguintes unidades de fala:

“(...) eu gostava de passar lápis de olho, usar brilho, roupa apertada. (...) comecei a tomar pílula, depois injeção, aí comecei a gostar e ver a diferença (no corpo) e me sentia bem entendeu? (...) a gente quer ser uma mulher, entendeu? e uma mulher por completo precisa fazer a cirurgia para se sentir melhor. (Cirurgia de Transgenitalização)” (E1).

“Ah, eu construí desde criancinha.” (o corpo feminino) (E2).

“Comecei a tomar hormônio e deixei o cabelo crescer (...)” (E4)

“Aii. Tipo assim. Tomo hormônios (para mudanças no corpo), tento me lapidar diariamente.” [E5]

“Procuo sempre estar maquiada, arrumadinha, sempre mais afeminada” (E7)

“Hormônio tomava em casa, tenho no bumbum. (Silicone)” (E7)

“Já nasci com ele já. (Corpo feminino)” (E8)

“Vai mudando a cabeça, revendo nossos

atos e acaba se dando conta que aquilo é pra você. (Referindo-se às mudanças físicas no corpo)” (E11)

“Busco ficar cada vez mais feminina. Quando comecei a tomar hormônio começou as alterações no meu corpo. Eu comecei a tomar pílulas com 14 anos, aí quando eu comecei a botar corpo ficar com mais perna, mais bunda, meu peito começou a crescer. meu rosto começou a afinar, aí depois comecei a investir.” (E1)

“Eh, fiz mudanças mais pra me sentir melhor, com aparência mais feminina, apesar de que quando eu ando nos lugares as pessoas não percebe muito não, só se falar algo assim. A mudança foi pra eu me sentir melhor. Desejo pessoal. Sentir bem mesmo.” (E2)

“A única mudança que faço é tomar hormônio, mesmo, tenho medo de cirurgia. Com 16 anos já tomava hormônio. (...). Foi vontade minha que tomei os hormônios, não pensava em me prostituir na época, não.” (E3)

“Silicone nos seios e bumbum. Por motivo de querer ser bem mais feminina. (Transformação)” (E5)

“Com 14 anos comecei a tomar hormônio.” (E6)

“Bem tarde, com 20 anos, (começaram as mudanças em seu corpo), antes não fazia, depois que meu pai faleceu que comecei. Passei andar mais feminina, diminui o short deixei cair mais o cabelo, comecei a maquiagem, me arrumar mais.” (E7)

“Já tem um tempo, comecei com 16 anos (as transformações). Coloquei prótese no peito e silicone no corpo, 1 litro. Foi pra conseguir mais dinheiro, né? (Referindo-se às mudanças)” (E8)

“Já coloquei silicone nos seios e bumbum.” (E9)

“Silicone na bunda.” (E10)

“Com 18 anos comecei a tomar hormônio. Tenho silicone nos seios.” (E12).

“Travesti é uma arte que a cada dia aperfeiçoa-se, é um redescobrir permanente de um

alguém que já está em si desde sua concepção, habitando o mesmo corpo. Surge então a necessidade da transformação.” (BENEDETTI, 2005, p. 73)

Quando reveladas as primeiras transformações físicas das integrantes, a maioria relatou o consumo do hormônio sintético feminino como uma técnica de mudanças físicas. Outras preferiram trabalhar suas estéticas apenas utilizando o silicone. Entendemos o uso de hormônios para a modificação dos seus corpos, pois, “as formas e linhas quadradas, retas e angulosas do corpo do homem precisam ser modeladas para adquirir uma aparência redonda e roliça” (BENEDETTI, 2005, p. 73).

É comum o processo de transformação das travestis se iniciar com a ruptura do mundo da casa, seguindo pelo necessário apego ao universo da rua, onde encontram formas de sobrevivência e aprendem, ou potencializam, seu processo de transformação. Em busca de si mesmas, de sua autenticidade, vão inscrevendo seus sonhos em seus corpos. (PELÚCIO, 2009, p. 232)

Compreendemos, conforme os autores supracitados, que as modificações do corpo feminino na travesti vão auxiliá-las em sua identidade e, ao mesmo tempo, transformá-las de acordo com suas necessidades para alcançarem a aparência que mais desejarem.

Notamos que as entrevistadas na maioria das vezes realizam a hormonização por conta própria, sem o acompanhamento de um profissional qualificado para tal procedimento.

Outro ponto interessante que se depreende das falas é que quase todas começaram a tomar hormônios muito cedo, ainda adolescentes, não se dando conta dos riscos de tal atitude, mas a premência de ver seu corpo transformado fala mais alto, e os riscos não são avaliados pela falta de orientação médica.

Categoria n. 2

Infância x Adolescência x Família

“(...) minha infância foi trabalhando com minha mãe deste cedo.” (E1)

“Foi boa, não era muito assim, de responsabilidade, eu brincava até.” (Referindo à sua infância) (E1)

“Minha infância foi um pouco sofrida, de

muita necessidade, mais foi divertida (...)” (E2)

“Muita lágrima, muito choro, aí só coisa ruim na minha infância e na minha adolescência o que eu busco e isso.” (E3)

“Muito sofrimento, passei fome, muita chuva, não tinha casa pra morar, morei na rua, não tenho vergonha de falar, não.” (E4)

“Foi ótima, não tenho do que reclamar, não.” (Sobre a infância) (E5)

“Nem difícil nem tão fácil.” (A infância) (E6)

“Infância foi até boa, já a adolescência foi mais difícil, mais perturbada por ser travesti.” (E9)

“Infância muito, sei lá, muito difícil, na época eu morava com os outros.” (E10)

“Muito boa.” (Falando da infância e adolescência) (E1)

“A relação da minha mãe comigo não era muito boa. (...) quando ela viu que eu ia ser o que eu era, ela começou a se afastar de mim, me dar desprezo, aí começou aquelas baixaria todas. Ai depois que comecei a tomar hormônio, a mudança foi completamente diferente, a família começou a me ignorar, teve uns que não queriam mais falar comigo, primos mesmo, sabe, se afastaram. Minha mãe mesmo, me expulsou de casa.” (E3)

“Depois que comecei a virar travestir, colocar silicone no meu corpo, aí começaram a mudar comigo, entendeu, hoje em dia já me tratam melhor.” (Família) (E4)

“Era tranquila, nunca foi deles brigarem por eu ser assim, não.” (Referindo à família) (E6)

“Era ótima, nunca tive problema.” (Nunca teve problema com a família) (E8)

“(...) minha mãe não me aceitava.” (E9)

“Com minha família mudou, mais com os amigos nem todos se afastaram, mas alguns sim.” (Falando do comportamento que a família tinha e os amigos, após ela começar as mudanças em seu corpo) [E10]

"Maravilhosa." (Sua infância) (E11)

"Aceitaram de boa"(Família aceitou) [E12]

A relação com a família é um fator interessante e complexo. Trata-se de um dos ambientes em que mais se sofrem impactos durante a instalação física e comportamental do desenvolver-se travesti. Quando analisadas as primeiras transformações corpóreas entre as participantes, elas ainda tinham convivência direta com a sua família biológica. Após o início das transformações, como o consumo de hormônios para a modificação de seus corpos, implantes de silícones, mudanças no visual, vestimentas, surgiram assim os conflitos familiares e a inserção no mundo da rua.

Há também ambivalência quanto à interpretação de como foi vivida a infância. Muitas descreveram um cenário positivo enquanto outras acrescentaram condições sociais e financeiras que não lhes permitem uma avaliação positiva desse período. Há uma interação entre condições socioeconômicas e a travestilidade.

Categoria n. 3

Educação escolar das travestis

"Bem constrangedor no começo e daí tive que terminar, pois não aguentava mais tanta chacota, essas coisas, aí também tive que parar pra poder ajudar minha mãe. (Época de escola)" (E2)

"Era muito xingada, era horrível quando a gente é gay, me sentia humilhadíssima. Aí era sei lá, muito diferente, excluída." (E4)

"Sempre tive amizade com todo mundo. Tinha muita amizade com os funcionários, todos gostavam de mim." (E6)

"Foi ótima." (E8)

"Era bem tranquila." (E9)

"Era razoável, entendeu, eles tinham preconceito, mas sei lá tipo, aturavam, né? Não era a mesma coisa com os outros." (E10)

"Péssimo, horrível." (E11)

"Foi bom, normal." (E12)

Notamos que, entre as falas, há uma divi-

são quanto ao preconceito vivenciado na época escolar. Algumas falas avaliam a experiência escolar como positiva ou tranquila, em outras falas de algumas entrevistadas há recordação negativa dessa época.

"Era horrível, passava por bullying, era discriminada, humilhada, era horrível." (E7).

Concordamos com Gomes (2009) quando aborda que a relação com a escola se rega de um distanciamento, que talvez ocorra devido às transformações físicas, principalmente, que esse público produz em seus corpos, gerando desafios que ainda não são plenamente trabalhados pela instituição escolar, acarretando uma defasagem ou até mesmo desistência dos estudos.

Notamos também que o grau máximo de escolaridade entre as participantes era ensino médio completo, nenhuma conseguiu dar seguimento para um nível superior, numa interação entre fatores que não foi possível investigar.

Categoria n. 4

Relações interpessoais das travestis

"Assim, se juntava todo mundo que era gay, transexual, lésbica, se juntava tudo, tipo diferenciados ficam tudo junto." (E1)

"Dentro da minha família era horrível, preconceituosa minha família." (E4)

"Era tranquilo." (Sua relação com as pessoas / família) (E9)

"Bacana, eles me aceitavam de boa. (Referindo à sua família)" (E2)

"A relação da minha mãe comigo não era muito boa." (E3)

"Era ótima, nunca teve problema." (Referindo à família) (E8)

"Eu era muito antipática, era mais sozinha na minha." (E3)

De acordo com Louro, Neckel e Goellner (2003), o corpo, de maneira geral, seria construído principalmente por intermédio da linguagem, pois esta não reflete somente o que já está consolidado, mas também tem o poder de criação, no sentido de nomeação, de classificação e

de definição de normalidades e anormalidades.

Notamos nas falas que as relações interpessoais das travestis com suas famílias nem sempre eram boas, embora algumas relatem experiências positivas, talvez pela maior visibilidade dada à travestilidade nos últimos anos.

"Não era muito boa, minha relação com minha mãe era horrível, pois ela nunca me aceitou, entendeu, de forma alguma, meu jeito, eu sempre bati nesta tecla por aquilo, eu tinha a mente mais forte, e sempre insisti nisso." (Falando em ser travesti) (E7)

Categoria n. 5

Preconceito \ Bullying \ Discriminação sofridos pelas travestis

"(...) no tempo que eu estava me transformando tinha muito preconceito." (E1)

"(...) ouvia muita piada as professoras inclusive me tratava diferente (...)" (E1)

"Minha mãe mesmo, me expulsou de casa." (E3)

"(...) muitas amigas minha passam por isso. E babado essa vida." (Falando do preconceito) [E4]

"Meu pai e meu avô tinha preconceito." (E5)

"Era razoável, entendeu, eles tinham preconceito mas sei lá tipo, aturavam, né? Não era a mesma coisa com os outros." (E10)

"Xingamentos, pessoal besta." (Referindo às pessoas que mexem com ela na rua) (E12)

"Sempre tem, né? Maioria dos lugares tem pessoal preconceituoso." (E12)

"Minha mãe sempre soube que eu ia ser homossexual, ela mandava eu me endireitar pra ser alguém na vida." (E1)

"Era muito xingada, era horrível quando a gente é gay, me sentia humilhadíssima." (E4)

"Ai era sei lá, muito diferente, excluída." (E4)

"Era horrível, passava por bullying, era dis-

criminada, humilhada, era horrível." (E7)

Pelas falas nota-se que a discriminação acontece em vários espaços: na escola, no ambiente familiar, no espaço público. Há falas que citam humilhação, exclusão, discriminação, preconceito, xingamentos etc. Chama a atenção uma das entrevistadas referir-se ao tratamento jocoso e diferente dado pelas professoras dentro do espaço escolar, espaço que deveria zelar pela inclusão de qualquer tipo de diferença, atestando o despreparo dos professores para lidarem com a questão.

De acordo com Benedetti (2005), esse processo de sair de casa também favorece a entrada dessas pessoas no mercado da prostituição, que se apresenta como gerador de renda e também como espaço de socialização e de experiência do feminino. Mas esse espaço, onde muitas delas conseguem viver sua identidade de gênero, tende a caracterizar-se por relações de competitividade e de agressividade, podendo dificultar o estabelecimento de relações de apoio social.

"Minha mãe mesmo, me expulsou de casa." (E3)

"(...) minha mãe não me aceitava." (E9)

"Não me aceitava. Me aceita agora, mas não me aceitava no começo." (Falando de sua família) (E4)

Categoria n. 6

Estando na noite: prostituição, drogas e vícios

"Rapaz eu comecei a me prostituir com uns 16 anos, mas os clientes tinha medo pra levar pra motel, essas coisas, mas eu comecei a me harmonizar, ficar mais bonita, aí com 18 anos eu comecei a botar anúncio, aí que eu comecei a vim entender o que é ser prostituição." (E1)

"12 anos de idade." (Iniciou a prostituição) (E2)

"Entrei através de uma amiga e da necessidade da minha mãe, queria poder ajudar ela pois meu pai era muito rude, largou ela com sete filhos, daí eu queria ajudar ela de alguma maneira e não vi outra opção, aí entrei na prostituição" (E2)

"Entrei sabendo já pois tinha uma traves-ti dentro de casa" (Como iniciou a prostituição) (E8)

"Não sei, aconteceu do nada, sai pra boates e fazia programas" (E12)

"Fumo até hoje, o quanto que tiver estou fumando," (Referindo-se ao cigarro) (E3)

"Cigarro, fumo muito mesmo, umas 3 carteiras por dia." (E4)

"Maconha diariamente." (Faz uso de maconha) (E5)

"(...) eu uso maconha, toda hora." (E6)

"Maconha, cigarro, álcool. Todos os dias." (E7)

"Bebo às vezes." (Bebida alcoólica) (E8)

"Cigarro (fuma diariamente). Maconha às vezes." (E10)

"(Fuma) Cigarro. Cheirava (pó), hoje já não mais. Fuma 3 carteiras por dia de cigarro." (E11)

"Bebo e fumo maconha, todo dia." (E12)

Abordando o consumo de drogas, a maioria das entrevistadas informou o uso de alguma substância ao decorrer da vida, sendo as mais comuns maconha e cigarro.

"Às vezes eu tomo uma quente pra esquentar o corpo, mas não tenho mais assim aquele vício de beber, e drogas como a maconha, a cocaína eu já experimentei, mas nunca tive (vício), só tive a curiosidade de usar, entendeu, apesar que às vezes tem muito cliente que quer que eu use mas eu falo que não gosto. É uma coisa minha, não gosto. Depois que como algo ou quando estou nervosa eu fumo." (E1)

A droga lícita mais comumente consumida é o álcool, principalmente as consideradas bebidas quentes como "Campari", uísque, conhaque, além do cigarro. Tal uso acentuado obtém sua justificativa como um meio de facilitar a vida noturna. A primeira razão dada consolida-se pelo uso dos poucos vestuários para o exercício do trabalho, portanto, as roupas muito curtas, a

utilização comum de apenas o sutiã, mini blusas, tomara-que-caia, e um short, saias, calças bem justas, ou mesmo apenas a presença dos acessórios íntimos cobertos por um colete ou uma longa jaqueta conhecida comumente como "sobretudo" a qual no trânsito de carros pela avenida elas exibem seus corpos abrindo-os e mostrando apenas as peças íntimas ou seus seios. Com isso, o frio que passam nas madrugadas e as poucas roupas utilizadas pela maioria fazem com que o consumo de bebidas quentes seja um bom aperitivo para o sucesso na rua porque podem se exibir mais, diminui a inibição na abordagem de um cliente, tendo mais coragem para enfrentar a noite e "fazer sucesso na pista". (GOMES, 2009, p. 80)

É visível no relato a seguir, como a droga facilita a sua postura, o seu comportamento quando enfrentam diferentes locais pouco habituais na busca de clientes, ou quando passam por dificuldades emocionais, talvez pela imprevisibilidade das situações que podem enfrentar.

"Todas elas que você imaginar (risos) [referindo-se às drogas], e a heroína usei só uma vez em um momento muito depressivo da minha vida, que foi na Itália, e daí eu tive que usar naquele momento de frio e tudo pra me sentir melhor, pois estava muito inibida, e as outras por curiosidade, mesmo." (E2)

Categoria n. 7

Violência e riscos da rua:

"Em Pernambuco levei duas facadas." (E2)

"(...) muito perigosa, a noite (...) a gente sai e não sabe se vai voltar, é um trabalho arriscado." (E3)

"Ah, acho muitíssimo perigosa, risco de doença, temos que estar sempre monitorando controlando a saúde e também as pessoas (...)" (E2)

"Muitos. Ai doença né, se a pessoa não tiver cabeça usar camisinha, fora que é muito perigoso assalto." (Falando do risco da rua e da prostituição) (E4)

"Muito perigosa. Primeiro as DSTs e depois você não sabe se vai voltar do programa, existem muitas pessoas perigosas." (E5)

"Muito perigoso (...), não conhecemos com quem saímos não sabemos a mente deles" (E6)

"Acho vários riscos. Morte, roubo, agressão." (E8)

"Não sabemos do que o ser humano é capaz." (E10)

"Acho perigosa (falando da rua), levar um tiro, ser agredida." (E11)

"(...) vários riscos." (Falando quando está na rua) (E12)

Quanto à vivência da violência, a maior parte das entrevistadas revelou já ter sido vítima de algum tipo de violência. Quando questionadas sobre os riscos presentes na rua a grande maioria relatou achar perigosa. Até o risco de morte foi aventado, o que se registra, algumas vezes, no noticiário policial e nas manchetes de jornais.

De acordo com Kulick (2008), as travestis convivem com a expectativa de serem agredidas física ou verbalmente a qualquer momento, por parte das pessoas que se sentem incomodadas com a sua presença. Ao mesmo tempo em que atraindo olhares libidinosos de alguns homens, atraindo a ira de outros também. Porém, quando estão trabalhando, no exercício da prostituição, estão mais vulneráveis à violência policial, das pessoas que circulam pelo local de carro, de ônibus, entre outros. Na maioria das vezes são agressões verbais e físicas. De modo geral, elas têm muita dificuldade de confiar em outras pessoas e estão sempre esperando ser enganadas e traídas, ou seja, estão sempre à espera de um ataque. Inferimos que esse tipo de tensão experimentada nas ruas durante a procura por clientes parece favorecer o consumo de drogas para aliviar a pressão hostil desse ambiente de trabalho.

Concordamos com Kulick, de acordo com as falas das entrevistadas abaixo:

"(...) as vezes você sai com o cliente mais sai com medo não sabe se vai voltar, pois quem vê cara não vê coração." (E1)

"(...) a gente entra em um carro e não sabe se vai voltar." (E9)

"(...) corremos vários riscos, tem muitas mariconas atiradas, corremos o risco de ser dei-

xada na estrada, não pagam a gente, ser agredida e não podemos nunca fazer nada, pois sempre somos a errada da história." (E7)

A estigmatização que as travestis sofrem e a representação negativa que as pessoas fazem sobre a prostituição de travestis (como a última fala acima elucidada) podem fazer com que aceitem episódios de violência sem denunciá-los "(...) e não podemos fazer nada, somos a errada da história." (E7)

Categoria n. 8

Riscos de DST's \ Aids x Serviços de saúde:

"Não tenho plano de saúde, utilizo o posto de saúde, quando necessário." (E1)

"Para prevenção utilizo preservativo." (E1)

"Tenho sífilis, utilizo o serviço do posto de saúde, pois não tenho plano. Utilizo preservativo para prevenção." (E2)

"Vou geralmente no posto de saúde, quando necessito de atendimento médico." (E3)

"Utilizo camisinha para prevenção, mas às vezes tem uns deslizos, né?" (E3)

"Já tive (gonorreia) ... Quando necessita de atendimento de saúde vou no posto de saúde." (E4)

"Uso, costumo usar sempre preservativo, mesmo no sexo oral." (E5)

"Tem cliente no meu trabalho que pede para mim fazer sexo oral no ânus, aí eu aprendi como fazer o sexo oral no ânus e sempre busco fazer com preservativo, sendo oral ou no ânus." (E5)

"Uso camisinha para prevenção, já tive sífilis e procuro o postinho de saúde quando necessito de atendimento." (E6)

"Uso camisinha para prevenir, faço exames periódicos no posto de saúde." (E7)

"Utilizo camisinha e quando preciso procuro o posto de saúde." (E8)

"Quando preciso de atendimento médico vou no posto de saúde." (E9)

"Uso camisinha para prevenção, nunca tive nenhuma doença." (E10)

"Já tive sífilis, procurei o posto de saúde para tratamento." (E11)

"Utilizo o posto de saúde e para prevenção uso camisinha." (E12)

A maioria utiliza a camisinha como prevenção das DSTs/ Aids, bem como para sexo oral e anal. Também utilizam o posto de saúde e não possuem nenhum plano de saúde.

O que nos chama a atenção ao uso das drogas pelas travestis é que a associação entre travestis e drogas invoca a vulnerabilidade e que forma-se um ciclo vicioso, no qual a travesti está sujeita a se envolver em casos de violência, está mais suscetível a contrair e transmitir doenças sexualmente transmissíveis, pois os fatores de risco são elevados quando os fatores de proteção são baixos.

É interessante notar que houve casos de sífilis entre elas, mas que se preocupam em buscar atendimento em posto de saúde para procurar um tratamento. Isso demonstra que, apesar de toda a estigmatização que sofrem, têm consciência que o tipo de trabalho que realizam implica riscos para a saúde e recorrem aos serviços médicos diante de sinais de manifestação de doenças. Porém, nenhuma das entrevistadas referiu-se à realização do teste para detecção do HIV.

Categoria n. 9

Ter uma profissão melhor ou outra

"Penso em fazer faculdade, me envolver mais com ensino pra ter uma profissão melhor." (E1)

"Chefe de cozinha (quer sair da prostituição), quando voltar pra minha cidade." (E4)

"Prostituição talvez seja só uma fase passageira." (E5)

"Queria tipo viver uma vida normal sem ir pra rua, ter meu marido." (E8)

"(...) não quero viver assim pra sempre, tem uma hora que a gente cansa." (E9)

"Quero uma vida melhor." (E10)

"No momento não porque estou me dando bem agora." (E6)

"Porque tudo cansa e prostituição cansa e não vamos ficar nova pra vida inteira, e só se ganha dinheiro quando é nova e bonita." (E12)

De acordo com Pelúcio (2005), através do trabalho feito com travestis que se prostituem na cidade de São Paulo, a autora percebeu algumas percepções promovidas por estes sujeitos:

A prostituição é entendida de diversas formas pelas travestis: (1) como uma atividade desprestigiada, com a qual só se envolveriam por necessidade, saindo dela assim que possível; (2) como uma forma de ascender socialmente e ter conquistas materiais e simbólicas; (3) como um trabalho, sendo, portanto, geradora de renda e criadora de um ambiente de sociabilidade. (p. 223)

Concordamos com Pelúcio de acordo com algumas falas das entrevistadas:

"Pretendo (sair da prostituição), porque isso é uma vida de ilusão, não é uma vida boa, quem tá de fora pensa que é uma vida fácil, mas não é uma vida boa. Só a gente que vive sabe que não é uma vida boa, então pretendo, sim, sair da prostituição." (E7)

"Sim, porque é uma vida muito difícil." (Referindo-se à prostituição) (E2)

"Tem hora que a gente pensa em voltar a estudar, mas essa vida (prostituição) pra gente voltar a estudar é muito difícil pra gente." (E4).

Considerações finais

O caminho percorrido para desvelar a sexualidade das profissionais do sexo foi longo e tortuoso, buscamos compreender este complexo universo a partir de várias perspectivas. Embora não explicitado no artigo, partimos do estudo da história da prostituição, já que se trata de uma prática antiga, acompanhando as mudanças ocorridas na sociedade e a adaptação da prostituição com travestis em Uberlândia-MG.

De acordo com a nossa proposta de

caracterizar o ser travesti na população de profissionais do sexo em atividade em Uberlândia-MG segundo variáveis demográficas e socioeconômicas, bem como os fatores de risco para doenças sexualmente transmissíveis nessa população, verificando os sentimentos e dificuldades enfrentadas, percebemos que as entrevistadas, quando perguntadas sobre DSTs e AIDS, informam e estão realmente conscientes sobre os riscos de contrair alguma doença sexualmente transmissível. Percebemos também que mais da metade das entrevistadas relataram já ter tido alguma DST, porém nenhuma informou ter contraído o vírus do HIV (vírus da imunodeficiência humana), causador da AIDS. O que chama a atenção sobre prevenção é justamente a vulnerabilidade das travestis como profissionais do sexo, sendo assim, a nosso ver, há uma necessidade de atenção maior para esse grupo quanto à contaminação, de um acompanhamento preventivo. As que por ventura vierem a apresentar alguma doença sexualmente transmissível, terem a possibilidade de um acompanhamento mais voltado para o seu tratamento e a sua orientação quanto aos riscos causados, caso seja realizado sexo sem proteção.

Conforme esclarecemos no decorrer da pesquisa, outros fatores estão incluídos, como família, mudança física, comportamento, violência entre outros. No âmbito da produção acadêmica, é importante a realização deste tipos de produção de conhecimento, através de pesquisas, possibilitando a ampliação de informações sobre os assuntos estudados.

A arte da manipulação dos símbolos sociais, realizada por travestis, para aperfeiçoarem os seus corpos e se colocarem da forma como se percebem, rompe com as regras, os valores, as normas já estabelecidas pela sociedade. A pesquisa então buscou mostrar e contribuir para um maior conhecimento dos acadêmicos, pesquisadores, estudiosos do assunto e da população em geral, sobre as dificuldades enfrentadas pelas travestis, pela falta de apoio familiar na maioria das vezes, pela discriminação e pelo preconceito impostos, até mesmo pelos profissionais da saúde e de educação, de um modo geral.

Acreditamos que os resultados do trabalho foram satisfatórios, porém sabemos da necessidade de um aprofundamento mais amplo no sentido de conhecer com mais detalhes toda a trajetória da população em questão.

Referências

AYRES, J. C. M. et al. Vulnerabilidade e prevenção em tempo de Aids. In BARBOSA, Regina Maria (Org.). *Sexualidades pelo avesso: direitos, identidades e poder*. Rio de Janeiro: IMS/ Uerj; São Paulo: 34 Ltda., 1999.

BARDIN, L. . Análise de conteúdo. *Edição revista e ampliada*. São Paulo: Edições 70 – Brasil, 2011. 280 p.

BENEDETTI, M. R. *Toda feita: o corpo e o gênero das travestis*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

BRASIL. *Estatuto da Igualdade Racial*. Lei n. 12.288, de 20 de julho de 2010.

BRASIL. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. *Brasil sem homofobia: programa de combate à violência e a discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual*. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2004.

CARRARA, S.; VIANNA, A. R. B. A. "Tá lá o corpo estendido no chão..." a violência letal contra Travesti no município do Rio de Janeiro. *PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2 p. 233-249, 2006.

COMPARATO, F. K. *A Afirmação histórica dos direitos humanos*. São Paulo: Saraiva, 2007.

DALLARI, Dalmo de Abreu. Um breve histórico dos direitos humanos. In: CARVALHO, José Sergio. (org.) *Educação, cidadania e direitos humanos*. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 19-42.

GOMES, Douglas Aparecido da Silva. *No "bate porta": A trajetória das travestis, em situação de prostituição, em Taguatinga*. 2009. 156 f. Monografia (Bacharelado em Serviço Social), Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

KULICK, D. *Travesti: prostituição, sexo, gênero, e cultura no Brasil*. Tradução, Cesar Gordon. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008. 280p.

LOURO, Guacira Lopes; NECKEL, Jane Felipe; GOELLNER, Silvana Vilodre. *Corpo, gênero e sexualidade: discussões*. Petrópolis: Vozes, 2003. 191p

MOTT, L.; CERQUEIRA, M. *Matei porque odeio gay*. Salvador: Ed. Grupo Gay da Bahia, 2003.

PELÚCIO, L. *Na noite nem todos os gatos são pardos*: Notas sobre a prostituição travesti. Caderno Pagu, n. 25, p. 217-248, jul.-dez. 2005.

PELÚCIO, L. *Nos nervos, na carne, na pele: uma etnografia sobre prostituição travesti e o modelo preventivo de aids*. São Carlos: UFSCar, 2007, 312 p. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2007.

PELÚCIO, L. *Abjeção e desejo: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de aids*. São Paulo: FAPESP, 2009.

REVERÓN, N. *Prostituição: exploração sexual e dignidade humana*. São Paulo: Paulinas, 2008. (Coleção temas sociais para a juventude)

SILVA, H. *Travesti: a invenção do feminino*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1993.

SILVA, H. *Travestis: entre o espelho e a rua*. Rio de Janeiro: Rocco, 2007.

TRABALHOS DE PESQUISAS

ORIENTAÇÃO SEXUAL PARA PESSOA COM LESÃO MEDULAR

Marco Antônio Nogueira Magalhães¹; Juliana Caldas de Souza²; Fernanda Miranda de Oliveira³

SEXUAL ORIENTATION FOR PERSON WITH SPINAL CORD INJURY

Resumo: É sabido que a lesão medular (LM) pode levar à disfunção sexual na maioria dos casos e que a falta de conhecimento da pessoa portadora de LM, mesmo quando internada em centros de reabilitação, angustia e diminui a autoestima. O presente artigo objetiva conhecer a percepção dos pacientes lesados medulares internados em um centro de reabilitação a respeito da sexualidade, identificar as características sociodemográficas da pessoa com lesão medular portadora de disfunção sexual, verificar o conhecimento do paciente com lesão medular sobre a disfunção sexual, identificar pacientes com ereção reflexa e ereção psicogênica, identificar se houve atividade sexual após a lesão medular, investigar se houve situações ou complicações que interferiram na sexualidade após a lesão medular e quais foram. Trata-se de estudo descritivo, exploratório de abordagem quali-quantitativo. Os participantes foram identificados com a numeração LM-1 a LM-31 de forma impessoal e, a partir da fala de cada um, montou-se quatro subtítulos para apresentação dos resultados encontrados. A LM traz consigo várias mudanças repentinas e desconhecidas pela maioria. Neste estudo, e também em outros tantos consultados, fica evidente que esses pacientes necessitam de instrução quanto às mudanças na sexualidade pós-lesão e que a falta de conhecimento gera ansiedade, medo e frustração, causando no paciente uma visão de ser assexuado e limitado.

Palavras-chave: lesão medular; reabilitação; sexualidade

Abstract: It is well known that spinal cord injury can lead to sexual dysfunction in most cases and that the lack of knowledge of the person carrying spinal cord injury, even when hospitalized in anxiety rehabilitation centers and decreases self-esteem. This article aims to know the perception of patients with spinal cord injury hospitalized in a rehabilitation center regarding sexuality, to identify the socio demographic characteristics of the person with spinal cord injury with sexual dysfunction, Identify a patients with reflex erection and psychogenic erection, identify if there was sexual activity after the spinal cord injury, investigate if there were situations or complications that interfered in sexuality after the spinal cord injury and which were. This is a descriptive, exploratory study with a qualitative and quantitative approach. The participants were identified with the numbering LM-1 to LM-31 in an impersonal way and, from the speech of each one, four subheadings were assembled to present the results found. LM brings with it several sudden and unknown changes by the majority. In this study, as well as in many others consulted, it is evident that these patients need instruction regarding changes in post-injury sexuality and that lack of knowledge generates anxiety, fear and frustration, giving the patient a bringing the patient a vision of being asexual and limited.

Key words: spynal cord injury; rehabilitation; sexuality

¹Residente no Programa de Residência Multiprofissional do Centro de Reabilitação e Readaptação Dr. Henrique Santillo, Goiânia, GO, Brasil. E-mail: mnmarco27@hotmail.com

²Especialista em Unidade de Terapia Intensiva (UTI), mestra em Enfermagem pela Universidade Federal de Goiás (UFG), tutora em enfermagem no Programa de Residência Multiprofissional da Secretária Estadual de Saúde, responsável técnico do Ambulatório de Enfermagem no Centro de Reabilitação e Readaptação Dr. Henrique Santillo (CRER).

³Mestra em Ensino na Saúde pela Universidade Federal de Goiás (UFG), especialista em Unidade de Terapia Intensiva e Controle de Infecção Hospitalar pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC), enfermeira no Centro de Reabilitação e Readaptação Dr. Henrique Santillo, professora na Universidade Alfredo Nasser (UNIFAN) e professora no CEGESP – Centro de Ensino e Pesquisa Goiano, preceptora do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde Pública.

Introdução

Anualmente a incidência do Trauma Raquimedular se encontra entre 15 a 40 casos por milhão de habitantes mundialmente. Nos Estados Unidos da América (EUA) é encontrada uma incidência de aproximadamente 12 mil novos casos por ano, destes, 4.000 vão a óbito antes mesmo que cheguem ao hospital e outros mil falecem durante o tempo de hospitalização (BRASIL, 2013).

Se tratando de dados estatísticos e epidemiológicos ligados à realidade brasileira, o Brasil está aquém de uma produção bibliográfica necessária para identificar com real clareza a incidência e prevalência da lesão medular (LM) traumática, possivelmente por falta de notificação, o que acarreta dados imprecisos e irreais (op.cit., 2013).

A LM traz consigo grandes mudanças de vida à pessoa, e na grande maioria das vezes são mudanças repentinas que trazem um impacto físico, psicológico, emocional e econômico imensurável, afetando assim, de forma conjunta, o indivíduo e toda a sua família (BORGES, BRIGNOL, SHOELLER, BONETTI, et al., 2012).

Os danos resultantes da LM apresentam-se como perda de movimentos voluntários, da sensibilidade tátil, dolorosa e profunda em membros superiores e inferiores, que vão levar também a alterações no funcionamento dos sistemas respiratório, circulatório, urinário, intestinal, sexual e reprodutivo (SOMERS, 2001).

A maioria dos pacientes, em um primeiro momento, estará preocupado com a melhoria da sua atual condição física. Contudo, quando começam a aceitar a lesão, a sexualidade torna-se um passo importante rumo à reabilitação física e psicológica em todo o processo (WORLDJORTHOP, 2015).

Em um termo mais amplo do que somente a atividade sexual, a sexualidade engloba dimensões físicas, emocionais e socioculturais, além da intimidade, sexo, reprodução, identidade de gênero e papéis, capacidades reprodutivas e orientação sexual (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2002).

Como a ereção, a ejaculação resulta de uma coordenação psíquica e estimulação sexual física. O reflexo ejaculatório tem sua coordenação realizada pela medula espinhal, e esta por sua vez é dependente de fibras simpáticas intactas, presentes na região tóraco-lombar desde os segmentos T10 até L2 e fibras somáticas dos segmentos S2 a S4. O nervo dorsal do pênis é a principal via de ativação por estimulação da glândula peniana. Neurônios no córtex, tálamo, hipotálamo e mesencéfalo desempenham papel na ejaculação (CALABRO, POLIMENI, CIUR-

LEO, et al., 2011).

Deste modo, a disfunção ejaculatória pode ser dividida em três partes: ejaculação prematura, ejaculação retardada e ejaculação retrógrada. Dentre essas, a ejaculação retrógrada leva destaque. Essa condição ocorre devido à perda do controle de fechamento e abertura do colo da bexiga e da uretra pelos nervos simpáticos, acarretando acúmulo do ejaculado na bexiga em vez de ser expelido pelo meato uretral (CLEMENT, STÉPHANE, PIERRE, et al., 2013).

O tratamento da disfunção sexual em pacientes com LM objetiva assegurar a qualidade de vida, o retorno da atividade sexual e reprodutiva, além do resgate da autoestima. Um estudo longitudinal evidenciou que após seis meses de LM, os indivíduos se mostraram mais realistas sobre a sua função sexual, e por esse motivo passaram a ter melhor aceitação da educação sexual (FISHER, BYFIELD, BROWN, FIEDLER, et al., 2001).

Visto isso, se faz necessário conhecer o perfil da pessoa com LM portadora de disfunção sexual em reabilitação, pois permitirá ações de orientação para o cuidado do enfermeiro reabilitador.

Método

Utilizou-se do método de pesquisa quali-quantitativo. O método de pesquisa quali-quantitativo pode ser trabalhado em conjunto, pois ambos permitem ver uma análise dialética através de elementos que se complementam, implicando assim uma interpretação mais vasta da realidade colocada (MYNAYO, 2012). A pesquisa foi desenvolvida no Centro de Reabilitação e Readaptação Dr. Henrique Santillo, com 31 pacientes com diagnóstico de LM internados na instituição nos meses de outubro a dezembro de 2016. Para coleta de dados usou-se questionário semiestruturado com questões abertas e fechadas, e após o aceite em participar, solicitou-se a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) em duas vias. O estudo respeitou os princípios e postulados éticos existentes conforme a Resolução 466 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), de 12 de dezembro de 2012. O projeto foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética do Hospital Geral de Goiânia, conforme número do protocolo CAE 54027216.9.0000.0035 Comitê de Ética do HGG.

Análise dos dados

Para condução do estudo foi realizada Análise Qualitativa de Bardin, pois a mesma conforma a

análise do conteúdo em uma forma lógica e contínua por meio de técnicas que são capazes de analisar utilizando-se de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens (BARDIN, 2013).

Os resultados se apresentam descritos em cinco categorias: a) aspectos sociodemográficos da população em estudo; b) atividade sexual antes e após a lesão medular; c) conhecimento sobre a disfunção sexual ocasionada pela LM; d) identificação de pacientes com ereção reflexa e psicogênica; e) identificação dos fatores que facilitaram e interferiram na realização do ato sexual.

Resultados

Aspectos sociodemográficos da população em estudo: Dos 34 pacientes investigados, somente 31 (91,1%) aceitaram participar do estudo, três se recusaram pós-informados dos objetivos. Destes, a predominância foi de pessoas do sexo masculino, sendo eles adultos jovens com uma média de idade de 28,6 anos. Em relação ao tempo de internação para reabilitação variou de 30 a 45 dias.

A média do tempo de LM foi de quatro meses na maioria dos casos. Todos os pacientes (100%) possuíam lesão aguda, haviam sido encaminhados de serviços especializados pós-estabilização clínica do trauma, momento oportuno para início da reabilitação motora e sexual.

À etiologia da LM destacam-se: acidente de trânsito com nove vítimas (29%), seguidas de perfuração por arma de fogo (PAF) com oito (26%), acidente de moto seis (19%), mergulho em águas rasas (mar) três (10%), queda (ponte, árvore, andaime etc.) três (10%), infecção (mielite transversa) um (3%) e acidente cirúrgico um (3%).

Em relação ao nível medular acometido, 20 (65%) eram paraplégicos, 11 (35%) eram tetraplégicos. Outro fator importante avaliado diz respeito à relação afetiva desses pacientes, grau de escolaridade e moradia. De acordo com o estudo, oito (26%) pacientes eram casados, 20 (64%) eram solteiros e três (10%) amasiados.

Quanto ao grau de escolaridade, nenhum paciente que participou do estudo tinha ensino superior completo, seis (19%) tinham ensino superior incompleto, quatro (13%) tinham ensino médio completo, três (10%) tinham ensino médio incompleto, cinco (16%) tinham ensino fundamental completo, oito (26%), tinham ensino fundamental incompleto, quatro (13%) foram alfabetizados e um (3%) era analfabeto.

Com relação à moradia, 18 (58%) pacientes tinham moradia própria, nove (29%) moravam de aluguel e quatro (13%) a moradia foi cedida. Os dados relacionados ao nível da LM, apresentação e causa da LM estão apresentados na Tabela 1.

Tabela 1 – Nível da lesão, apresentação e a causa da Lesão Medular.

	Frequência	%
Diagnóstico Neurofuncional		
Paraplegia	20	65%
Tetraplegia	11	35%
Apresentação da LM		
Completa	25	81%
Incompleta	6	19%
Causa da LM		
Acidente de Trânsito	9	29%
Perfuração por Arma de Fogo (PAF)	8	26%
Acidente de Moto	6	19%
Mergulho em águas rasas (MAR)	3	10%
Quedas	3	10%
Infecção	1	3%
Cirúrgico	1	3%

Fonte: Os autores, 2017.

A amostra do estudo em sua maioria é composta de pacientes paraplégicos (65%), seguida de pacientes tetraplégicos (35%). O diagnóstico de paraplegia é dado quando a LM ocorre abaixo do nível medular T1 e tetraplegia quando a LM acontece acima desse nível. A apresentação da LM está diretamente relacionada à causa.

Neste estudo e no de Vasconcelos e Riberto (2011), o acidente de trânsito aparece como primeira causa. A PAF como segunda causa é um dado que converge com a literatura descrita, mas demonstra

de forma fiel a atual onda de violência vivenciada.

Na Tabela 2, conforme podem ser observados os dados sociodemográficos referentes à escolaridade, estado civil e tipo de moradia, observa-se que a população de menor escolaridade é também a mais acometida, podendo-se inferir que seja um fator de risco existente. É dado comum também a ocorrência da LM em pacientes solteiros e em idade produtiva. Neste estudo 4% dos pacientes eram solteiros e com vida sexual ativa antes da LM.

Tabela 2 – Dados sociodemográficos sobre escolaridade, estado civil e tipo de moradia.

	Frequência	%
Grau de Escolaridade		
Superior Incompleto	6	19%
Ensino Médio Completo	4	13%
Ensino Médio Incompleto	3	10%
Ensino Fundamental Completo	5	16%
Ensino Fundamental Incompleto	8	26%
Alfabetizado	4	13%
Analfabeto	1	3%
Estado Civil		
Casado	8	26%
Solteiro	20	64%
Amasiado	3	10%
Moradia		
Própria	18	58%
Alugada	9	29%
Cedida	4	13%

Fonte: Os autores, 2017.

Atividade sexual antes e após a Lesão Medular

Dados do estudo relacionados à atividade sexual antes da LM mostram que três pacientes (10%) relataram ter relação sexual uma vez na semana, cinco (16%) duas vezes na semana, oito (26%) três vezes na semana, seis (19%) quatro vezes na semana, três (10%) cinco vezes na semana, um (3%) seis vezes na semana, e cinco (16%) afirmaram ter mais de seis relações sexual semanalmente.

Pós-LM essa realidade mudou substancialmente. Sete pacientes (22%) disseram ter atividade sexual uma vez por semana, três (10%) duas vezes por semana e 21 (68%) não tiveram relação pós-lesão. Todos os pacientes referem-se estar insatisfeitos com relação à atividade sexual pós-lesão medular.

Tabela 3 – Regularidade da atividade sexual antes e após a Lesão Medular

		Frequência	%
Uma vez na semana	antes LM	3	10%
	após LM	7	22%
Duas vezes na semana	antes LM	5	16%
	após LM	3	10%
Três vezes na semana	antes LM	8	26%
	após LM	0	0%
Quatro vezes na semana	antes LM	6	19%
	após LM	0	0%
Cinco vezes na semana	antes LM	3	10%
	após LM	0	0%
Seis vezes na semana	antes LM	1	3%
	após LM	0	0%
Mais que seis vezes na semana	antes LM	5	16%
	após LM	0	0%
Não teve	antes LM	0	0%
	após LM	21	86%

Fonte: Os autores, 2017.

Conhecimento sobre a disfunção sexual ocasionada pela LM

Os dados referentes ao conhecimento dos pacientes do estudo sobre a disfunção sexual ocasionada pela LM mostram conhecimento deficiente de que a LM é capaz de agir de forma negativa sobre a sexualidade, como mostram os trechos abaixo retirados do questionário.

[...] Não sabia que o acidente causava isso porque ninguém até o momento havia me informado, achava que não tinha relação uma coisa com a outra. (LM-18, tetraplegia C6 por PAF)

[...] Não sabia que isso acontecia depois do acidente. Preciso muito de ajuda, sou casado. (LM-15, tetraplegia C6 por acidente de moto)

[...] Não me sinto satisfeito sexualmente. Não sabia que isso era por causa da lesão. Incomoda sim, quero ajuda. (LM-15, paraplegia T3 por acidente de moto)

[...] Não sabia até então que isso é devido à lesão. Gostaria muito que alguém me esclarecesse, porque incomoda. (LM-14, Paraplegia L1-L2 por queda.)

[...] Não sabia que o acidente causava isso. Incomoda-me muito saber, já estava sentindo a diferença. (LM-24, paraplegia T7 por automobilístico)

Identificando pacientes com ereção reflexa e psicogênica

Para identificação dos pacientes com ereção reflexa e psicogênica dois fatores foram essenciais: a altura da lesão e também perguntas sobre o que de fato os deixava excitados (as).

[...] Tenho ereção psicogênica, sei porque sempre que olho pra minha esposa pelada sinto vontade de fazer sexo e de outra forma meu pênis não fica duro. (LM-6, paraplégico L1 por PAF).

[...] Meu pênis fica duro quando pega, inclusive quando passa a sonda para tirar o xixi, eu acho que é reflexa. (LM-3 paraplegia T7 completa por queda).

[...] Acho que minha ereção é reflexa, porque sempre que pega no meu pênis ele fica duro, até mesmo quando faz o CVI (cateterismo vesical intermitente). (LM-1, tetraplégico C6-C7 por acidente automobilístico)

[...] Sem dúvida a minha ereção é psicogênica, porque já me falaram em outro hospital e também aonde foi a lesão. (LM-5, paraplégico L1 lesão por PAF)

[...] A ereção acontece quando olho a minha esposa pelada e também quando assisto filmes adultos, por isso acho que é psicogênica. (LM-14 L1-L2 por queda)

[...] Mesmo após explicação acho que fico excitada de forma psicogênica, mas a minha vagina não molha e não tive mais menstruação. (LM-22, paraplegia T10 por PAF)

Tabela 4 - Tipos de ereção pós-lesão medular

Tipo de Ereção		
Psicogênica	6	19%
Reflexa	25	81%

Fonte: Os autores, 2017.

Como colocado, a ocorrência de ereção psicogênica ou reflexa está intimamente relacionada ao nível medular acometido. Observamos que 19% dos pacientes relataram ter ereção psicogênica e 81% ereção reflexa pós-orientação, porém foi relato comum entre esses a ereção insatisfatória, causando frustração e revolta.

Identificando os fatores que facilitaram e interferiram na realização do ato sexual pós-lesão

Quando passada a fase de luto sexual, o LM se depara com um dos maiores dilemas enfrentados, principalmente para pessoa do sexo masculino. São vários os fatores que podem interferir de forma positiva ou negativa na realização do ato sexual, gerando assim mais ansiedade e frustração quando algo sai inconveniente. Diante das falas dos pacientes percebe-se o quanto precisam de ajuda para passar por essa realidade.

[...] O medo, a ansiedade e falta de privacidade foram os principais fatores que interferiram na realização do ato sexual. (LM-1, tetraplegia C6-C7 completa por acidente automobilístico)

[...] Não teve nenhum fator que facilitou. Tentei fazer quando estava internado, mas foi ruim, o pênis não fica duro o tempo todo. (LM-4, paraplegia T11 completa por PAF)

[...]. O fator que interferiu foi a falta de tempo, falta de privacidade, morando com parentes. Não teve fator que facilitou. (LM-5, paraplegia L1 completa por PAF)

[...] Um fator que interferiu muito foi o tempo e a minha esposa estava muito cansada. Não identifiquei fator facilitador doutor, porque ainda não tentei, não fui pra casa ainda. (LM-11, tetraplegia C4 por MAR)

[...] Depois que fui pra casa tentamos al-

gumas vezes, o que dificultou foram as posições, a força de vontade foi o que facilitou. (LM-13, paraplegia T6 completa por PAF)

Discussão

A prevalência da LM por acidente de trânsito aparece em todos os estudos analisados. O estudo de Custodio et al., (2009) demonstra que o acidente de trânsito aparece como primeira causa (44,70%) seguido de acidentes por motocicleta (17,78%), corroborando com o presente estudo. Uma busca na literatura demonstra que o envolvimento em acidentes de trânsito advém de fatores de risco como a falta de habilitação e a idade do condutor (ZAKRAJSEK, SHOPE, 2006).

Corroborando também com o estudo realizado em 2013, pela Organização Mundial da Saúde (OMS), que destacou o acidente de carro, a queda de grandes alturas e a violência como 90% das causas de LM (OMS, 2013). Outro dado importante encontrado neste estudo diz respeito à PAF como segunda causa da LM. Goiás aparece em quarto lugar entre os estados com mais vítimas por homicídio e o sexto com mais mortes envolvendo armas de fogo, podendo estar associado ao aumento da incidência de casos de LM pós-PAF (MAPA DA VIO-LÊNCIA, 2016).

Quando analisamos o grau de escolaridade, percebemos, neste estudo e em outros, que a LM está mais presente em pacientes com grau de escolaridade mais baixa. O estudo de Trierveiler et al., (2015), com 45 pacientes, demonstrou que seis tinham ensino superior completo, 12 ensino superior incompleto, 10 ensino médio completo, um ensino médio incompleto, dois ensino fundamental completo e 14 fundamental incompleto. No mesmo estudo, 34 pacientes tinham moradia própria, oito moradias alugadas, três pacientes possuíam moradias cedidas. Dados esses que vão de encontro ao estudo em questão.

Analisar a regularidade da atividade sexual semanalmente dá uma visão geral do quanto a sexualidade do paciente LM é afetada. Abdo et al. (2002) demonstrou que os brasileiros relatam fazer

sexo, em média, 2,9 vezes por semana. Neste estudo, sete (22%) pacientes disseram ter regularidade sexual uma vez na semana pós-lesão, três (10%) relataram ter relação duas vezes na semana e 21 (68%) não tiveram relação sexual pós LM.

Essa realidade diferencia-se da encontrada por Torrecilha et al. (2014) no trabalho intitulado: o perfil da sexualidade em homens com lesão medular, onde foi observado que de 36 pacientes, 75% mantiveram vida sexual ativa pós lesão medular, sendo que destes, 16% tinham relação sexual uma vez por semana. Infere-se que, essa diferença seja devido à condição de cada paciente, em cada pesquisa, visto que neste estudo, os pacientes estavam na fase aguda da lesão e hospitalizados, fatores os quais acreditamos que interferem negativamente para que o ato sexual aconteça.

Torrecilha et al. (2014) descreveram que de 36 pacientes 34 tinham desejo sexual preservado pós-lesão, sendo que 29 eram satisfeitos sexualmente e sete insatisfeitos. O tempo de LM desses pacientes variou de sete a nove anos. Biering-Sorensen et al. (2012) afirmaram que 70 a 80% dos indivíduos jovens com LM com mais de seis meses apresentavam maior facilidade para apresentar ereção, tendo, portanto, maior facilidade no ato sexual e melhora na satisfação.

Esses estudos demonstram o quanto o tempo de LM é fator determinante para melhora da função sexual do lesado medular. Dentre os fatores que interferiram no ato sexual no presente estudo, a hospitalização e a falta de privacidade são os mais citados, diferente dos fatores encontrados por Torrecilha (2014) em que o prejuízo da sensibilidade, a mobilidade reduzida, a não ocorrência do orgasmo e a baixa autoestima foram os mais descritos.

A orientação deficiente pode ser vista nas falas dos participantes do estudo, não sendo fator isolado. Evidencia-se que os profissionais da saúde que trabalham com reabilitação tendem a não transmitirem a orientação sexual aos pacientes vítimas de LM, fator suficiente para que ocorram mais investimentos e capacitação. Os pacientes, quando não orientados, sentem vergonha de perguntar e acabam sofrendo, devido ao desconhecimento de que forma podem voltar a ter uma prática sexual, gerando falta de interesse, sendo então deixada de lado (FARO, 1991).

Logo no primeiro contato com o paciente lesado medular devem ser aprofundados os conhecimentos sobre a sexualidade humana e sua imensa diversidade, voltando-se para a fisiologia, tendo em vista que profissionais bem capacitados contribuem significativamente na reabilitação social e sexual

(BAASCH, 2008).

Exercitar a resiliência desses pacientes é parte importante do cuidado dos profissionais, pois se abstrai dos mesmos pontos positivos de enfrentamento à nova condição gerada, colocando em destaque adjetivos pessoais capazes de gerar melhora da qualidade de vida (SHOELLER, 2012).

Conclusão

A Lesão Medular traz consigo várias mudanças repentinas e desconhecidas pela maioria. Fica evidente neste estudo que essas pessoas necessitam de instrução quanto às mudanças na sexualidade pós-Lesão Medular e que a falta de conhecimento pode provocar ansiedade, medo e frustração, trazendo uma visão de ser assexuado e limitado.

O não entendimento do parceiro ou da parceira sobre as mudanças ocorridas e como contorná-las tende a levar ao desgaste no relacionamento e por consequência o rompimento, sendo essa uma das tantas perdas que a pessoa com LM terá que conviver.

O sexo é considerado tabu, motivo pelo qual até mesmo os profissionais envolvidos no cuidado não se sentem confortáveis para falar sobre o tema. O enfermeiro é o profissional que passa a maior parte do tratamento ao lado do paciente, muitas vezes na fase aguda da lesão, devendo estar apto a conhecer as mudanças corporais e sexuais para só então definir o seu plano de cuidados.

Referências

- ABDO C.H.N, OLIVEIRA W.M, FITTIPALDI J.A.S. Perfil sexual da população brasileira: resultados do estudo comportamental sexual (ECOS) do brasileiro. *Rev. Bras. Med.*, v. 59, n. 4, p. 250-7, 2002.
- BAASCH, A.K.M. *Sexualidade na lesão medular. Dissertação (mestrado)*, Florianópolis, Universidade do Estado de Santa Catarina. 267 f, 2008
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2013.
- BIERING-SORENSEN, I.; HANSEN, R. B.; BIERING-SORENSEN, F. *Sexual function in a traumatic spinal cord injured population 10-45 years after injury*. *J. Rehabil. Med.* v. 44, n. 11, p. 926-931, 2012.
- BORGES, A. M. F; BRIGNOL, P; SHOELLER, S. D; BONETTI, A. *Percepção das pessoas com lesão medular sobre a sua condição*. ver. Gaúcha En-

ferm n. 3, v. 33, pag. 119-125, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sciarttext&pid=S198314472012000300016>>. Acesso em: 04 set. 2016.

BRASIL. *Diretrizes de atenção às pessoas com Lesão Medular*. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_atencao_pessoa_lesao_medular.Pdf, 2013. Acesso em: 10 ago. 2016.

CALABRO, R. S.; POLIMENI, G.; CIURLEO, R.; CASSELLA, C.; BRAMANTI, P. *Distúrbios ejaculatórios*. Neurogênicas: foco em tratamentos atuais e futuros. *Recentes Pat CNS Drogas Discov*, v. 6, p. 205-21, 2011.

CLEMENT, C.; STÉPHANE, B.; PIERRE, D.; PIERRE, C.; JACQUES, B.; FRANÇOIS, G. The spinal control of ejaculation revised: a systematic review and meta-analysis of anejaculation in spinal cord injured patients. *Human reproduction update*, v. 19, n. 5, p. 507-526, 2013.

CUSTODIO, N. R. O.; CARNEIRO, M. R.; FERES, C. C.; LIMA, G. H. S.; JUBE, M. R. R.; WATANABE, L. E.; SALIBA, L. G. R. S. O.; DAHER, S.; GARCIA, A. C. F. Lesão Medular no Centro de Reabilitação Dr. Henrique Santillo (CRER-GO). *Coluna/Columna*, v. 8, n. 3, p. 265-268, 2009.

FARO, A.C.M. *Estudo das alterações da função sexual em homens paraplégicos*. Dissertação (Mestrado). Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo, 1991.

FISHER, T.; BYFIELD, M. G.; BROWN, T. T.; FIEDLER, I.; LAUD, P. O perfil de necessidades de saúde sexual dos indivíduos de 12 meses após a lesão medular. *SCI Psychosoc Proc*, v. 14 n. 1, p. 5-11, 2001.

MINAYO, M.C. S.; GOMES, S. F. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 32. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Relatório mundial da saúde. *Saúde mental: nova concepção, nova esperança*. Lisboa, ed. 1, abril de 2002.

RIBERTO, M.; VASCONCELOS, M. L. C. E. Caracterização clínica das situações de fratura da coluna vertebral no município de Ribeirão Preto, propostas para um programa de prevenção do trauma raquimedular. *Coluna/Columna*, v. 10, n. 1, p. 40-3, 2011.

SCHOELLER, S.D. Mudanças na qualidade de vida das pessoas com lesão medular adquirida. *Rev. Eletr. Goiânia*, v. 14, p. 95-103, jan/mar, 2012. Disponível em: <https://www.fen.ufg.br/fen_revista/v14/n1/pdf/v14n1a11.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2016.

SOMERS, M.F. *Spinal cord injury: functional rehabilitation*. 2. ed. New Jersey: Prentice – Hall, 2001. 458 p.

TORRECILHA, L. A.; COSTA, B. T.; LIMA, B. F.; SANTOS, S. M. S.; SOUZA, B. R. *O perfil da sexualidade em homens com lesão medular*. *Fisioter. Mov*, Curitiba, v. 27, n. 1, p. 39-48, jan.-mar, 2014.

TRIERVEILER, K. S.; RAMOS, F. R. S.; SCHOELLER, S. D.; NOGUEIRA, G. C.; MARTINS, M. M. F. P.S.; SCHNEIDER, D. G. Funcionalidade familiar da pessoa com lesão medular. *Texto Contexto Enferm*. Florianópolis, v. 24, n. 4, p. 993-1002, out.-dez. 2015.

ZAKARAJSEK, J. S.; SHOPE, J. T. Longitudinal examination of underage drinking and subsequent drinking and risky driving. *Journal of Safety Research*, v. 37, p. 443-451, 2006.

TRABALHOS DE PESQUISAS

RELAÇÕES SEM COMPROMISSO ENTRE ADOLESCENTES

José Roberto da Silva Brêtas¹; Silvia Piedade de Moraes²; Luiz Fabiano Zanatta³; Maria José Dias de Freitas⁴; Ana Maria Limeira de Godoi⁵; Lais de Souza Ricardo⁶

RELATIONS WITHOUT COMMITMENT AMONG TEENS

Resumo: Este estudo teve como objetivo identificar o que pensam os adolescentes do sexo masculino e feminino sobre relações sem compromisso. A pesquisa de natureza qualitativa foi realizada com 750 adolescentes entre 12 e 18 anos de idade (324/43% do sexo masculino e 426/57% feminino) e desenvolvida em três escolas de ensino fundamental e médio da região de Santo Eduardo do município de Embu das Artes, São Paulo. Os resultados possibilitaram desvelar categorias como: qualificações das relações sem compromisso; estigmatização; experiências passageiras; consequências das relações sem compromisso. Concluiu-se que as relações sem compromisso entre adolescentes propiciam a vivência da sexualidade, possibilitam a oportunidade de estabelecimento de relacionamentos amorosos que podem ser considerados eventuais ou duradouros. Trata-se de um comportamento de risco que merece atenção dos profissionais das áreas de saúde e educação, com ações educativas voltadas para educação em saúde.

Palavras-chave: adolescente; comportamento sexual; gênero; sexualidade

Abstract: This study was intended to identify what they think teens of the masculine and feminine sex on the act of relations without commitment. Qualitative Research carried through with 750 adolescents between 12 and 18 years of age (324/43% of the masculine sex and 426/57% feminine). It was developed in three schools of basic and average education in Santo Eduardo, region of the Embu of Arts city, São Paulo. The results made it possible to reveal categories such as: qualifications of relations without commitment; stigmatization; experiences passengers; consequences of relations without commitment. The relationship between adolescents without compromise provides the experience of sexuality, enables the opportunity of establishing romantic relationships that can be as casual or long lasting. It is a risky behavior that deserves attention of professionals in the health and education areas, with educational actions for health education.

Keywords: adolescent; sexual behavior; gender; sexuality

¹Psicólogo. Professor associado da Universidade Federal de São Paulo - Unifesp. E-mail: bretas@ymail.com/jrsbretas@gmail.com

²Pedagoga. Coordenadora de programas educacionais da prefeitura de Guarulhos, SP. Doutoranda em Ciências pela Unifesp. Membro da SBRASH.

³Enfermeiro. Professor da Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP. Doutorando em Ciências pela Unifesp.

⁴Pedagoga. Professora da Universidade Paulista - UNIP. Doutoranda em Ciências pela Unifesp.

⁵Enfermeira do Instituto do Coração do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Mestranda em Ciências pela Unifesp.

⁶Enfermeira do Hospital Israelita Albert Einstein. Mestranda em Ciências pela Unifesp.

Introdução

Na adolescência o indivíduo passa por intenso crescimento e desenvolvimento que se manifesta por marcantes transformações anatômicas, fisiológicas, psicológicas e sociais, em um determinado contexto sociohistórico. As mudanças corporais e a sexualidade são, sobretudo, elementos estruturadores da identidade do adolescente. Essa função estruturante é, em grande parte, realizada por meio da representação mental que o adolescente tem de seu corpo, de sua imagem corporal (BRÊTAS; MUROYA; GOELLNER, 2009).

A sexualidade é algo que se constrói e aprende, sendo parte integrante do desenvolvimento da personalidade, capaz de interferir no processo de aprendizagem, na saúde mental e física do indivíduo.

Há também uma transformação na convivência social, em que o adolescente começa a se relacionar com turmas e a exercitar sua possibilidade de relacionamento com os outros. Como em os outros momentos da vida do adolescente, enfrentar essa nova situação desperta medo e receio, ao mesmo tempo em que há o interesse em conhecer e buscar o novo (BRÊTAS et al., 2011).

É nessa época que começa a haver o interesse pelas relações afetivas e sexuais. O namoro tem uma função clara de aprendizado da sexualidade e interação afetiva e, na atualidade, também tem sido uma forma de relação afetiva e/ou sexual sem envolvimento de compromissos. Esse fenômeno cultural de maior flexibilidade nos relacionamentos tem sido denominado “ficar” ou “pegar” (OLIVEIRA; GOMES; MARQUES, 2007).

Como resultado da cultura e de uma história das mentalidades, as diferentes formas de interação afetiva passam por mudanças. Na década de 1980 o termo “amizade colorida” significava que entre grupos de amizades havia também encontros afetivos e sexuais sem quaisquer compromissos. Na década de 1990, há uma ampliação na ideia de estar com alguém (afetiva e sexualmente) sem que houvesse qualquer compromisso. As fronteiras dos círculos de amizade são rompidas e passam a comportar qualquer pessoa pela qual se tem interesse mútuo. Assim, “ficar” e “pegar” tornaram-se não somente práticas da vida afetivo-sexual de adultos quanto chegou e permanece crescendo entre adolescentes (JESUS, 2005).

Essa busca por prazer constitui-se em importante forma de aprendizado social, afetivo e sensorial, iniciando-se geralmente entre 12 e 14 anos de idade. Posteriormente, cada pessoa pode, sem que

haja uma idade pré-determinada, adotar outras formas de relacionamentos mais estáveis (CASTRO; ABRAMOVAY; SILVA, 2004).

Atualmente estão difundidos entre os adolescentes, jovens e também adultos, os aplicativos para smartphone nos quais o objetivo é conhecer pessoas em busca de uma saída casual, sexual, relacionamento sério, amizade etc. São vários os aplicativos, como *Tinder*, *Badoo*, *Kickoff*, *Happn*, *Hot or not* entre outros que usam a geolocalização. Como se fosse um menu ou álbum de figurinhas, o usuário analisa perfis daqueles que estão próximos (ou em até um raio de 160 km de distância, dependendo do aplicativo) e seleciona quais são de seu interesse. Se houver interesse mútuo, duas pessoas podem entrar em contato e assim marcar um encontro. Geralmente esses aplicativos estão conectados ao *Facebook* ou a uma conta no *Google*. No perfil da pessoa aparece em qual distância está, idade, algumas fotos e interesses pessoais.

Segundo um estudo realizado por Oliveira, Gomes e Marques (2007), sobre representações do “pegar”, “ficar” e “namorar”, os resultados indicaram várias formas de relacionamentos entre os adolescentes. Estas são classificadas em um *continuum* que vai da liberdade absoluta à responsabilidade formalizada de forma que não possuam relação somente com a outra pessoa envolvida (parceira/parceiro), mas incluem suas famílias e os grupos sociais em que esses adolescentes se inserem. Essas formas de relacionamento também têm estreita relação com a descoberta do corpo do outro e a intensidade que esse corpo produz no adolescente.

Ainda não há clareza sobre os impactos que a experiência do “ficar” associada ao uso de aplicativos pode ter sobre a vida dos adolescentes. No que diz respeito aos antigos padrões comportamentais (de pressionar meninos a se comportarem de forma machista e de julgamento moral do comportamento sexual e afetivo das meninas) foi uma importante conquista da juventude. O que pouco se sabe é se os impactos na saúde, na integridade física e emocional têm sido também positivos.

Considerando a complexidade do assunto sobre o comportamento sexual do adolescente, construímos um projeto envolvendo a temática da sexualidade e prevenção, com ênfase no comportamento preventivo dos adolescentes. O presente estudo teve como objetivo conhecer o que pensam adolescentes e jovens sobre o comportamento de relacionar-se sem comprometimento social ou afetivo e identificar as subjetividades decorrentes desta prática na perspectiva da categoria analítica gênero.

Método

Trata-se de um estudo descritivo com abordagem qualitativa, em que utilizamos o método da Análise de Conteúdo, que pode ser definida como um conjunto de técnicas de análise de comunicação visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores que permitem a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção das mensagens. Utilizou-se para análise de conteúdo a técnica denominada Análise Categrorial que proporcionou o desmembramento do texto em unidades, em categorias segundo reagrupamentos analógicos (BARDIN, 2010).

O projeto deste estudo foi avaliado e aprovado pelo comitê de ética da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) com protocolo n. 1404/11, obedecendo todos os padrões estabelecidos pela resolução 466/12, que trata das normas de pesquisa envolvendo seres humanos (BRASIL, 2013). Destaca-se que os termos de consentimento e assentimento foram devidamente esclarecidos e assinados respectivamente pelos responsáveis e participantes do estudo.

Participaram do estudo 750 adolescentes entre 12 e 18 anos de idade (324 rapazes e 426 garotas) que frequentavam as atividades de educação em sexualidade desenvolvidas pelo projeto de extensão universitária "Corporalidade e Saúde", junto a três escolas de ensino fundamental e médio da região de Santo Eduardo, do município de Embu das Artes, São Paulo. Os critérios de inclusão dos participantes foram estar matriculados em uma das três escolas da região de Santo Eduardo e participar das atividades educativas do projeto de extensão universitária.

A coleta de dados ocorreu entre o período de outubro de 2011 e novembro de 2012 com uma questão norteadora aplicada em 15 grupos de adolescentes no período das referidas atividades, com o seguinte enunciado: "o que você pensa sobre a relação sem compromisso entre adolescentes?".

Após a coleta de dados, optamos pela análise categorial do universo "relação sem compromisso entre adolescentes", que se baseou na definição de categorias elaboradas a partir das narrativas dos adolescentes. Realizou-se a análise dos dados fazendo uma leitura integral das narrativas de cada participante tentando compreender as suas experiências. Foram lidos de tal forma a obter-se um sentido geral de todos os relatos. Em seguida, a releitura de cada relato buscou o significado da questão para cada participante. Os significados foram agrupados

por suas semelhanças dando origem às categorias. Nesse sentido, Bardin (2010) refere que a categorização é uma operação de elementos construtivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento de gênero (analogia), com os critérios previamente definidos. As categorias são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão dos caracteres comuns destes elementos.

Resultados

Com a estruturação em categorias, buscou-se contornos do sistema de significação que, no seu conjunto, revelaram a percepção dos participantes sobre o tema relação sem compromisso, que foram organizadas e apresentadas da seguinte maneira:

I. Qualificações das relações sem compromisso

A categoria mostrou, de forma geral, que as opiniões de garotas e rapazes foram semelhantes. As narrativas demonstraram que a relação sem compromisso envolve a concretização do ato sexual, como vemos:

É sexo. (rapazes, garotas)

É quando duas pessoas mantêm algum tipo de relacionamento sexual. (rapazes, garotas)

É apenas atração física. (garotas)

As narrativas mostram que garotas e rapazes apresentavam conotações de aprovação como uma manifestação do desejo, algo que todo mundo gosta, divertimento, algo agradável quando existe reciprocidade e como forma de conhecer pessoas.

É tudo de bom com quem a gente gosta mesmo. (rapazes, garotas)

Ficar com todos só para se mostrar ou outras coisas assim. Isso para alguns é só divertimento. (rapazes, garotas).

É uma coisa que todo mundo gosta. (rapazes, garotas)

Apontam, também, conotações de reprovação como algo sem sentido, sem caráter e algo que agride emocionalmente e imoral.

Sair pegando é uma coisa sem sentido. (garotas)

Ficar ou pegar alguém é uma pouca vergonha, é uma coisa para quem não tem caráter. (rapazes, garotas)

Pra alguns é apenas curtir o momento machucando o outro. (rapazes)

Ficar é um modo de conhecer melhor a pessoa, só que é um modo diferente de fazer amizade. (rapazes, garotas)

É muito ruim, pois o que adianta beijar uma pessoa que a gente não ama, só fica para dar um beijo quando amanhã nem olha no rosto de quem ficou. (rapazes, garotas)

Os adolescentes apresentaram um campo de experiências para um relacionamento mais duradouro, como o namoro. As unidades significativas ocorreram tanto nas falas dos rapazes quanto das garotas, como vemos nas narrativas:

É um sentimento de carinho. (rapazes, garotas)

É poder conhecer melhor a pessoa que futuramente pode ser seu namorado/a. (rapazes, garotas)

Pode durar um dia, dois, três dias, uma semana, ou às vezes durar muito tempo se transformando em namoro. (rapazes, garotas)

Eu entendo que ficar pode ser encarado como um novo amor ou um começo de um namoro sério. (rapazes)

2. Estigmatização

Esta categoria desvelou a tendência que os rapazes têm em rotular com conotações depreciativas as garotas que se relacionam com mais de uma pessoa em um mesmo lugar, por outro lado, as garotas demonstraram medo de serem estigmatizadas e expressaram cautela na seleção dos parceiros, como observamos nas narrativas:

As meninas que ficam com os meninos são todas galinhas. (rapazes)

Devemos ter consciência para depois não sofreremos com as consequências, como ficar mal falada. (garotas)

Muitas vezes é bom, mas as pessoas levam para a prostituição. (rapazes)

Não é só por que eu sou adolescente é que vou passar na mão de um e de outro. Tenho que valorizar meu corpo e o meu nome. (garotas)

3. Experiências passageiras

Esta categoria desvelou que este tipo de relação é na prática dos adolescentes um ato fugaz, passageiro, sem durabilidade e continuidade e, ao

mesmo tempo, o que lhe dá consistência é, no dizer dos adolescentes, uma relação sem compromisso.

Relacionamento com alguém sem ter nenhum compromisso com ela, não precisando dar satisfações depois. (rapazes, garotas)

Pegar alguém é uma diversão passageira, um passatempo. (rapazes, garotas)

É quando você passa momentos e carícias com uma pessoa que você gosta ou tem atração, mas não é nada sério. (rapazes, garotas)

É um modo de conhecer o seu parceiro sem compromisso. (rapazes, garotas)

Passar apenas um momento gostoso com quem se está a fim. (garotas)

4. Consequências das relações sem compromisso

A categoria mostrou que os participantes acreditam que esse comportamento pode oferecer riscos para saúde dos/as praticantes.

As pessoas só pensam no prazer imediato, sem pensar na possibilidade de risco algum. (garotas)

Às vezes é bom e às vezes é ruim, porque podemos pegar doenças. (rapazes)

É por causa do ficar que está havendo muita gravidez de adolescentes. (garotas)

Ficar é tudo, no domingo que passou fiquei com uma menina e transamos sem camisinha, agora estou com um pouco de medo. (rapazes)

Acho que esse tal de ficar não é certo, pois uma pessoa pode estar contaminada e fica com outra, a outra fica com outra, assim vai passando a doença para outras pessoas. Assim, o portador não sabe e vai contaminando outras pessoas. (garotas, rapazes)

Discussão

Para os participantes da pesquisa, as relações sem compromisso são carregadas de julgamento de valor repleto de contradições. Tanto para as garotas quanto para os rapazes os princípios são muito semelhantes. As narrativas mostraram que garotas e rapazes apresentavam conotações positivas associadas à manifestação do desejo, à diversão e à ampliação nas relações e interações sociais. Destacaram como aspectos negativos a futilidade e a fragilidade que os vínculos afetivos e sociais podem ganhar criando relações sem sentido ou estabelecendo para si um caráter duvidoso. Além disso, destacaram que tais relações podem agredir emo-

cionalmente e tornar-se imoral. Tais atribuições de valores deram-se possivelmente mediante as influências da família, religião e cultura de cada adolescente e das representações discursivas de condutas afetivas e sexuais muito presentes na sociedade.

Como destaca Jesus (2005), a relação sem compromisso é uma manifestação cultural. Neste sentido, Heilborn (2006) refere que a cultura é a responsável pela transformação dos corpos em entidades sexuadas e socializadas, por intermédio de redes de significados que abarcam categorizações de gênero, de orientação sexual, de escolha de parceiros. Valores e práticas sociais modelam, orientam e esculpem desejos e modos de viver a sexualidade, dando origens a carreiras sexuais/ amorosas.

As narrativas referem que os jovens só ficam com alguém por sentirem atração física, fato também relatado em um estudo realizado por Jesus (2005), no qual percebeu que a principal razão que leva uma pessoa a ficar com outra é a aparência física. Há uma supervalorização da imagem corporal pelos adolescentes, pois há influência de uma sociedade de consumo, capitalista, em que eles se preocupam em andar vestidos conforme a moda e os padrões de beleza são mais relevantes do que o próprio indivíduo.

Além de ser considerado por muitos uma novidade dos tempos modernos, podemos conjecturar que o comportamento de relação sem compromisso está desestabilizando tradicionais relações hierárquicas de gênero, desta forma, possibilitando que as jovens experimentem outras formas de vivenciar prazeres e afetividades, não necessariamente esgotando-se num significado único e libertário na prática da relação sem compromisso (CASTRO; ABRAMOVAY; SILVA, 2004).

Mesmo que esse e outros estudos mostrem que o comportamento das jovens está sob constantes controle e julgamento dos seus colegas, na atualidade discute-se a exigência de uma maior igualdade de direitos entre mulheres e homens. Essas novas formas de relacionamentos criam uma autonomia individual, mas que trazem em si resistências de uma cultura patriarcal opressiva às mulheres, tornando-as alvo constante de uma violência misógina e sexista (BORGES; NAKAMURA, 2009).

O “ficar” ou “pegar” pode ou não estar relacionado a práticas sexuais. Não há nenhuma garantia de relacionamento compromissado. Para muitos adolescentes é uma forma de conhecer antes de estabelecer um namoro. Esse acontecimento, por ser um relacionamento eventual, é uma forma de viver um intenso momento de descobertas sexuais, no qual ainda não se deseja um compromisso com

muitas exigências (PAIVA, 1991).

No namoro, quer seja precedido ou não pelo “ficar”, questões como a fidelidade se tornam importantes. É no decorrer do namoro, na medida em que a relação se firma, os jovens vão fortalecendo o afeto, atração mútua e o planejamento de ações conjuntas.

No caso do “ficar”, os participantes da pesquisa declararam que as relações sem compromisso são percebidas como positivas para ambos os sexos, no entanto, para as meninas há um sutil código rígido que reverbera na qualificação de sua conduta moral – a garota não pode ficar no mesmo dia e mesmo local com dois ou mais garotos diferentes, caso contrário, receberá apelidos e nomenclaturas de desvalor à sua integridade.

Assim, se quanto ao conhecimento e ao aprendizado das interações afetivas e sexuais garotas e rapazes estejam muito próximos da igualdade, a variação das parcerias ainda responde a princípios patriarcais e machistas às mulheres. Há um sistema de valores e crenças generificados que ainda perduram, destacando as desigualdades entre a vida sexual das mulheres e a dos homens.

Para as garotas é como se um intervalo entre uma e outra “ficada” precisasse existir para restaurar “sua dignidade” perante o grupo social. Para os adolescentes, o sentimento de pertencimento em grupo é fundamental (BRÊTAS et al, 2011) e, por isso, crenças no interior do grupo podem pressionar seus membros a padronizar condutas. Desrespeitar regras de tamanha subjetividade não é fácil, visto que significa romper com aquilo que certamente também acredita para si e para o outro. Além do mais, o exercício de dizer “não” aos pares pode representar a aceitação de um estigma e a fragilidade dos vínculos de amizade.

Para as meninas o estigma negativo tem um peso ainda maior. Ao adquirirem determinadas fomas, são ao mesmo tempo menosprezadas e pressionadas a realizarem o que não querem, colocando-as em situação de maior vulnerabilidade.

Com relação a essa forma de relacionamento, os jovens assumem uma atitude contraditória, no sentido de julgar o próprio comportamento; ao mesmo tempo que os meninos recriminam a alternância das garotas por ficarem com vários rapazes, são movidos por uma “competição” com o objetivo de se relacionar com o maior número possível de garotas (SOUZA; NUNES; MACHADO, 2012).

A relação sem compromisso na adolescência mostra uma representação do papel ativo que é atribuído ao homem e a necessidade de manter essa imagem. Esse fenômeno é reforçado pelas

adolescentes do sexo feminino. Assim, a representação imagética de “fácil” ainda se encontra presente na cartografia mental feminina, assim como o encargo de se responsabilizar por medidas e tecnologias para a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e de gravidez. Esse fato deixa transparecer uma representação masculina de que a mulher é responsável pela preparação da cena em que o homem é convidado a atuar (OLIVEIRA; GOMES; MARQUES, 2007).

Segundo Connell (1995) existe uma narrativa convencional sobre como as masculinidades são construídas com uma definição das condutas e dos sentimentos apropriados para homens. Neste contexto, os rapazes são educados a agir e a sentir de forma característica e a se distanciar do comportamento das mulheres, das garotas e da feminilidade, compreendidos como o oposto. Grande parte dos jovens internaliza essa norma social e adota maneiras e interesses masculinos, frequentemente tendo como ônus a repressão dos seus sentimentos, o que pode levar à violência ou a dificuldades nas relações afetivas.

O projeto da masculinidade se revela (CONNELL, 1995) quando a mesma valoração é aplicada a um rapaz. A variação de parcerias perde o sentido pejorativo e pode significar aquele que consegue seduzir, conquistar e finalmente “pegar” um grande número de garotas sempre que quiser. Este tipo acaba ganhando *status* junto ao seu grupo e incentivando outros que se identificam com sua maneira de agir. Há, assim, extremo destaque relacionando variação de parcerias à virilidade.

A ordem social masculina está tão profundamente arraigada que não requer justificção: se impõe a si mesma como autoevidente e é considerada “natural” devido ao acordo quase perfeito e imediato que obtém de estruturas sociais tais como a organização social do espaço e do tempo e a divisão social do trabalho, e, por outro lado, de estruturas cognitivas inscritas nos corpos e nas mentes (LAMAS, 2000).

Bourdieu (2011) refere que a dominação masculina está ancorada em nossos inconscientes, nas estruturas simbólicas e nas instituições da sociedade.

Assim, na busca da identidade masculina, a virgindade é vista como vergonha e o medo de demonstrar a falta de experiência faz com que o adolescente não se exponha perante o seu grupo. Além da necessidade de valorização da virilidade masculina, os adolescentes demonstram que a noção de masculinidade é fundada a partir da sociedade patriarcal, que ainda está presente na vida do

adolescente atual e é reiterada pelas tradicionais expectativas das relações de gênero, ainda vigentes (BRÊTAS et al, 2011).

Atualmente, em nossa sociedade, uma das características mais evidentes da masculinidade é a heterossexualidade (BRÊTAS et al, 2011). O garoto busca sua masculinidade no lado oposto da feminização, ou seja, em oposição à mulher. Para Badinter (1993), a criança transforma sua primitiva identidade feminina em uma identidade masculina. No sistema patriarcal, os homens utilizam diferentes métodos para conseguir fazer do jovem, por sua vez, um “homem de verdade”.

Nesse sentido, a valorização da primeira relação sexual pelo adolescente do sexo masculino existe em função da necessidade de se impor perante o grupo de amigos, sendo muitas vezes valorizado pela família, consistindo um rito de passagem (BRÊTAS et al, 2008), um marco importante na vida de um rapaz, no sentido de afirmar seu poder de “macho”, traço ainda marcante da antiga identidade masculina. Não ter relações sexuais pode significar para o rapaz não demonstrar esse poder que pode estar associado à condição de escolha pela homossexualidade, uma grande preocupação entre adolescentes. Essa incursão, exercício do poder e autoafirmação da imagem de “macho” muitas vezes acontece de maneira agressiva, transgredindo o bom senso e as regras sociais, como observamos na narrativa.

É importante ressaltar que nessa prática encontra-se exemplificada a perpetuação da relação existente entre gênero e poder, presente no discurso de Foucault (2014) sobre a sexualidade. A construção cotidiana do domínio masculino sobre o seu corpo, em detrimento ao da mulher, define claramente os conteúdos do ser masculino e feminino que estruturam o duplo padrão de moral de nossa sociedade; o primeiro apresentando um caráter ativo, frente ao segundo, relacionado à passividade.

Nos discursos dos jovens esse comportamento configurou-se de certa forma como a interação afetiva e sexual em que se pode lidar com as demandas referentes às relações de namoro, consideradas mais rígidas. Neste sentido, a relação sem compromisso aparece como uma forma alternativa ao namorar, cujos aspectos mais enfatizados por rapazes e garotas dizem respeito ao relaxamento dos acordos mais complexos, pertinentes às relações estáveis. Assim, a obrigação da fidelidade é uma das dificuldades que o ficar minimiza, proporcionando maior flexibilidade das interações afetivas (CASTRO; ABRAMOVAY; SILVA, 2004).

As narrativas delimitadas e apresentadas na

categoria “experiências passageiras” indicaram que esse tipo de interação traz para os jovens certa descontração no que se refere aos códigos estabelecidos para as relações de namoro.

Os dados desta categoria permitiram a correlação com o anterior, em que a expressão “estar com duas garotas ou mais” reforça a estigmatização masculina em relação às garotas. Já a unidade significativa “passar apenas um momento gostoso com quem se está afim” contribuiu com a precaução das garotas na autovalorização.

As garotas demonstraram preocupação com a gravidez, enquanto os rapazes revelaram preocupação com DST. Essa constatação pode ter relação com o fato de que os rapazes apresentem dificuldade em aceitar o uso da camisinha e as garotas apresentam dificuldade em argumentar a necessidade do uso.

Trata-se do fator cultural, em que adolescentes relataram que o uso da camisinha atrapalha o prazer do ato sexual, sendo expressa popularmente na conhecida frase “chupar bala com papel”. Esta conotação dada à camisinha está diretamente ligada à própria noção de masculinidade que ainda permeia parte da cultura, talvez de grande parte dos adolescentes brasileiros. “Tirar o prazer” significa racionalizar ou reprimir seus impulsos sexuais, considerando uma traição à sua virilidade; pois ser homem é “naturalmente” ter menos controle de seus impulsos sexuais e agressividade (PAIVA, 1991).

Apesar da mudança nas relações de gênero nas últimas décadas, alguns adolescentes ainda atribuem a responsabilidade da prevenção à mulher. Isso acontece porque as representações discursivas de que as mulheres são as únicas responsáveis pela regulação da fertilidade, da reprodução e da maternidade ainda perduram na sociedade. Assim, esses discursos continuam produzindo efeitos sobre as relações de gênero desiguais. No caso dos adolescentes, essas relações interferem de forma considerável na sexualidade e no entendimento que têm em relação à saúde reprodutiva, pois elas são estruturas presentes em seu contexto e responsáveis por socializações generificadas (YÉSPE; PINHEIRO, 2014).

De acordo com Aberastury (2003), outro fator importante e frequente na adolescência é o sentimento de onipotência. Este exercício de autoafirmação faz com que pensem ter imunidade contra tudo o que acontece ou possa acontecer em seu meio, expondo-se a riscos, perigos e ficando mais vulnerável em algumas

situações.

Considerações finais

As interações afetivas são fundamentais para que se estabeleça a formação da identidade adolescente. É por meio delas que se experimentam, em um círculo mais amplo de pessoas, relações de companheirismo, responsabilidade consigo e com o outro, empatia e confiança. As trocas e experiências íntimas, com ou sem experiência sexual, são importantes para o desenvolvimento da vida sexual. A curiosidade, a atração sexual e o desejo se intensificam possibilitando a oportunidade de estabelecer vínculos de relacionamentos afetivos casuais, eventuais ou duradouros.

Os relacionamentos afetivos casuais e eventuais tomam forma na linguagem do adolescente com a relação sem compromisso “ficar” ou “pegar”, não havendo vínculo pessoal ou mesmo um compromisso duradouro. É interessante observar que apesar da relação sem compromisso ser muito comum atualmente, esta forma de experimentação é carregada de preconceito não só entre os adultos, mas pelos próprios adolescentes. Há uma distinção sobre a variação de parcerias (tempo de espaçamento e lugar) para as garotas e para os rapazes.

O “ficar” e o “pegar” também representam uma atitude revolucionária perante a sexualidade. Os rapazes e as garotas “ficam” ou “pegam”, o que permite uma sexualidade muito mais interessante. O desejo do adolescente é intenso, fluido e está em todo lugar. Estamos imersos em um processo de instalação de novos conceitos de amor e sexo, em um mundo aterrorizado pelas DSTs. Ainda há poucas evidências sobre os impactos das relações sem compromisso que crescem cada vez mais com os adventos das tecnologias digitais e aplicativos de smartphone.

Há outro lado também que se revela na relação sem compromisso. Se, inicialmente, a relação sem compromisso é pensada como fruto de liberalismo ela, na verdade, é um remédio ao mal-estar que o liberalismo provoca. A despeito de se constituir para os adolescentes uma promiscuidade, a relação sem compromisso tem uma ética que é o adiamento de uma relação na qual o sujeito adolescente não poderia se posicionar, dadas às contingências de sua situação.

Também foi desvelada que a interdição da vivência da sexualidade ao sexo feminino está sendo lentamente vencida, pois o direito ao prazer afetivo/sexual aparece como uma conquista legítima e individual dessas garotas e compartilhada também

pelos rapazes. Nem por isso desapareceram as diferenças no julgamento moral negativo das condutas das garotas em detrimento dos comportamentos dos rapazes.

O comportamento sexual humano, quando vivenciado de forma segura, em geral está ligado à alegria, ao prazer e à satisfação. Assim, entendemos que nas ações educativas, as informações devem ser corretas, precisas e principalmente atuais e contextualizadas, por isso este assunto não pode estar fora dos conteúdos destinados à educação em sexualidade para adolescentes e jovens, pois está relacionado ao sexo seguro, o que significa poder vivenciar a sexualidade de forma satisfatória, sem o temor de complicações que possam colocar em risco sua própria saúde e seu projeto de vida.

Referências

- ABERASTURY, A; KNOBEL, M. *Adolescência normal*. Porto Alegre: Artmed, 2003.
- BARDIN, I. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2010.
- BADINTER, E. XY: *La identidad masculina*. Espanha: Alianza Editorial, 1993.
- BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.
- BORGES, A. L. V; NAKAMURA, E. Normas sociais de iniciação sexual entre adolescentes e relação de gênero. *Rev Latino-am Enfermagem*, v. 17, n.1, jan.-fev. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11692009000100015&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 24 fev. 2016.
- BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução 466/12. Brasília, *Diário Oficial da União*, n. 12, Seção 1, p. 59, 2013.
- BRETAS, J. R. S.; MUROYA, R. L.; GOELLNER, M. B. Mudanças corporais na adolescência. In: BORGES, ALV; FUJIMORI E. (ORG). *Enfermagem e a saúde do adolescente na atenção básica*. Barueri: Manole, 2009. p. 82-115.
- BRÊTAS, J. R. S; OHARA, C. V. S; JARDIM, D. P; JUNIOR, W. A; OLIVEIRA, J. R. *Aspectos da sexualidade na adolescência*. *Ciência & saúde coletiva*, v. 16, n. 7, p. 3221-3228, 2011.
- BRÊTAS, J. R. S; MORENO, R. S; EUGENIO, D. S.; SALA, D. C. P; VIEIRA, T. F; BRUNO, P. R. *Os rituais de passagem segundo adolescentes*. *Acta Paul. Enferm.*, v. 21, n. 3, p. 404-411, 2008.
- CASTRO, M. G; ABRAMOVAY, M; SILVA, L. B. *Juventudes e sexualidades*. Brasília (DF): Unesco, 2004.
- CONNELL, R. W. Políticas da masculinidade. *Educação e Realidade*, 20 (2): 185-206, 1995.
- DE JESUS, J.S.O. Ficar ou namorar: um dilema juvenil. *Psicologia*, São Paulo, v. 6, n. 1, p.67-73, jun. 2005. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-73142005000100009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 12 nov. 2016.
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade I: vontade de saber*. São Paulo: Paz e Terra, 2014.
- HEILBORN, M. L. *Sexualidade: o olhar das ciências sociais*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2006.
- LAMAS, M. *Gênero: os conflitos e desafios do novo paradigma*. *Proposta*, v. 84/ 85, p. 13-25, 2000.
- OLIVEIRA, D. C; GOMES, A. M. T; MARQUES, S. C. "Pegar", "ficar" e "namorar": representações sociais de relacionamentos entre adolescentes. *Rev Bras Enferm.*, v. 60, n. 5, p. 497-502, 2007.
- PAIVA, V. Sexualidade e gênero num trabalho com adolescentes para prevenção do HIV/AIDS. In: PARKER, R. *A aids no Brasil*. Rio de Janeiro: ABIA/IMS/Uerj, 1991.
- SOUZA, V. F. F; NUNES, M. L. S; MACHADO, C. J. S. Ficar é: um código de relacionamento entre adolescentes. *Caderno Espaço Feminino*; v. 25, n. 2, p. 1981-3082, 2012.
- YÉPEZ, M. A. T.; PINHEIRO, V. S. Socialização de gênero e adolescência. *Estudos Feministas*, v. 13, n. 1, p. 216, 2005.

UM OLHAR *QUEER* SOBRE A EDUCAÇÃO SEXUALÉrick Roberto Freire de Araújo Silva¹; Fátima Elisabeth Denari²A *QUEER* VIEW ABOUT SEX EDUCATION

Resumo: A educação sexual compreende uma variável fundamental para o desenvolvimento crítico e para a emancipação política e social dos/as educandos/as. Contudo, ela não ocorre de forma efetiva. A relutância do poder legislativo e a omissão do executivo, subalternizados pelo conservadorismo, têm responsabilidade central para a manutenção desse cenário. Desse modo, haja vista que a educação formal é um espaço estratégico para o trabalho com temas voltados para a sexualidade, as ações nesse ambiente devem ser incentivadas e garantidas pelo poder público. Este trabalho buscou produzir um panorama das características da teoria *queer* que convergem com os preceitos da educação sexual, inclusive a escolar. Todo esse enredo buscou desvelar a possibilidade de uma pedagogia *queer*, que pode potencializar a educação sexual no espaço escolar.

Palavras-chave: teoria *queer*; educação sexual

Abstract: Sex education at school comprises a variable key for the critical development and political and social emancipation for the students. However, in fact, it is not effective. The reluctance of the legislative and the omission of the executive, subordinated by conservatism, have primary responsibility for the maintenance of that condition. Considering the formal education has a strategic role of working with themes related to sexuality, some actions in that area should be encouraged and guaranteed by the Government. This research aimed to produce a panorama of the features of the *queer* theory that converge with the precepts of sexual education, including educational. This entire plot sought to reveal the possibility of a *queer* pedagogy, which can enhance sex education at school.

Keywords: *queer* theory; sex education

¹Mestre em Educação Sexual, pela Universidade Estadual Paulista (2016). Licenciado em Ciências Exatas, com habilitação em Matemática e em Ciências Físicas e Biológicas, pela Universidade de São Paulo (2010). Professor de Educação Básica na Escola Municipal de Sertãozinho Prefeitura Maria Neli Mussa Toniello. E-mail: erick.usp@gmail.com

²Doutora em Metodologia do Ensino pela Universidade Federal de São Carlos (1997). Mestre em Educação Especial pela Universidade Federal de São Carlos (1984). Graduada em Estudos Sociais pela Associação de Escolas Reunidas de São Carlos (1976). Graduação em Complementação Pedagógica pela Faculdade São Luiz (1986). Professora associada junto ao Departamento de Psicologia da Universidade Federal de São Carlos. Professora colaboradora junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação Sexual da Universidade Estadual Paulista. Tem experiência na área da psicologia, com ênfase no desenvolvimento humano. E-mail: fadenari@terra.com.br

Introdução

A sexualidade tomou corpo como arte e ciência conforme tornou-se objeto de estudo de cientistas, religiosos, educadores, curiosos, e outros mais que se aventuraram ao estudo e às descobertas da área. Constituiu-se nos últimos dois séculos por meio de muitos olhares e perspectivas, apesar de, em tese, sempre existir. Não obstante ter sido descrita, apreendida, detalhada, dividida e categorizada, vem perdendo contato com sua essência, na medida em que contempla o efêmero, o inconstante, o estranho e o incompreensível.

É certo que tem sido alvo de controle e regulação, desde que é possível contar. Os diversos governos e as instituições, como a igreja e a própria família, têm verdades sobre esse conceito que devem ser difundidas por seus agentes. Algumas dessas verdades se complementam. Muitas outras se contradizem. Mas não deixam de ser verdades, pois normatizam a relação da sociedade com a sexualidade.

Este trabalho busca produzir um panorama mostrando os possíveis pontos de contato entre a teoria *queer* e a educação sexual, inclusive a escolar. Para isso, foram traçadas algumas características dessa área de conhecimento que convergem em uma forma fluida denominada teoria *queer*, passando por seus pressupostos e influências, bem como por seus teóricos. Todo esse enredo busca desvelar a possibilidade de uma pedagogia *queer*, que pode influenciar a educação sexual. O autor se respaldou em estudos de Louro (2013), Miskolci (2010), Butler (2010), Salih (2013), Silva (2005), entre outros.

A teoria *queer* na pós-modernidade

A teoria *queer* não pode ser definida ou apreendida. Não pode ser reproduzida ou exercitada. Não pode ser exemplificada. Nem ao menos pode ser compreendida dentro das fronteiras de uma teoria. A imobilidade de uma definição elimina a essência *queer*.

Podemos nos debruçar sobre ensaios e densas leituras. Mas experimentar a teoria *queer* só será possível por meio de uma determinada relação estabelecida entre sua mente e o objeto de estudo. Com uma perspectiva libertária e emancipatória e com um pensar crítico, é possível vislumbrá-la. Porém,

ao mesmo tempo em que buscamos compreendê-la em seu todo, perdemos a epifania. Se a dominamos, não se trata da teoria *queer*.

Como afirma Louro (2013, p. 7), *queer* é estranho, esquisito, excêntrico. É o sujeito da sexualidade desviante, que não almeja ser integrado tampouco tolerado. Trata-se de um jeito de pensar que desafia as normas regulatórias da sociedade. “*Queer* é um corpo estranho que incomoda, perturba, provoca e fascina”.

O termo “*queer*” trata da apropriação de um discurso utilizado como insulto e ofensa e sua essência reside, justamente, no fato de não ser passível de definição exata. “O *queer* é um momento, um movimento, um motivo contínuo – recorrente, vertiginoso, *troublant* [perturbador]” (SEEDGWICK, 1994, p. 12). Ainda de acordo com Seedgwick, uma influente teórica *queer*, a raiz latina da palavra significa “atravessado”, que vem da raiz indo-latina *torquere*, de “torcer”, e da inglesa *athwart* de “través”. Mas, como já tratado, os teóricos convergem em não atribuir uma definição limitada da expressão.

A teoria *queer* está sendo difundida, naturalmente, na pós-modernidade, quando é necessário pensar, não só em processos mais confusos, difusos e plurais, mas especialmente supor o sujeito como fragmentado, fluido e cambiante (LOURO, 2013).

Contrariamente às teorias sociais, que buscam apresentar resultados e explicitar fenômenos, a teoria *queer* questiona as normas e a própria forma de pensar a cultura, sem que para isso, necessariamente, precise apresentar uma alternativa ou solução aplicável. Após o contato com a teoria *queer*, tem-se apenas muito mais conflitos e dúvidas. No entanto, desenvolve o sujeito, subvertendo-o.

Os pensadores *queers*

Seus principais teóricos possuem uma obra muito diversificada. Por volta dos anos 1990, seus pressupostos podiam ser percebidos claramente na perspectiva teórica de um grupo diverso de autores, que convergiam em alguns aspectos.

Os/as teóricos/as *queer* constituem um agrupamento diverso que mostra importantes desacordos e divergências. Não obstante, eles/elas compartilham alguns

compromissos amplos – em particular, apoiar-se fortemente na teoria pós-estruturalista francesa e na desconstrução como um método crítica literária e social; põem-se em ação, de forma decisiva, categorias e perspectivas psicanalíticas; são favoráveis a uma estratégia descentrada ou desconstrutiva que escapa das proposições sociais e políticas programáticas positivas; imaginam o social como um texto a ser interpretado e criticado com o propósito de contestar os conhecimentos e as hierarquias sociais dominantes. (SEIDMAN, 1995, p. 125).

Apesar de não entrar diretamente em conflito com teorias afins, a teoria *queer* propõe um entendimento fundamental que diverge. Assim mostra Salih (2013, p. 20):

Enquanto os estudos de gênero, os estudos gays e lésbicos e a teoria feminista podem ter tomado a existência de “o sujeito” (isto é, o sujeito gay o sujeito lésbico, a fêmea, o sujeito “feminino”) como um pressuposto, a teoria *queer* empreende uma investigação e uma desconstrução dessas categorias, afirmando a indeterminação e a instabilidade de todas as identidades sexuais e generificadas.

A teoria *queer* estimula essa viagem de reconstrução do ser, negando o naturalizado. Nesse trajeto, de certo, “[...] há, aqui, formação e transformação, mas num processo que, ao invés de cumulativo e linear, caracteriza-se por constantes desvios e retornos sobre si mesmo, um processo que provoca desarranjos e desajustes, de modo tal que só o movimento é capaz de garantir algum equilíbrio ao viajante” (LOURO, 2013, p. 13).

A transgressão está presente não só na relação do sujeito com a sociedade, mas também na forma de perceber essa relação. Essa transgressão ocorre, por vezes, pelo movimento e pela fluidez da essência do gênero e da sexualidade. Mais do que o ponto de chegada, o subversivo encontra prazer no trajeto e nas nuances do estar “entre mundos”.

Usada como lente, a teoria *queer* permite enxergar processos até então despercebidos, ou pelo menos não questionados, como a regulação do gênero. A identidade do ser e do corpo é construída e estabelecida antes do nascimento, por agentes sociais. Muitas vezes

de forma involuntária.

O descobrimento do sexo do bebê, geralmente por volta do quarto mês de gestação, inicia um protocolo de regulação complexo e sistemático. Sistemático porque a ordem precisará ser reiterada ao longo da vida. Esse processo determina no ser em desenvolvimento definições e uma direção a ser seguida. São decisões externas sobre a identidade pessoal daquele sujeito. De acordo com Judith Butler (1993), essa decisão desencadeia um processo de adequar esse corpo ao universo masculino ou feminino. Processo esse baseado em características físicas, categorizadas socialmente, às quais são atribuídas significados culturais.

De acordo com Louro (2013, p. 15):

O ato de nomear o corpo acontece no interior da lógica que supõe o sexo como um “dado” anterior à cultura e lhe atribui um caráter imutável, a-histórico e binário. Tal lógica implica que esse “dado” sexo vai determinar o gênero e induzir a uma única forma de desejo. Supostamente, não há outra possibilidade senão seguir a ordem prevista. A afirmação “é um menino” ou “é uma menina” inaugura um processo de masculinização ou de feminização com o qual o sujeito se compromete.

Assim, o sujeito nasce com uma carga de comprometimento e está, de certa forma, obrigado a viver segundo esses preceitos.

De acordo com Louro (2013, p. 16), apesar de tudo isso, o processo é subvertido. “Mesmo que existam regras, que se tracem planos e sejam criadas estratégias e técnicas, haverá aqueles e aquelas que rompem as regras e transgridem os arranjos”.

A sexualidade, em especial, escapa ao controle, quase que instintivamente, e sempre há aqueles e aquelas que recusam “a instituição de uma heterossexualidade compulsória e naturalizada” (BUTLER, 2010, p. 46).

Nesse ponto, entra em campo a pedagogia corretiva, comprometida em fazer a manutenção das estruturas culturais vigentes. Muito bem articulada com instâncias e instituições contemporâneas, direciona sistematicamente e de forma arbitrária planos de recuperação para adequação. “Para eles e para elas a sociedade reservará penalidades, sanções, reformas e exclusões” (LOURO, 2013, p. 16).

Os tidos como desviantes devem inscrever em seus corpos o gênero e a sexualidade pré-estabelecida com base nos corpos sexuais. Assim podem ser conduzidos de volta às margens de conforto da sociedade. Mas, de fato, não podem ser incluídos por essa perspectiva.

Há sim, sujeitos que caminham no sentido contrário, buscando uma afirmação e uma visibilidade para garantir direitos e serem tolerados e respeitados. Nesse caminho, distanciam-se do marco regulatório, que por sua vez torna-se mais persistente. “Paradoxalmente, ao se afastarem, fazem-se ainda mais presentes” (LOURO, 2013, p. 18).

Pouco se faz pela implantação de uma reforma completa buscando modificar a forma como o processo se estabelece. Um olhar *queer* não ignora a luta dos sujeitos transgressores, mas amplia o horizonte de suas demandas e almeja uma releitura da cultura e das estruturas sociais. Para que não se faça necessário o reconhecimento do desviante, por não ser mais imperativo estabelecer essa relação de “desvio”, torna-se necessário discutir as formulações de normalidade. O próprio sujeito apresentado como legítimo e dentro da normalidade precisa desvelar dentro de si uma essência *queer*.

Logo, e de acordo com Louro (2013, p. 23),

[...] a visibilidade e a materialidade desses sujeitos parecem significativas por evidenciarem, mais do que os outros, o caráter inventado, cultural e instável de todas as identidades. São significativas, ainda, por sugerirem concreta e simbolicamente possibilidades de proliferação e multiplicidade das formas de gênero e de sexualidade.

Não pretendem, porém, tornarem-se referência para uma nova forma de identidade estática e reproduzível, que pouco contribuiria na busca de uma nova forma de pensar a cultura.

Em particular, os teóricos que mais contribuíram para a construção desse olhar se apoiaram na teoria pós-estruturalista. Mas os subsídios teóricos partiram de diversas áreas do conhecimento, permitindo uma interpretação coesa e articulada que norteia a teoria *queer* sem limitá-la.

Tiveram papéis fundamentais as proble-

matizações: dos conceitos de sujeito – por Freud e suas formulações sobre “o inconsciente e a vida psíquica”; e dos processos de identificação e de agência – por Lacan e Althusser, que respectivamente, afirmam que “o sujeito nasce e cresce sob o olhar do outro” e que “os sujeitos são interpelados e capturados pela ideologia” (LOURO, 2013, p. 41).

Michel Foucault, com seus *insights* sobre sexualidade, e Jacques Derrida e seu procedimento teórico de desconstrução, embasam grande parte das pesquisas e procedimentos teóricos desvelados por meio da teoria *queer*.

Outra pensadora que se destaca com suas formulações sobre sexo, gênero e sexualidade é Judith Butler. Por muitos apontada como a rainha *queer*, Butler chama atenção para as normas regulatórias que norteiam posturas em relação ao sexo e a sexualidade. Em geral, apoiam-se na heteronormatividade compulsória e produzem efeito categorizador e segregacionista. De acordo com Butler, essas normas precisam ser reiteradas constantemente, já que os corpos não se conformam, nunca completamente, às normas pelas quais sua materialização é imposta (BUTLER, 1993). Assim, instituições regulatórias têm grande papel no reconhecimento dessas normas para que tenham efeito.

Butler e a teoria *Queer*

Tida por alguns como “the *queer* queen”, Judith Butler, professora de retórica e literatura comparada na Universidade da Califórnia, em Berkeley, e emblemática pesquisadora feminista, procura não se limitar pelos rótulos a ela atribuídos. Talvez seja esse, justamente, um critério que a consagra como uma teórica *queer*.

Ao não se filiar a nenhuma escola de pensamento, Butler tem liberdade para perturbar a ordem e inquietar noções consagradas. Para além dos estudos gays e lésbicos, das teorias feministas e *queer*, Butler se debruça, a princípio, sobre a formação do sujeito e questões de identidade, mas transcende esses temas e tem atraído estudiosos de diversas áreas do conhecimento.

Mesmo o sujeito de que fala Butler não é um indivíduo, mas toda uma estrutura linguística em formação. Assim como o subversivo nem sempre condiz com o difundido pelos mais progressistas muitas vezes, por mais ex-

cêntrico que possa ser, acaba por consolidar a política dominante. As relações de poder explícitas e naturalizadas têm papel marcante nessa distinção.

Em sua obra, recorre frequentemente às teorias pós-estruturalista e psicanalítica, assim como a feminista, porém obteve uma primeira notoriedade ao discutir a obra de Hegel e seu impacto sobre os filósofos franceses do século XX.

Sara Salih (2013, p. 10) se empenha na tarefa de sintetizar a importância dessa teórica:

De fato, se tivéssemos de “situar” Butler (uma tarefa que iria contra o espírito Butleriano, se é que existe tal coisa), suas teorizações sobre a identidade “generificadas” e sexuadas seriam vistas provavelmente como as suas mais importantes intervenções no variado conjunto dos campos acadêmicos com os quais está ligada. Seus livros mais conhecidos, *Gender trouble* (1990) e sua “sequência” *Bodies that matter* (1993), são encontrados em muitas listas de leitura sobre estudos de gênero e provavelmente são estudados por muitas pessoas que trabalham na área da teoria *queer*, da teoria feminista, da teoria gay e lésbica.

A obra de Butler não pode ser categorizada, ou mesmo podem ser listadas suas influências.

As teorias de Butler contemplam noções fundadas na dialética hegeliana, processo marcado por uma tese que é negada e contestada na forma de antítese resolvida, por sua vez, em uma síntese, que não necessariamente marca o fim do processo. Essa síntese serve de base para novas teses, e dessa forma o conhecimento é reestruturado. Tratando-se de Butler, a síntese de forma alguma representa uma verdade absoluta, e o processo de busca recebe destaque em relação à resolução final, que nunca é alcançada.

De fato, ela vê a resolução como perigosamente antidemocrática, pois ideias e teorias que se apresentam como “verdades” autoevidentes são, com frequência, veículos para pressupostos ideológicos que oprimem certos grupos sociais, particularmente as minorias ou grupos marginalizados (SALIH, 2013, p. 13).

Uma das bases da teoria *queer*, muito

presente na obra de Butler, discute as categorias pelas quais os sujeitos são tratados, como marca mais expressiva de sua identidade. Investiga-se o processo de construção e a atribuição de sentido a esses termos generificadores, sugerindo a presença de modelos alternativos de tratamento das identidades. As produções têm buscado a desestabilização da categoria “sujeito”, processo chamado por ela como uma genealogia crítica das ontologias de gênero (BUTLER, 2010). As relações de poder configuradas por meios das categorizações têm papel central nessa discussão.

Nesse ponto, Salih (2013, p. 16) conclui de forma representativa:

Butler não é uma freudiana ou uma foucaultiana, tampouco uma marxista, uma feminista ou uma pós-estruturalista; em vez disso, podemos dizer que ela tem afinidades com essas teorias e com seus projetos políticos, não se identificando com nenhuma delas em particular, mas utilizando uma série de paradigmas teóricos sempre que pareça conveniente, sob as mais variadas, e por vezes inesperadas, combinações.

Há muito não se pensa no “sexo” como essência biologicamente determinada e estável, mas disforme e com fluidez epistemológica.

Uma investigação genealógica da constituição do sujeito supõe que sexo e gênero são efeitos – e não causas – de instituições, discursos e práticas; em outras palavras, nós, como sujeitos, não criamos ou causamos as instituições, os discursos e as práticas, mas eles nos criam ou causam, ao determinar nosso sexo, nossa sexualidade, nosso gênero. As análises genealógicas de Butler vão se concentrar no modo como o efeito-sujeito, como ela o chama, se dá, e ela sugere, além disso, que há outros modos pelos quais o sujeito poderia se efetuar. (SALIH, 2013, p. 21)

Esse discurso vai ao encontro da famosa provocação de Beauvoir de que “ninguém nasce mulher: torna-se uma mulher” (1980, p. 9).

A identidade e a educação sexual

Nos dias de hoje, a vigilância sobre a se-

xualidade prevalece, mas “agora se ampliaram e diversificaram suas formas de regulação, multiplicaram-se as instâncias e as instituições que se autorizam a ditar-lhe as normas” (LOURO, 2013, p. 27). Outros grupos reivindicam sobre o sexo sua ética e sua moral. A igreja se reinventa mas não suaviza seu discurso. Os governos se satisfazem buscando índices aceitáveis, sem promover uma discussão de fato. Mesmo os movimentos sociais se organizam desorganizadamente e promovem uma verdadeira alternativa sem reflexão.

Grupos marginalizados e oprimidos estão conquistando grande visibilidade e, por consequência, são mais facilmente hostilizados por frentes conservadoras. Esse eterno debate entre as “minorias sexuais” e os grupos ditos defensores dos valores tradicionais perpetua um ciclo de preconceito e intolerância que permeia a sociedade moderna. O próprio conceito de tolerância carrega um peso pejorativo que não favorece o convívio pacífico.

A multiplicidade sexual é sentida de forma intuitiva, tornando sem sentido falar-se em minorias sexuais, quando não há uma inferioridade numérica, mas sim uma maioria absoluta de formas distintas de sentir e expressar a sexualidade. Aparentemente, nenhum dos sujeitos atuais parece promover formas efetivas de combater essa forma binária e opressora de pensar. Se é que pode ser combatida.

Nesse contexto, foge aos olhos a questão primordial: o que deve ser pleiteado? A garantia de direitos? O combate ao preconceito?

De acordo com Louro (2013, p. 28):

O grande desafio não é apenas assumir que as posições de gênero e sexuais se multiplicaram e, então, que é impossível lidar com elas apoiadas em esquemas binários; mas também admitir que as fronteiras vêm sendo constantemente atravessadas e – o que é ainda mais complicado – que o lugar social no qual alguns sujeitos vivem é exatamente a fronteira.

O sujeito homossexual foi uma invenção moderna, que remonta ao século XIX. É certo que indivíduos do mesmo sexo mantiveram relações sexuais mesmo entre as civilizações mais antigas. Mas a homossexualidade não configurava uma condição inerente ao indivíduo, e sim uma atividade a que todos estariam sujeitos, e assim, por consequência, poderiam

deixar de praticá-la.

O conceito de homossexual tomou forma a partir da segunda metade do século XIX, quando “a prática passava a definir um tipo especial de sujeito que viria a ser assim marcado e reconhecido” (LOURO, 2013, p. 29).

As instituições que regulavam a homossexualidade atribuíam sentidos distintos à prática e aos seus sujeitos. De forma geral, os discursos centravam-se na moral e em uma ética construída socialmente. “Enquanto alguns assinalam o caráter desviante, a anormalidade ou a inferioridade do homossexual, outros proclamam sua normalidade e naturalidade” (LOURO, 2013, p. 30). Mas concordam ao tornar o sujeito homossexual um tipo especial de indivíduo, que difere em essência dos outros.

Por volta dos anos finais da década de 1970, já se falava em uma identidade homossexual. Conforme se politizaram e com grande influência de correntes de pensamento exportadas de outros países onde o debate já se instalara, os grupos militantes proclamavam guetos e uma cultura gay e lésbica. Em pouco tempo, a ideia de uma comunidade homossexual era difundida e suas demandas precisavam ser ouvidas. Esse modelo pode ser chamado “étnico”, ou seja, modelo no qual os sujeitos homossexuais representavam “um grupo minoritário, igual, mas diferente” (SPARGO, 1999, p. 29), se almejavam direitos e visibilidade.

A comunidade gay passou a se apropriar de aspectos culturais que passaram a compor suas fronteiras. Ao assumir a sua identidade dentro da ordem social e buscar a equidade de direitos entre seus sujeitos, a militância homossexual assumiu também um *status* de instituição social com poder regulatório e disciplinador. Suas experiências seriam seguidas e reproduzidas. “Ao afirmar uma posição de sujeito, supõe, necessariamente, o estabelecimento de seus contornos, seus limites, suas possibilidade e restrições” (LOURO, 2013, p. 34).

Essa identidade constituída, apesar de carregar uma essência positiva, por promover o empoderamento e um caráter emancipatório, pode ser questionada:

Como a História da sexualidade de Foucault havia mostrado, tal escolha do objeto nem sempre tinha se constituído a base para uma identidade e, como muitas vozes discordantes sugeriam, esse

não era, inevitavelmente, o fator crucial na percepção de toda e qualquer pessoa sobre sua sexualidade. Esse modelo fazia, efetivamente, com que os bissexuais parecessem ter uma identidade menos segura ou menos desenvolvida (assim como os modelos essencialistas de gênero fazem dos transexuais sujeitos incompletos), e excluía grupos que definiam sua sexualidade através de atividades e prazeres mais do que através das preferências de gênero, tais como os/as sadomasoquistas. (SPARGO, 1999, p. 34)

A construção dessa identidade nos anos 1970 seguia um “caráter unificador e assimilacionista, buscando a aceitação e a integração dos/das homossexuais no sistema social” (LOURO, 2013, p. 34-35). O movimento, no entanto, ao afirmar e promover a identidade homossexual, não ponderava as tensões dentro da própria comunidade. Apesar de revolucionário em dados pontos, o movimento ainda era fortemente influenciado por uma sociedade patriarcal e por costumes convencionais em que o masculino era, e ainda é, privilegiado. As lésbicas, os bissexuais e os transexuais não podiam ser representados por essa identidade, majoritariamente promovida por homens gays. Mesmo a representatividade entre os homossexuais masculinos não ocorre de forma absoluta.

Mesmo ao defender a homossexualidade como natural, não se deixa de lado o aspecto binário da relação, em contraposição à heterossexualidade. Esta última assume papel de referência, deixando, portanto, a homossexualidade na fronteira que define a norma. “Permanece intocado o binarismo heterossexual/homossexual como a referência mestra para a construção do eu, do conhecimento sexual e das instituições sociais” (SEIDMAN, 1995, p. 126).

O aparecimento de casos emblemáticos de pessoas com Aids (*Acquired Immune Deficiency Syndrome*, ou Síndrome da Imunodeficiência Adquirida) e a rápida disseminação do vírus do HIV (*Human Immunodeficiency Virus*, ou Vírus da Imunodeficiência Humana) levou a disputa a um novo patamar. Inicialmente, e pejorativamente, difundida como “câncer gay”, a Aids renovou a homofobia latente que sempre esteve presente na sociedade moderna, dando novo ânimo aos ataques de intolerância e ao estigma.

Nesse ponto, já era possível perceber di-

versas alianças e movimentos distintos com propostas complementares e mais contextualizadas.

Em termos globais, multiplicavam-se os movimentos e os seus propósitos: alguns grupos homossexuais permanecem lutando por reconhecimento e por legitimação, buscando sua inclusão, em termos igualitários, ao conjunto da sociedade; outros estão preocupados em desafiar as fronteiras tradicionais de gênero e sexuais, pondo em xeque as dicotomias masculino/feminino, homem/mulher, heterossexual/homossexual; e ainda outros não se contentam em atravessar as divisões, mas decidem viver a ambiguidade da própria fronteira. (LOURO, 2013, p. 38)

Com a crise das identidades, novas teorias surgiam, que por sua vez alimentavam novos movimentos, provocando efeitos em diversos segmentos do movimento homossexual.

A agenda teórica moveu-se da análise das desigualdades e das relações de poder entre categorias sociais relativamente dadas ou fixas (homens e mulheres, gays e heterossexuais) para o questionamento das próprias categorias – sua fixidez, separação ou limites – e para ver o jogo do poder ao redor delas como menos binário e menos unidimensional. (EPSTEIN, JOHNSON, 1998, p. 37-38)

Nesse contexto pós-identitário, a teoria *queer* tenta completar lacunas nas políticas e nas teorias sociais.

O *queer* representa o escárnio e o deboche de forma irônica. O termo é parte do rol de insultos utilizado por grupos homofóbicos para designar homens e mulheres homossexuais, ou aqueles que destoam de normas de gênero ou sexuais construídas socialmente. O *queer* promove a subversão ao pensar a cultura sem limitar-se a novos padrões alternativos.

Seu alvo mais imediato de oposição é, certamente, a heteronormatividade compulsória da sociedade; mas não escaparia de sua crítica a normalização e a estabilidade propostas pela política de identidade do movimento homossexual dominante. *Queer* representa claramente a diferença que não quer ser assimilada ou tolerada, e, portanto, sua forma de

ação é muito mais transgressiva e perturbadora. (LOURO, 2013, p. 39)

O momento histórico que permitiu o aparecimento dos ideais *queer* não se limita aos objetos de políticas pontuais ou da teorização gay e lésbica. Diversos fatores interdependentes desencadearam processo de análise da vida social sob o olhar *queer*.

O *queer* encontra lugar em uma política e em uma teoria pós-identitária, já que “o foco sai das identidades para a cultura, para as estruturas linguísticas e discursivas e para seus contextos institucionais” (LOURO, 2013, p. 62).

As normas têm “caráter performativo, isto é, têm poder continuado e repetido de produzir aquilo que nomeiam e, sendo assim, elas repetem e reiteram constantemente as normas dos gêneros na óptica heterossexual” (LOURO, 2013, p. 45).

Nesse contexto uma política pós-identitária conceberia mais do que uma forma alternativa de perceber a sexualidade, mas sim uma possibilidade de mudança epistemológica que promova um novo paradigma por meio da desconstrução do binarismo.

Uma abordagem desconstrutiva permitiria compreender a heterossexualidade e a homossexualidade como interdependentes, como mutuamente necessárias e como integrantes de um mesmo quadro de referências. A afirmação da identidade implica sempre a demarcação e a negação do seu oposto, que é construído como sua diferença. Esse “outro” permanece, contudo, indispensável. A identidade negada é constitutiva do sujeito, fornece-lhe o limite e a coerência e, ao mesmo tempo, assombra-o com a instabilidade. Numa óptica desconstrutiva, seria demonstrada a mútua implicação/constituição dos opostos e se passaria a questionar os processos pelos quais uma forma de sexualidade (a heterossexualidade) acabou por se tornar a norma, ou mais do que isso, passou a ser concebida como “natural”. (LOURO, 2013, p. 47)

Uma pedagogia *queer*

Os espaços formais de educação, as escolas modernas, compreendem uma das instituições mais facilmente subvertidas à norma e à

regulação. A escola reflete a postura da sociedade que a cerca e é regida por suas regras e concepções. Paradoxalmente, a instância que tem a competência de promover a reflexão e o senso crítico, comumente, torna-se espaço de ajustamento e opressão.

Os educadores apontam a presença do conservadorismo e de visões preconceituosas como empecilhos para uma mudança significativa. É importante ressaltar que “dar de ombros e deixar de ter uma posição de intervenção ativa na transformação das ideias conservadoras é o mesmo que as aceitar” (MISKOLCI, 2010, p. 86). De fato, a escola como instituição contemporânea não poderia ser menos *queer*.

Nesse ponto, são justas as inquietações levantadas por Louro (2013, p. 48):

Como um movimento que remete ao estranho e ao excêntrico pode articular-se com a educação, tradicionalmente o espaço da normalização e do ajustamento? Como uma teoria não propositiva pode “falar” a um campo que vive de projetos e de programas, de intenções, objetivos e planos de ação? Qual é o espaço, nesse campo usualmente voltado ao disciplinamento e à regra, para a transgressão e para a contestação? Como romper com binarismos e pensar a sexualidade, os gêneros e os corpos de uma forma plural, múltipla e cambiante? Como traduzir a teoria *queer* para a prática pedagógica?

A teoria *queer* permite uma revolução epistemológica no “pensar o sujeito” ao exaltar as fronteiras do ser como sua própria essência e não mais como uma barreira que delimita e aprisiona. As identidades sexuais e de gêneros são experimentadas e apreendidas livres de estereótipos e ganham uma fluidez que contempla toda a multiplicidade do ser. De acordo com Tomaz Tadeu Silva (2005, p. 107), o *queer* compreende:

[...] uma atitude epistemológica que não restringe à identidade e ao conhecimento sexuais, mas que se estende ao conhecimento e à identidade de modo geral. Pensar *queer* significa questionar, problematizar, contestar todas as formas bem-comportadas de conhecimento e identidade. A epistemologia *queer* é, neste sentido, perversa, subversiva, impertinente, irreverente, profana, desrespeitosa.

A teoria queer traz visões divergentes de conceitos que não são contemplados no currículo formal em qualquer versão. Os estudos que promovem a diversidade e a tolerância na escola, além de insipientes, não são desenvolvidos de forma concreta e contextualizada, e ainda carregam vícios de uma sociedade marcada pelo patriarcado e pela heteronormatividade.

A postura queer, apesar de provocativa e desestabilizadora, encontra-se comprometida com o empoderamento do marginalizado e com a desconstrução de estereótipos e papéis normatizadores, qualidades essenciais à prática de sala de aula.

Essa desconstrução ocorre por um processo que prioriza as circunstâncias que desencadeiam as diferenças, ou seja, entendendo como as diferenças são produzidas socialmente e as relações de poderes embutidas nessas categorias. Da mesma forma, o queer promove a instabilidade da identidade desvelando sua precariedade.

Ao se dirigir para os processos que produzem as diferenças, o currículo passaria a exigir que se prestasse atenção ao jogo político aí implicado: em vez de meramente contemplar uma sociedade plural, seria imprescindível dar-se conta das disputas, das negociações e dos conflitos constituídos das posições que os sujeitos ocupam. (LOURO, 2013, p. 50)

A pedagogia queer encontra-se, propositalmente, inacabada, não trazendo consigo fórmulas ou soluções. Não tem a pretensão de encerrar o debate, mas de desestabilizar e de desnaturalizar as estruturas que produzem as divergências. Tenta desestruturar os binarismos, mostrando suas contradições e generalismos.

Efetivamente, os contornos de uma pedagogia ou de um currículo queer não são os usuais: faltam-lhes as proposições e os objetivos definidos, as indicações precisas do modo de agir, as sugestões sobre as formas adequadas para “conduzir” os/as estudantes, a determinação do que “transmitir”. A teoria que lhes serve de referência é desconcertante e provocativa. Tal como os sujeitos de que fala, a teoria queer é, ao mesmo tempo, perturbadora, estranha e fascinante. Por tudo isso, ela parece arriscada. E talvez seja mesmo...

mas, seguramente, ela faz pensar. (LOURO, 2013, p. 54)

Referências

- BEAUVOIR, S. D. *O segundo sexo*. v. 2. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- BUTLER, J. *Bodies that matter: on the discourse limits of sex*. Nova York: Routledge, 1993.
- BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- EPSTEIN, D.; JOHNSON, R. *Schooling sexualities*. Buckingham: Open University Press, 1998.
- LOURO, G. L. *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- MISKOLCI, R. Sexualidade e orientação sexual. In: MISKOLCI, R. *Marcas da diferença no ensino escolar*. São Carlos: EdUFSCar, 2010. p. 75-111.
- SALIH, S. *Judith Butler e a teoria queer*. Tradução de Guacira Lopes Louro. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- SEEDGWICK, E. *Tendencies*. Londres: Routledge, 1994.
- SEIDMAN, S. Deconstructing queer theory or the under-theorization of the social and the ethical. In: NICHOLSON, L.; SEIDMAN, S. *Social postmodernism: beyond identify politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995. p. 116-141.
- SILVA, T. T. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- SPARGO, T. *Foucault and queer theory*. Nova York: Totem Books, 1999.

RELAÇÕES NÃO MONOGÂMICAS: A ANÁLISE DO *COMPERSION* NA RELAÇÃO POLIAMOROSA

Maria Juceli de Carlos Ramos¹

NON-MONOGAMOUS RELATIONSHIPS: ANALYSIS OF *COMPERSION*
IN POLYAMOROUS RELATIONSHIP

Resumo: O presente estudo procura demonstrar que, como relação, o poliamor tem suas particularidades dentro da dinâmica dos relacionamentos afetivos, podendo-se supor que haja uma ética a ser seguida que forneça estabilidade e harmonia à convivência de seus participantes. O foco principal desse estudo é delinear o *Compersion*, sentimento compartilhado entre os membros das configurações poliamorosas e, com isso, verificar: se existe uma prática efetiva dessas relações; em que consiste essa prática; e como ela influencia a relação poliamorosa.

Palavras-chave: poliamor; polifidelidade; *compersion*; ciúmes

Abstract: The present article seeks to demonstrate that as a relation, the Polyamory has its particularities within the dynamics of affective relationships, being possible to suppose that there is an ethic to be followed that provides stability and harmony to the coexistence of its participants. The main focus of this study is to delineate the *Compersion*, a feeling shared among the members of the polyamorous configurations and with that to verify if there is an effective practice of the same in these relations, in which this practice consists and how it influences the polyamorous relationship.

Keywords: polyamory; polifidelity; *compersion*; jealousy

¹Graduanda do curso de Psicologia – Centro Universitário Estácio de Sá de Santa Catarina, campus São José – São José/SC - e-mail: mariajcr2013@gmail.com. São José, 02 de Dezembro de 2016

Introdução

A proximidade do homem com as relações não monogâmicas é muito antiga, remontando à época em que a história começou a ser registrada. A mais antiga dessas relações, a poligamia, nos traz o compromisso simultâneo, marcado pelo casamento entre uma pessoa e várias outras de sexo oposto, podendo ser de um homem e várias esposas – *poliandria* - ou uma mulher e vários maridos, termo conhecido como *poliginia*, muito menos frequente.

É uma prática rejeitada pelo Direito ocidental de maioria cristã, que aceita apenas um casamento por vez, mas, porém, permite o divórcio de modo geral. Em algumas nações islâmicas a poligamia é permitida com algumas restrições, como as esposas concordarem com a situação. Os praticantes do *poliamor* não se declaram polígamos, pois a poligamia é assimétrica na questão de gênero por assumir apenas um único polígamo em cada relação. No *poliamor*, no entanto, a eventualidade de mais de um relacionamento amoroso simultâneo seja tanto de homens quanto de mulheres é substancial.

A Bíblia cita vários personagens de destaque claramente polígamos, sendo o mais antigo Lameque (Gn 4,19), além de Abraão, Jacó, Salomão (1 Reis 11:1-3) e Moisés (Ex 2:21; 18:1-6; Nm 12:1), só para citar alguns, mostrando que a poligamia era prática comum entre os israelitas anteriores ao século I e que continuou sendo exercida nos tempos apostólicos. Segundo o historiador judeu do primeiro século Flávio Josefo, a poligamia continuava corrente, mesmo na sua época “pois é antiga a prática entre nós de ter muitas esposas ao mesmo tempo” (*Antiquities of the Jews* - XVII, 1:2).

A partir do *Novo testamento* a monogamia começa a ser assinalada, como escrito em 1 Timóteo 3:2,12, que referencia bispos e diáconos da Igreja como maridos de uma só mulher. A concepção cristã de monogamia fundamenta-se no catecismo da Igreja, que informa, no Capítulo 3, §7, que o matrimônio é uma união entre *homem e mulher*.

O casamento monogâmico é um dos principais eixos da organização social humana; sobrevivendo através da história aos mais variados regimes políticos e até aos modos de produção. Culturalmente essa norma tem regido quase todas as sociedades humanas, porém, uma crescente insatisfação contemporânea com essa visão, pelos mais variados motivos, revela que novas

formações relacionais e familiares indicam uma tendência ao declínio desse totalitarismo “mononormativo”: termo cunhado por Pieper e Bauer (2005), para se referir a suposições dominantes da normalidade e naturalidade da monogamia, e inerente ao termo heteronormatividade e heterossexual. Assim, as relações poliamorosas, através de uma construção própria, com regras, ética e conflitos, evidenciam comportamentos muito parecidos aos monogâmicos, sendo que, devido à própria multiplicidade de sua configuração, supostamente possuem um equilíbrio delicado.

A monogamia é comumente possessiva, e o número de casos de violência doméstica são altíssimos, como informa Daniel Cerqueira, diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Econômicas-IPEA “A cada ano, cerca de 1,2 milhão de mulheres sofrem agressões no Brasil. Pelas estimativas do Ipea, destas, 500 mil são estupradas, sendo que somente 52 mil ocorrências chegam ao conhecimento da polícia. [...] Esta, segundo ele, é uma história trágica, que começou a ser superada com a Lei Maria da Penha.” (IPEA, 2015.)

Da mesma forma, o senso comum espera que o ciúme e a violência acabem por emergir das relações múltiplas, porém, não é o que se verifica dado o número crescente de comunidades poli que estão surgindo, contrapondo essas suposições e sugerindo que essas relações também podem desfrutar da mesma estabilidade emocional e durabilidade tanto quanto os relacionamentos tradicionais, ao manter essas uniões com base em sentimentos satisfatórios e não possessivos.

Isso não quer dizer que não haja problemas em uma relação poliamorosa. Afirmar isso seria hipocrisia. As relações múltiplas têm problemas tanto quanto as monogâmicas, o que as diferencia é o manejo do ciúme, por meio de diálogos que tentam transformar em aprendizado o lado nefasto do ciúme e transformá-lo em atitudes proveitosas para a relação.

Mas o que faz esses vínculos se estabilizarem? De onde vem essa tranquilidade emocional? Como controlar o ciúme e a possessividade, tão comum e tóxico nos relacionamentos correntes?

Buscando explorar essas questões e contribuindo para um conhecimento teórico mais amplo em torno do tema no meio acadêmico, além de constatar a literatura da área, espera-se criar, assim, possibilidades de estudos posteriores, oferecendo informações relacionadas aos aspectos psicológicos e sociais, tornando possível o entendimento do *compersion* na dinâmica poliamoro-

sa, de forma que possa propiciar discussões a respeito do tema.

Ao auxiliar no esclarecimento dessas novas configurações conjugais, o entendimento do *compersion* torna-se uma ferramenta auxiliar ao terapeuta, que deterá uma base de conhecimento mais ampla, proporcionando assim conforto e segurança para o sujeito que possua como demanda temas como configurações não monogâmicas, facilitando e encorajando o debate de forma clara e explícita.

Poliamor

O *poliamor* é a junção de raiz grega *Poly* (muitos) e o termo latino amor, literalmente significando muitos amores; uma forma diferente de relação amorosa contrária à tradicional monogamia, exigindo a participação de várias pessoas não necessariamente de sexos diferentes e a sua interação no tempo e espaço. Neste estudo será utilizada a definição de Sheff e Hammers (2011), que afirma que *poliamor* é “[...] uma forma de associação na qual as pessoas mantêm abertamente múltiplas relações românticas, sexuais e/ou afetivas”. (p. 4)

Enfatizando a intimidade em vez de apenas satisfação sexual, o discurso poliamorista procura estar focado na busca da honestidade, do amor e abertura da mesma forma que os relacionamentos monogâmicos, enquanto outras formas de relações não monogâmicas, como o swing e a poligamia buscam tão somente o prazer sexual e a evitação do envolvimento emocional. Dentro deste contexto, os poliamoristas procuram desenvolver uma intimidade emocional, como o compartilhamento de experiências e sentimentos amorosos, além de um conceito de família que tende a criar sentimentos antagônicos nas pessoas que optam por relacionamentos tradicionalmente monogâmicos.

O ideal amoroso dominante na cultura sexual ocidental orienta que, para uma relação amorosa ser estabelecida, deve seguir o ideal de amor romântico, em que a relação é única e eterna e deve estar ancorada em uma díade homem/mulher monogâmicos, sendo o homem sempre ativo e a mulher passiva. Como Richardson (1998) argumenta, esta versão da heterossexualidade é “[...] construído como um coerente natural, fixo e de categoria estável; universal e monolítico” (p. 2). Dentro desta visão, os poliamoristas podem ser vistos como “anormais”, portanto, relegados ao ostracismo social.

O poliamor também contrapõe a ideia de que só pode haver relacionamentos com pessoas do sexo “oposto”; pois permite que pessoas de diferentes sexos se inter-relacionem simultaneamente; de acordo com Rich (1980) e Jackson (2003), isso perturba a heteronormatividade e construções homoafetivas lineares binárias na raiz da heterossexualidade compulsória.

Polifidelidade

O termo *polifidelidade* foi referenciado pela primeira vez na comunidade Kerista, uma comunidade criada em 1971, em São Francisco, Califórnia, por Brother Jud e Even Eve, que tentavam criar um tipo de vida em comunidade viável, baseados no amor livre. Conforme Even Eve:

Polifidelidade é uma nova estrutura familiar multi-adulto, em que conjuntos de melhores amigos se reúnem em torno de valores, interesses, objetivos de vida compartilhados e atração mútua. [...] os membros da família não são monogâmicos, relativamente a todos os seus parceiros sem uma hierarquia de preferência. [...] e nenhum membro do grupo se relaciona sexualmente a ninguém fora do grupo familiar. [...] O problema de ter expectativas irrealistas do que um parceiro pode ou não proporcionar que muitas vezes ocorre em famílias de dois adultos é resolvido; nenhum indivíduo deve ser todas as coisas para qualquer outra pessoa. (1984)

Transparência, honestidade, consenso e liberdade de ação revelam-se como premissa desse estilo amoroso, e é deste consenso que emergem a fidelidade, a lealdade, a confiança, a dignidade, o apoio mútuo, a comunicação e a negociação e a não possessividade (KLESSE, 2003, apud BARKER, 2005), sendo o ciúme e as infidelidades incompatíveis; isso de forma alguma descarta a existência do ciúme ou que este deixe de ser considerado, apenas é tratado como algo que deve ser analisado e não subjugado por ele; as pessoas envolvidas em relações poliamorosas, sentem-se mais à vontade para falar a respeito e discutir formas de como aprender a lidar e transformar essa emoção em algo construtivo. Regino et. al. (2005), afirmam que ao se envolver com outra pessoa e houver lealdade, promete-se algo que não depende especificamente da própria vontade. Deixa de haver a intenção do envolvimento com uma terceira

pessoa, mas não há garantias reais que outro objeto de amor acabe tornando-se alvo do desejo.

Ao contrário do que se possa pensar a princípio, o afeto é a emoção mais buscada numa relação monogâmica. Comprometimento, comunicação, compatibilidade, confiança, amor, e assim por diante são cultivados e considerados elementos de exercício fundamental para a prática.

Em *O Livro do Amor*, v.1 (2007), a autora Regina Navarro Lins comenta:

O amor romântico, que valoriza a escolha subjetiva e o afeto, existe como possibilidade no casamento desde o final do século XVIII, mas só se torna fenômeno de massa a partir da década de 1940, quando a grande maioria das pessoas se casa por amor. Mas ele não é apenas uma forma de amor, e sim todo um conjunto psicológico — uma combinação de ideais, crenças, atitudes e expectativas. Essas ideias coexistem no inconsciente das pessoas e dominam seus comportamentos e reações. Inconscientemente, predetermina-se como deve ser o relacionamento com outra pessoa, o que se deve sentir e como reagir. (p.75-156)

A imposição de que o amor monogâmico deve ser o único aceitável, que a sua única expressão material é o casal e que o casamento seja sua única forma de reconhecimento legal ainda prevalece no Brasil. Como consta no texto da Constituição Federal de 1988, em seu artigo 226, § 3º: “Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento”. Uma visão calcada na família patriarcal, que historicamente subjugava a individualidade e as preocupações com a realização pessoal em favor dos interesses sociais.

Defensor desse sistema, o filósofo Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) afirmava que a transformação social se daria a partir da família, sendo através dela que os sujeitos seriam preparados para a vida em sociedade, fundamentado na liberdade e no bem comum. Para ele, para que a família pudesse proporcionar bons sentimentos e valores, devia estar pautada no amor; um amor conjugal, que tornasse a família algo viável, pois enquanto sentimento, o amor é fugaz e não suportaria a vida em sociedade. Segundo Rousseau, nessa concepção individualista em ascensão, a família seria a responsável por evitar que a sociedade se tornasse apenas uma porção de indivíduos

preocupados com os próprios interesses.

O pensamento Rousseauiano termina por ligar sexo e amor, afirmando que a prática sexual, aliada à experiência amorosa, preveria tanto a própria felicidade, quanto o serviço da felicidade alheia na vida em comum. Essa proposta de união entre os pares envolvia exclusividade e reciprocidade, pois com o sexo fazendo parte do casamento, a indissolubilidade desta união e a força transformadora da família estavam garantidas.

É acertado ressaltar que, conjuntamente à visão romântica de Rousseau, a ordem econômica produz um tipo de família nuclear, na qual os laços afetivos internos são desenvolvidos em função do novo lugar que os filhos passam a ocupar junto aos pais. Lasch (1991) assinala que, com a Revolução Industrial, pela primeira vez na história do ocidente os filhos são tratados como investimento para o futuro. O desenvolvimento econômico passa a preocupar-se mais com a formação pessoal, necessária para a inserção no novo modelo de mercado que se iniciava. A intenção das famílias burguesas no crescimento financeiro e ascensão social levam a investir na criança, percebendo-as como um bem precioso.

O sistema familiar burguês, que alcançou seu pleno florescimento no século XIX e agora parece estar decaindo lentamente, se apoiava no que os sociólogos denominaram ‘casamento de companheirismo’, centrado na educação doméstica das crianças, na emancipação ou quase emancipação da mulher e no isolamento estrutural da família nuclear em relação ao sistema de parentesco e à sociedade em geral. A família encontrou respaldo ideológico e justificação no conceito de vida doméstica como refúgio emocional em uma sociedade fria e competitiva. (LASCH, 1991, p. 28)

No novo contexto social que se iniciava à época, Rousseau propõe que as famílias deveriam formar a base ideal de uma comunidade e constituiriam o lugar sagrado onde essa educação seria proporcionada. Os sujeitos cresceriam para o amor, para uma união conjugal adequada na maturidade e, conseqüentemente, a harmonia social viria por acréscimo.

Mas a crise atual desse paradigma afirma justamente o contrário: verificam-se, pelo número de divórcios, configurações familiares singulares, além de ações desleais como a infidelidade, a mentira e a traição, que a estrutura do casal está solapada. No Brasil, dados do Instituto Brasileiro

de Geografia e Estatística (IBGE), mostram que o número de divórcios aumentou mais de 160% nos últimos dez anos, saltando de 134,5 mil em 2004 para 341,1 mil em 2014. Entre as razões encontram-se o ciúme e a possessividade, que acabam por demonstrar que a exclusividade gera um mal-estar em qualquer relação, mas que nas relações poliamorosas, a inexistência dessa exclusividade causa uma grande diminuição nas disputas pelo parceiro baseadas nestes quesitos, fazendo com que o indivíduo passe a buscar uma forma mais honesta, consensual e tranquila de se relacionar.

Os praticantes de relacionamentos poliamorosos defendem a inexistência dessas idiosincrasias, ou pelo menos que elas existam com uma frequência menor que a verificada nas relações monogâmicas. Das relações de *ménage à trois* (literalmente significa uma família de três, referindo ao fato de três pessoas – um casal mais um amante – dividirem o mesmo teto e se relacionarem sexualmente entre si) até as comunidades poligâmicas dos anos 60/70, é relatado o ciúme e a possessividade como uma impossibilidade, como não havendo razão para a sua existência, uma vez que a exclusividade é eliminada da equação (FOSTER, 1998).

Bárbara Foster, relata em seu livro *Amor a três: dos tempos antigos aos dias de hoje* (1998), que na França medieval uma demonstração de ciúme poderia ser punida pelas cortes do amor, enquanto o adultério era tranquilamente aceito sem contestação. Mais adiante, ela escreveu a respeito de uma declaração do bispo Fulton J. Sheen na sua homilia *Três para o Casamento*: “[...] que são necessários três para realizar o amor” (p. 21). Ele refere-se à Trindade, mas descreve bem o efeito benigno e mediador de um terceiro quando o Ego é posto de lado. Embora o ciúme possa se esconder nos cantos da tríade bem-sucedida, a dinâmica atrai as pessoas de fora.

Em sua viagem histórica pelas relações múltiplas, Foster demonstra que, desde os tempos bíblicos até os dias de hoje, o advento de um terceiro ou um quarto parceiro depende muito mais do desejo de seus praticantes do que das normas sociais vigentes. Longe de se tornar um entrave na vida social do indivíduo, o *ménage* muitas vezes ajudou não só a criatividade de artistas, como também foi decisivo em questões político-econômicas e intrigas das mais variadas.

Sendo ela mesma uma praticante fervorosa do *ménage* e mantendo há mais de 15 anos uma relação com seu esposo Michael e Letha Haddy, Bárbara mostra como essas relações, desde

que devidamente isoladas de comportamentos indesejáveis, podem dar certo.

Compersion

O *compersion*, termo sem tradução literal para o português, aparece como uma nova visão sobre esses conceitos tradicionais da relação monogâmica, levantando dúvidas a respeito das relações tradicionais ao mostrar que, ao se desejar uma relação plena e que inclua o outro na sua integralidade, não seria de se esperar que o fato de ele estar amando um terceiro e sendo amado por este outro, trouxesse alegria à formação original?

Anapol (2010) informa o termo *Compersion* como “[...] uma palavra criada pela comunidade Kerista para descrever uma emoção que é o oposto do ciúme. Compersion significa sentir alegria e prazer quando um dos parceiros ama ou é amado por outro.” (p. 121).

Desta forma, o ciúme e a possessividade são considerados insignificantes nas relações não monogâmicas. Para a maioria das pessoas, esse conceito pode soar estranho, e até mesmo ofensivo, uma vez que nossa “educação amorosa” considera o ciúme uma manifestação de amor. O *compersion* é um princípio criado para justamente lidar com o ciúme na relação poliamorosa, sendo considerado como método eficiente para combater os efeitos do ciúme. Amar várias pessoas ao mesmo tempo é um tabu, razão pela qual as pessoas poliamorosas enfrentam frequentemente a marginalização social na vida cotidiana, sendo tratadas de forma prejudicial ou ostracizadas. A relação entre *compersion* e ciúme é um tópico frequentemente discutido na comunidade poliamorosa como cada indivíduo a percebe de forma diferente. Portanto, existem muitos pontos de vista igualmente válidos e paralelos. Alguns, por exemplo, tiveram a experiência da *compersion* substituindo o ciúme, percebendo um aprofundamento na relação. Segundo Anapol (2010); Duma (2009), *compersion* é geralmente descrito como oposto ao ciúme, sendo mais contumaz quando o parceiro encontra um novo amor; alguns participantes desse estilo amoroso relatam que conseguiram substituir o ciúme por *compersion*, outros que relembram de forma desagradável que se sentiram em desequilíbrio quando sentiram ciúmes.

Neurologicamente, o ciúme apresenta diferenças nas respostas neurais para homens e mulheres. Em um estudo de 2006 na Revista *Neuroimage*, os pesquisadores Takahashi, Matsuhara, Yahata, Koeda, Suhara e Okubo demonstraram

que nos homens, o ciúme ativa a amígdala e o hipotálamo, regiões ricas em receptores de testosterona e envolvidas no comportamento sexual e agressivo. Nas mulheres, os pensamentos de infidelidade emocional ativam o sulco temporal superior posterior, uma região implicada na detecção de intenção, engano e confiabilidade, bem como violação das normas sociais.

Estudos sobre o assunto, realizados por Clanton e Smith (1977), afirmam que existe uma concordância que em um nível cognitivo-comportamental, o ciúme sexual é uma reação à experiência real ou imaginária de um parceiro com um terceiro e que o ciúme é mais provável de ocorrer em uma pessoa que é dependente e insegura. De acordo com Anapol (2010), “[...] se alguma coisa acontece que possa separar o sujeito do objeto amado, medo e raiva surgem” (p. 108).

O psicólogo David Buss argumenta que o ciúme sexual é saudável, necessário e útil. Buss afirma que o ciúme não só ajudou a garantir que nossos ancestrais do sexo masculino fossem os pais biológicos dos filhos de suas mulheres e nossos ancestrais do sexo feminino poderiam contar com o apoio contínuo de seus homens, mas também que continua a servir ao propósito de manter a exclusividade sexual, acendendo a paixão e tornando-se consciente da infidelidade de um parceiro (BUSS, 2000). Tradicionalmente, uma distinção psicológica resulta entre o ciúme decorrente de uma infidelidade conhecida e uma imaginária. O primeiro é considerado normal, o segundo, patológico ou neurótico.

O medo da perda do outro gera o ciúme em qualquer relacionamento. Isso advém da quebra de confiança no(s) parceiro(s) ou à insegurança no relacionamento. Mais a fundo, a confiança está relacionada a promessas não cumpridas. Assim, pode-se dizer que nos relacionamentos em que as promessas não são cumpridas ou haja medo da perda do parceiro ou a própria substituição por outro pode servir de agravante do ciúme, devido à própria insegurança pessoal. É nesse contexto que o *compersion* aparece como estabilizador. Esse princípio inclui conversa entre os membros da relação, demonstrações de afeto, empatia e apoio dos outros membros em relação ao que está sendo sentido. Além disso, quando o(s) parceiro(s) não é(são) exclusivista(s) e há espaço e sentimento o suficiente para ser partilhado, o ciúme pode ceder espaço para que a relação possa ser mais bem aproveitada.

Portanto, *compersion* também

pode ser traduzido como respeito pelo sentimento do outro, uma empatia pelo que o outro sente em relação a outras pessoas e inclusive participação ativa para que isso ocorra. O site *Psychology Today* publicou uma matéria com a socióloga Elisabeth Sheff em que ela relata que a prática de *compersion* não requer nenhuma mágica, pode ser uma prática simples, como abrir espaço no seu quarto para receber o novo parceiro(a) do seu companheiro(a). Ainda na mesma matéria, ela relata: É importante notar que *compersion* deve ser autêntico para realmente funcionar. Fingir *compersion* com alegria forçada em face da dor só vai trazer tristeza. Falar sobre o desconforto cedo e muitas vezes, tende a ser uma estratégia muito melhor do que “fingir até acontecer”, o que mais frequentemente pode levar à explosão e desastre. (SCHEFF, 2013)

A escritora americana Gracie X, no site *Huffingtonpost.com*, descreve como o *compersion* pode ser praticado:

Francamente, eu estava feliz em ver que meu marido ainda era sexual. [...] poderíamos discutir isso honestamente e ser felizes um pelo outro? O *compersion* me fascina porque sanciona a ideia de que nosso parceiro obtém prazer separado de nós e de outra fonte. Dessa forma, a *compersion* é antitética à maneira como vemos os relacionamentos e esperamos operar neles. Nós somos levados a acreditar que quando nós somos metade de um par, nós devemos desviar toda nossa felicidade e prazer para um único parceiro e experimentá-lo somente junto com ele. A *compersion* desafia essa ideologia. Suporta a ideia de que você é um ser individual com talvez desejos ou necessidades divergentes. Ter experiências sexuais e amorosas separadas não significa que seu relacionamento é um fracasso; pelo contrário, pode realmente fortalecer sua conexão. (GRACIE X, 2015)

Considerações finais

O propósito deste estudo foi apresentar e propor novos debates sobre a existência ou não do *compersion* e como ele se torna um elemento tão importante na dinâmica do relacionamento poliamoroso. Dentro desta proposta, acredita-se que os objetivos não foram cumpridos. Discor-

rer sobre temas tão polêmicos e que carecem de maiores discussões a respeito não é uma tarefa fácil.

A história nos mostra, como apontado, que o ser humano nunca foi afeito a um tipo exclusivo de relação afetiva. Ele procura, no contexto social, viver plenamente seus relacionamentos da melhor forma possível, independentemente se através de uma relação monogâmica ou poligâmica, heterossexual ou homossexual. Isso ultrapassa as questões de gênero e contrapõe qualquer norma preestabelecida.

Dentro de uma sociedade pautada pela monogamia heterossexual, trazer à luz discussões como relação não monogâmica, *compersion*, *ménage à trois*, é sempre abrir espaço para discussões apaixonadas, de pontos de vista dos mais diversos. É justamente esse, talvez, o objetivo maior deste trabalho: discutir, quebrar paradigmas, derubar conceitos e preconceitos. Ao mesmo tempo, o panorama atual mostra uma contemporaneidade relacional que não está mais admitindo certas regras de conduta engessadas; busca-se não só a satisfação sexual, censurada nos modelos anteriores em função da ideia de relação sexual apenas com fins de procriação, como também a tão sonhada felicidade conjugal, ao evidenciar o ciúme e seus efeitos e a partir da sua admissão, aprender a proporcionar alegria ao(s) parceiro(s) e a si mesmo.

Devido ao pouco material existente a respeito do *compersion*, aponta-se a necessidade de maiores e mais aprofundadas pesquisas a respeito do tema, sinalizando que esse, com certeza, será um dos grandes filões epistemológicos nas academias. Ao levantar essas questões, acredita-se chamar a atenção para o problema existente nas relações atuais e despertar o interesse para maiores reflexões a respeito da sexualidade humana.

Este trabalho não pretende ser um fim em si mesmo; antes, que possa funcionar como uma provocação, um incômodo que venha a gerar curiosidade, pois da curiosidade vem a dúvida, e desta, a procura pelas respostas necessárias para que um sem-fim de novas possibilidades se abram, contribuindo assim para o crescimento humano.

Referências

ANAPOL, D. *Polyamory in the 21st century: love and intimacy with multiple partners*. 1. ed. Plymouth: Rowman & Littlefield Publishers, Inc., 2011. p. 271.

ANTIQUITIES OF JEWS. Disponível em: <<http://www.sacred-texts.com/jud/josephus/ant-17.htm>> acesso em 17/09/2016.

BARKER, M. This is my partner, and this is... my partners: constructing a polyamorous identity in a monogamous world. *Journal of Constructivist Psychology*, v. 18, p.75–88, 2005,

BÍBLIA. A. T. Gênesis. In: BÍBLIA. Português. *Bíblia sagrada: contendo o antigo e o novo testamento*. Edição Pastoral. Tradução de Ivo Storniolo e Euclides Martins Balancin. São Paulo: Paulus, 1990.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil (1988)*. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/atividade/const/con1988/CON1988_15.09.2015/art_226_.asp> Acesso em: 20 fev. 2017.

BUSS, D. M. *The dangerous passion: why jealousy is as necessary as love and sex*. Nova York: Simon & Schuster, 2000.

COMMUNE, K. *Polyfidelity: Sex in the Kerista Commune and other related theories on how to solve the world's problems*. 1st ed. São Francisco, CA: Performing Arts Social Society, 1984.

CLANTON, G; SMITH, Lynn G. *Jealousy*. 3. ed. *La-nham: University Press of America*, 1998. 326 p.

DUMA, U. *Jealousy and compersion in close relationships: coping styles by relationship types*. 2009. p.19-23. Munich: GRIN Verlag, 144 pág. Disponível em: <http://www.grin.com/en/e-book/137595/jealousy-and-compersion-in-close-relationships>. Acesso em: 15/2/2017.

EVE, E. *Polyfidelity: Sex in the Kerista Commune and other related theories on how to solve the world's problems*. 1st ed. São Francisco, CA: Performing Arts Social Society, 1984.

GRACIE X. *Compersion: a polyamorous principle that can strengthen any relationship*. [Blog] Disponível em: <http://www.huffingtonpost.com/gracie-x/compersion-a-polyamorous-principle-that-can-strengthen-any-relationship_b_6803868.html>. Acesso em 15 fev. 2017.

GRIN V., Open Publishing GmbH Printing and bin-

ding: Books on Demand GmbH, Nordestedt Germany.

FOSTER, B.; FOSTER, M.; HADADY, L. Amor à três: dos tempos antigos aos dias de hoje. São Paulo: Rosa dos Ventos, 1998. 490 p.

JACKSON, S. Heterosexuality, heteronormativity and gender hierarchy: some reflections on recent debates. In: WEEKS, J. HOLLAND, J.; Waites, M. (Eds.) Sexualities and society: a reader. Cambridge: Polity Press, 2003. p. 69- 83.

LASCH, C. Refúgio num mundo sem coração: A família: Santuário ou instituição sitiada? Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

LINS, R. N. O livro do amor: da Pré-história à Renascença. Rio de Janeiro: Best Seller, 2012. v. 1.

PIEPER, M.; BAUER, R. Convocação para trabalhos: Conferência Internacional sobre Poliamor e Mononormatividade. Centro de Pesquisa para Estudos Feministas, de Gênero e Queer, Universidade de Hamburgo, 5 e 6 de novembro de 2005.

REGINO, C.; BRITO, H.; PAIVA, J.; LOUREIRO, L.; MARTINS, L.; MENIN, F.; HERNANDEZ, M.; PARRO, P.; PIMENTA, T. É possível amar duas pessoas ao mesmo tempo? São Paulo: Musa Editora, 2005.

RICH, A. Compulsory heterosexuality and lesbian existence. *Signs*, 5 (4), 631-660, 2005.

RICHARDSON, D. Heterosexuality and social theory. In: RICHARDSON, D. (Ed.) Theorising heterosexuality: telling it straight. Buckingham: Open University Press, 1998. p. 1-20.

ROUSSEAU, J.- Rousseau. São Paulo, Abril Cultural, 1990. Coleção Os Pensadores. (1978)

SCHEFF, E.; HAMMERS, C. The privilege of perversities: race, class, and education among polyamorists and kinksters. *Psychology & Sexuality*, nº3, vol. 2, 2011, p.198-223.

SCHEFF, E. Jealousy and compersion with multiple partners: how polys deal with jealousy and feel happy when their lover loves someone else. *Psychology Today*, [online] 1(2013). Disponível em: <[https://www.psychologytoday.com/blog/the-polyamorists-nextdoor/201312/jealousy-and-](https://www.psychologytoday.com/blog/the-polyamorists-nextdoor/201312/jealousy-and-compersion-multiple-partners)

[-compersion-multiple-partners](https://www.psychologytoday.com/blog/the-polyamorists-nextdoor/201312/jealousy-and-compersion-multiple-partners).> Acesso em 15 fev. 2017.

TAKAHASHI, H.; MATSUURA, M.; YAHATA, N.; KOEDA, M.; SUHARA, T.; OKUBO, Y. Men and women show distinct brain activations during imagery of sexual and emotional infidelity. *NeuroImage*, v. 32, p. 1299-1307, 2006.

II, JOÃO P. (1992). Catecismo da Igreja Católica. [online] A santa Sé. Disponível em: http://www.vatican.va/archive/cathechism_po/index_new/prima-pagina-cic_po.html . Acesso em 15/2/2017.

HOMOFOBIA E MISOGINIA NA ANTIGUIDADE: GENEALOGIA DA VIOLÊNCIA

Felipe Adaid¹

HOMOPHOBIA AND MISOGYNY IN ANTIQUE: GENEALOGY OF VIOLENCE

Resumo: O presente artigo tem por objetivo discorrer sobre as raízes da homofobia e sua possível relação com a misoginia. Para tanto, torna-se necessária a retomada dos mais arcaicos resquícios do passado em busca do que, possivelmente, apontou para o início do falocentrismo. Destarte, importa discorrer a respeito da violência no período antigo, mormente no que se refere à Roma e à Grécia antigas. A pergunta que resume a pesquisa pode ser assim formulada: qual é a relação entre a homofobia e a misoginia no período antigo, tendo em vista o falocentrismo? No que se refere ao método de pesquisa, o artigo foi elaborado por meio de revisão bibliográfica e busca de literatura, mormente no campo histórico e antropológico.

Palavras-Chave: falocentrismo; homofobia; misoginia; antiguidade

Abstract: This article aims to discuss the roots of homophobia and its possible relationship with misogyny, therefore, it becomes necessary the resumption of the archaic remnants of the past in search of what possibly pointed to the beginning of phallocentrism. Thus, it is discourse about violence in the ancient period, especially with regard to Rome and ancient Greece. The question that summarizes the research can be formulated as follows: what is the relationship between homophobia and misogyny in the ancient period, with a view phallocentrism? With regard to the research method, the article was elaborated through literature review and literature search, especially in the historical and anthropological field.

Keywords: phallocentrism; homophobia; misogyny; antiquity

“Seria o mais feliz dos mortais se pudesse contribuir para que os homens conseguissem curar seus preconceitos. Chamo aqui de preconceitos não o que faz com que eu ignore certas coisas, mas o que faz com que nos ignoremos a nós mesmos.” (MONTESQUIEU, 2011, p. 14)

¹ Advogado criminalista e mestre pela PUC-Campinas. E-mail: felipeadaid@gmail.com

Introdução

O propósito deste trabalho é analisar a gênese da homofobia e os processos de transformação desse fenômeno. A historiografia, por meio da revisão bibliográfica específica, será o método usado para galgar este objetivo. Neste sentido, a pergunta central não será o que é homofobia. Evidentemente, será necessário realizar a mais breve introdução sobre o conceito de homofobia, sem embargo, a grande discussão não se resumirá a isso. Logo, a pergunta que permeia esta pesquisa, e que se tenta esquadriñar, será: qual é a genealogia da homofobia, ou seja, como pensar a respeito de sua origem e quais são seus efeitos ao longo da história? Sendo assim, o início desta discussão coincide com o próprio início da humanidade, ou pelo menos com os mais antigos e notórios registros históricos que a literatura disponibiliza. Sobre essa questão, não obsta fazer uma ressalva, muito embora ela se evidenciaria por meio da própria continuidade do trabalho. A propositura da discussão desse contexto histórico de ruptura entre um modelo matriarcal para o início do patriarcal, a marcar efetivamente o início da dominação masculina e do modelo heterossexual, o qual, sem dúvida, estender-se-á até à hodiernidade. Outrossim, a paralela análise do fenômeno misógino da humanidade se torna deveras apropriado, à medida que tanto a misoginia quanto a homofobia se apresentam como consequências do paradigma² falocêntrico. O desprezo contra o feminino, ou seja, a negação de tudo aquilo que não for estritamente masculino, viril, dominador e poderoso, enseja alvo da submissão, da repulsa e, conseqüentemente, da violência. Em sendo assim, o Movimento Feminista, que resultou de um processo histórico longo e doloroso, se desenvolve paralelamente ao Movimento Gay.

A análise e comparação entre esses dois movimentos, ao longo dos milênios, é fundamental para se compreender as verdadeiras origens da homofobia. Desta feita, torna-se necessário retornar ao Período Antigo para análise das raízes da homofobia e sua relação com a misoginia. Para tanto, o presente artigo restringir-se-á, sobretudo, à cultura grega e romana. Neste sentido, não obsta ressaltar que comumente se considera a Idade Antiga como o período que se inicia com o desenvolvimento da escrita, aproximadamente no IV

milênio antes da Era Cristã, até a queda do Império Romano Ocidental, durante o século V da Era Cristã. De forma prosaica, as literaturas historiográficas abordam a Antiguidade como tempo áureo da civilização grega, romana, fenícia, egípcia, hebraica e etrusca. Por questões práticas, todavia, a presente pesquisa restringir-se-á tão e somente à abordagem da antiguidade clássica, por considerar a cultura greco-romana a raiz do pensamento ocidental moderno.

Um interessante aspecto, quase universal entre as civilizações antigas, é a forte presença da sexualidade na cultura. Sobretudo no que se refere à religião, ao contrário da ideia de divindade que se construiu com o advento do monoteísmo, os deuses das culturas politeístas tinham características bastante semelhantes aos humanos quanto aos sentimentos: eles sentiam fome, dor, medo e, inclusive, prazer. Os deuses para os antigos eram uma representação da própria figura humana. A sexualidade entre as divindades era tratada de forma tão natural que os mitos eram recheados de relatos de infidelidade, incesto e até mesmo estupro. Inclusive não eram raros casos de relações homossexuais entre as divindades. Ademais, como será discutido, a moral sexual era tão liberal, se comparada com os recatos modernos, que inúmeras religiões faziam uso de práticas sexuais ritualísticas. Ademais, grande parte das atividades de prostituição era praticada dentro dos próprios templos. Tanto os sacerdotes quanto os fiéis faziam uso dos serviços de prostitutas e prostitutos. Durante a antiguidade, as práticas sexuais sempre estiveram ligadas com a prática religiosa. Essa situação mudou com o avanço do cristianismo, que paulatinamente modificou a concepção moral.

Os gregos e a pedagogia pederástica

Segundo a mitologia grega, a criação do mundo teria sido uma criação titânica dos irmãos Prometeu e Epimeteu. Os dois titãs descenderam à Terra com sementes mágicas que brotaram instantaneamente, transformando-se na flora; os animais foram moldados a partir da argila, tirada do solo. Mas faltava algo. Prometeu, se utilizando da mesma argila, moldou, em alusão à aparência física dos deuses, a espécie humana masculina – ainda não havia a mulher. Criados, Epimeteu encarregou-se de dar a cada animal uma característica: cora-

² O paradigma se refere a um esquema global de algumas hipóteses de base sobre as quais cada época científica baseia as suas orientações e valores. Não obstante, com o tempo, este modelo se torna obsoleto e não responde mais as demandas e exigências da sociedade: cria-se então a crise do paradigma dominante (SANTOS, 2001).

gem, força, rapidez, sagacidade. Contudo, ao final do feito, se deu conta de que todas as qualidades já tinham sido usadas nos animais, e os homens haviam ficado sem nenhuma. Tomado pela grande empatia que desenvolvera pelos homens, Prometeu almejou dar-lhes algo especial. Foi até o céu e pegou uma fagulha do fogo divino – até então os homens não haviam descoberto seu uso. Os deuses ficaram furiosos com a audácia de Prometeu em presentear os humanos com algo tão divino. Como castigo, Zeus criou uma criatura à semelhança de Afrodite, com tamanha beleza e sensualidade que seria capaz de seduzir e ludibriar os homens. Bati-zou-lhe de Pandora e lhe entregou uma caixa, que deveria ser guardada com todo zelo e jamais ser aberta. Chegando à Terra, Pandora não aguentou de curiosidade e abriu a misteriosa caixa. Mas, para sua surpresa, de lá saíram todos os males imagináveis e se espalharam pela Terra.

Inicialmente, no que se refere à influência do falocentrismo no conceito de feminino, é possível notar uma formidável semelhança entre o mito da Caixa de Pandora e a Gênese de Adão e Eva, na mitologia cristã – que será analisada a posteriori. Em ambos, a mulher é tida como causa central dos problemas mundanos. A interpretação mitológica não deixa dúvidas de que a misoginia era uma característica muito marcante na cultura grega. O fato de Pandora ser criada com objetivo de ser um instrumento de vingança, por meio da ira divina, é demonstração clara do imaginário grego falocêntrico e misógino, em que a mulher é tida como figura negativa e amaldiçoada. Essa concepção negativista indubitavelmente intensificará a supremacia masculina. Em última análise, pode-se dizer que o homoerotismo tenha florescido como expressão da própria repulsa ao feminino.

O amor grego – *φιλία*, *philía* (DICIONÁRIOS ACADÊMICOS, 2009) –, é muitas vezes traduzido nos poemas pela palavra amizade, assim, de início já se pode notar certa discordância com o significado moderno, tanto do verbete amizade, quanto do amor. Outra questão, bastante complexa e não menos paradoxal, é o sentimento amoroso do homem em relação à mulher, tendo em vista a questão da visão altamente misógina do homem grego. Ademais, o que objetiva a temática deste trabalho, diz respeito ao amor homossexual, um costume reconhecido e tolerado pela sociedade – inclusive, muitas vezes a conduta era preferível e, em deter-

minadas circunstâncias, até mesmo obrigatória. A propósito, cabe acrescentar que na cultura grega clássica o homem também era obrigado, como marido, a manter seus cuidados com a esposa, não se pode descartar que o marido também devesse amar a esposa e filhos.

As mulheres geralmente eram analfabetas e a única educação que recebiam dos pais era voltada para seu futuro como esposa, ou seja, a mulher era meramente uma procriadora. Existiam as hetairas que eram mulheres mais interessantes e com mais conhecimentos que as demais. Muitos homens gostavam de suas companhias, pois não atuavam como prostitutas apenas. Quando o marido achava que já tinha herdeiros suficientes, ele simplesmente parava com a relação sexual marital. Havia tanta falta de afinidade entre os cônjuges que eles dormiam em quartos separados – o que talvez não ocorresse entre as famílias menos abastadas. Dada a total falta de intimidade entre o casal, prosperou nessa época o uso de masturbadores para as mulheres. Visto que, após o casamento, as mulheres só se relacionavam socialmente com outras mulheres, é provável que a relação homossexual feminina tenha sido uma prática comum, visto que dificilmente seria descoberta e não havia qualquer risco de engravidar.

Existem infindáveis relatos mitológicos, poesias e discursos sobre a prática da homossexualidade entre os homens. Contudo, quase não se sabe sobre a história das mulheres. O falocentrismo e a misoginia na Antiguidade parecem tão fortes que filósofos, poetas e pensadores nem se deram ao trabalho de deixar um relato para a posteridade. Talvez em uma tentativa de anular o passado feminino. Certamente a única referência ao lesbianismo, que não se baseia em mera conjectura histórica, se refere à grande poetisa Safo de Lesbos, cujos poemas muitas vezes eróticos exaltam a mulher e a sexualidade feminina. Cumpre-se destacar que foi sua ilha de origem, Lesbos, que deu origem ao termo *lésbica*³.

Safo viveu na ilha de Lesbos e dirigia uma escola onde mulheres aprendiam música, poesia e dança. Ela se apaixonou por algumas dessas mulheres e manifestou o seu amor em poemas sensuais. Sua poesia exerceu enorme influência sobre a literatura erótica subsequente. Além disso, seus poe-

³ O termo *lésbica* foi usado pela primeira vez com sentido de homossexualidade feminina em uma carta do rei William, em 1736, à duquesa de Newburgh. No conteúdo da carta, o rei utilizou a denominação *lesbian* para ofender a duquesa (NAPHY, 2006, p. 210).

mas trataram de questões relacionadas à vida: a maior parte dos sintomas de que os amantes têm sofrido, durante mais de vinte séculos, foi primeiramente posta em evidência por Safo. Apensar de suas preferências sexuais, ela teve marido e filha (LINS, 2013, p. 71).

Detalhes da vida de Safo constituem um grande mistério. Porém, o que importa é sua influência às mulheres de Lesbos, que, ao que parece, devem ter sentido a influência social e cultural de suas ideias. Em suma, o grande mérito de seu legado se deve não somente à sua produção lírica propriamente dita, mas sobretudo ao seu contexto social. Safo viveu em um conturbado período histórico no qual as mulheres gregas sequer tinham direitos, tampouco almejavam igualdade sexual: inicialmente eram propriedades do pai e, após o casamento, tornavam-se obedientes ao marido. O rapto e o estupro eram reflexos da fragilidade feminina, e a única saída era permanecer a submissão ao marido, que bem ou mal lhe proporcionava sustento e segurança. Destarte, cogitar a existência de uma mulher letrada, inteligente e com tamanha independência indica um acontecimento formidável.

A literatura sobre a sexualidade masculina na Grécia Antiga é bastante vasta e todas abordam a questão da homossexualidade. Contudo, é importante ressaltar que, mesmo sendo uma prática demasiadamente trivial, não existia entre os gregos um termo específico para homossexual, ou seja, não existia a figura do homem que só se relacionava com homens – o termo só foi cunhado no final da Idade Média, quando se entende que os pecados praticados pelos homossexuais não representavam apenas um vício ou um comportamento, mas uma identidade, passaram a ser chamado de sodomitas (NAPHY, 2006, p. 210). Entre os homens, perdurou a prática da *pederastia* que sempre esteve ligada ao processo “pedagógico”, de socialização.

Na pederastia o mais velho admira o mais jovem por suas qualidades masculinas: força, velocidade, habilidade, resistência e o mais jovem respeitava o mais velho por sua experiência, sabedoria e comando. O efebo era entregue a um tutor, que o transformava em cidadão grego. O tutor deveria treinar, educar e proteger o efebo. Ambos desenvolviam uma paixão mútua, mas deveriam saber dominá-la (LINS, 2013, p. 73).

Segundo a etimologia, o vocábulo pederastia tem como radical a expressão παιδεραστία – em que se lê paiderastía – aglutinação de παῖς, páis, e ἔρως, éros, que significam respectivamente menino e amor (DICIONÁRIOS ACADÊMICOS, 2009). Assim, essa prática se evidenciava como o relacionamento, necessariamente homossexual, entre um homem adulto, chamado de ἐραστής, erastas; e um adolescente entre 15 e 18 anos, denominado ἐρωμενός, eromenos. Geralmente o adulto era maior de 25 anos, enquanto o jovem tinha entre 12 e 18 anos. O critério etário estava mais relacionado com a questão da puberdade, uma vez que a prática não era bem vista quando o menino ainda era impúbere. Também não era comum que o jovem já tivesse tardado muito a adolescência.

A pederastia pedagógica ocorria nas castas superiores, o ἐραστής era designado pela família e tinha papel educativo enquanto tutor. A questão da sexualidade estava tão presente que, durante o processo de aprendizado, o tutor invariavelmente seduzia o ἐρωμενός. A prática da pedagogia grega não se resumia às temáticas teóricas, quando o educando teria seus primeiros contatos com os conhecimentos da matemática, da música e da filosofia. O papel do pedagogo era também de lhe ensinar as práticas sexuais. Por esse motivo, o tutor era geralmente solteiro e desempenhava essa atividade educativa até se casar. Por seu turno, o educando ao crescer poderia se tornar um tutor. Não obsta asseverar que, no que se refere à prática sexual propriamente dita, o ἐραστής sempre desempenharia um papel ativo e dominante em relação ao ἐρωμενός. A plausível inversão de papéis representaria uma prática absolutamente bizarra e recriminável para a cultura grega (LINS, 2006).

Ora, sabendo que os gregos, amantes da beleza e da estética, mais do que ninguém sabiam reconhecer o que era belo e o que era digno de ser reverenciado, como era possível que um jovem se interessasse por um velho? Essa era uma questão que os próprios gregos reconheciam como paradoxal, visto que muito comumente jovens de belezas notórias se rendiam à sedução de homens muito mais velhos e feios. O próprio Platão exemplifica a relação entre Alcibiades e Sócrates como paradoxal, pois ao mesmo tempo em que o jovem era muito lindo para ser seu amante, o tutor era muito inteligente para seu educador⁴.

⁴ A paixão pedagógica impele todos para os jovens belos e bem-dotados, mas no caso de Alcibiades é a profunda força de atração espiritual, que irradia de Sócrates, que surte efeito e que, invertendo a relação normal de amante e amado, faz com que seja o próprio Alcibiades a aspirar em vão pelo amor de Sócrates. Para a sensibilidade grega é o cúmulo do paradoxo que um jovem belo e festejadíssimo como Alcibiades ame um homem grotescamente feio como Sócrates (JAEGER, 1995, p. 747).

Claramente a falada liberdade grega em relação à homossexualidade não era de modo algum tão liberal, pois também servia para manter a associação do sexo com dominação. Além disso, ao permitir a pederastia, sancionava-se o abuso sexual de meninos por homens adultos. Na Grécia Antiga, o estupro é cometido não por prazer ou procriação, mas para realizar o princípio da dominação através do sexo. Portanto, não é de admirar que os gregos tivessem obsessão por isso. (EISLER, 1996, p. 144)

Em primeiro lugar, deve-se ressaltar que nem toda relação pederástica era benéfica, pois, por mais que a homossexualidade tenha sido uma prática difundida entre os gregos, assim como hoje, muitos jovens se inclinavam mais ao que modernamente seria entendido por heterossexualidade. Contudo, é claro que não existia qualquer dicotomia entre heterossexualidade ou homossexualidade entre os gregos, eles sequer tinham expressões que significassem isso – todavia, não se pode negar que as pessoas tinham suas preferências sexuais⁵. Desse modo, pode-se imaginar o tormento que esses jovens passaram ao serem obrigados a se deixar seduzir por adultos que lhes causassem asco. Sob essa perspectiva, a análise da prática pederástica pode ser entendida muito mais como um incentivo à violência do que propriamente um método pedagógico. Sendo assim, talvez para o jovem de orientação heterossexual, possivelmente a pederastia representasse um estupro pelo qual ele deveria passar antes de se tornar adulto. É claro que havia os jovens que se permitiam ou se interessavam pelas investidas dos mais velhos, contudo, isso não devia ser uma regra. O problema se tornou tão sério que foi necessário criar leis que coibissem essa prática. Historicamente, esse pode ser considerado o mais arcaico vestígio do que se tornaria a lei de proteção à dignidade sexual dos menores. Sem embargo, no contexto da Grécia Antiga, como somente as famílias com propriedades tinham direitos, a lei que proibia o abuso dos jovens, na prática, só

tutelava os filhos da elite; os jovens de famílias menos abastadas e, principalmente, os escravos, continuaram sendo vítimas.

Seja como for, não há dúvidas de que a discussão sobre a sexualidade entre os gregos é bastante complexa. Sobre tudo a questão da pederastia e seus muitos aspectos paradoxais. Para a cultura grega, o sexo era algo bastante presente, as práticas sexuais e o proxenetismo vinculado à própria atividade religiosa demonstram certa liberdade ao homem grego. Liberdade essa que não era vivida pelo jovem, pois não raramente deveria se submeter ao domínio sexual de um adulto. De igual modo, não havia a mesma liberdade às mulheres que, totalmente submissas, se recolhiam à clausura doméstica, destinando-se a atividade procriativa. Outrossim, para as escravas e mulheres de castas inferiores a realidade era mais nefanda, muitas tinham que se dedicar à prostituição, o que não diminuía sua submissão social em relação ao homem. O que se pode concluir, por hora, é que para a cultura grega o que tornava o indivíduo verdadeiramente livre e digno de respeito, salvas as proporções hierárquicas das castas, era sua virilidade. Em suma, era o Falo, símbolo máximo da masculinidade, que dava poder ao grego.

Os romanos e o apogeu do falocentrismo

O império romano surgiu aproximadamente no oitavo século antes da Era Cristã e proliferou até o quinto século depois de Cristo. Durante esses 13 séculos de lutas, quase toda a Europa havia sido conquistada e anexada como extensão do Império. Se houve alguma civilização que enalteceu mais o culto fálico do que os gregos, esta foi a civilização romana. A necessidade de demonstrar o poder do falo era tão grande que inúmeros monumentos foram levantados, os imperadores romanos queriam superar uns aos outros. Indubitavelmente, nenhum povo chegou ao mesmo imaginário megalomaniaco do que os filhos de Rômulo e Rêmulos.

Tal obsessão pelo poder e pela conquista

⁵ A sexualidade grega pode ser considerada bissexual? Segundo Foucault, é de certo modo equivocado falar em bissexualidade, uma vez que os gregos não pensavam a relação sexual de forma dicotômica, ou seja, pulsões homossexuais e pulsões heterossexuais. A sexualidade era pensada mais como possuidora de duas fases. Primeiro como adolescentes passivos; depois como adultos ativos, até se casarem. Evidentemente, que após o casamento, a monogamia não era obrigatória, nem recomendada aos homens. Estes tinham total liberdade para participar de cultos religiosos e festas, ambos banhados a muita orgia, tanto homossexual quanto heterossexual. Nesse aspecto, talvez seja possível dizer que, passada a fase de passividade juvenil, para o homem adulto existia uma possibilidade de certa inclinação à bissexualidade. A mulher, contudo, se não fosse prostituta, deveria permanecer fiel ao marido e conservar sua heterossexualidade, pelo menos segundo os ditames sociais (FOUCAULT, 1984, p. 150).

não poderia ter influenciado menos a sexualidade dos romanos. A mulher permaneceu com seu papel de procriadora, res marital, propriedade conjugal (LINS, 2013). Os filhos também pertenciam ao pai: a menina até se casar e se tornar apossada pelo marido, e o filho até se tornar adulto⁶. A homossexualidade não era inteiramente proibida, todavia, diferentemente dos gregos, ela não era obrigatória sob nenhuma hipótese, não havia qualquer fenômeno parecido com o movimento pederástico em Roma. Pelo contrário, os filhos eram educados para serem machos, ativos, poderosos e conquistadores. A despeito de não haver qualquer expressão que significasse a dicotomia entre heterossexuais e homossexuais, a sociedade romana, grosso modo, tendia à bissexualidade, pois pouco importava quem era seu parceiro, homem ou mulher, o importante era dominá-lo. Apenas com o advento do cristianismo que a moral romana paulatinamente começou a tender à heterossexualidade. É muito possível que, devido ao fenômeno da romanização, esses valores culturais tenham se expandido para muito além das fronteiras de Roma, sobretudo nas localidades fronteiriças.

A homossexualidade era tão presente na cultura romana que, segundo análise de Spencer, o famoso mito de Rômulo e Remo, os gêmeos fundadores de Roma que foram amamentados por uma loba, podem ser interpretados como uma história de iniciação homossexual. Segundo a mitologia, Marte, o deus da guerra, símbolo supremo do masculino que dominava o pensamento e a cultura romana, estuprou a mortal Réia Sílvia – em latim Rhea Sílvia, filha de Numitor, rei da lendária cidade de Alba Longa. Ao tomar conhecimento da violência, a qual dera origem

aos gêmeos Rômulo e Remo, o rei ordenou que o cesto dos bebês fosse jogado no rio Tigre. A correnteza fez o cesto parar em uma margem, onde foi encontrado por uma loba, que os amamentou até que eles crescessem. O autor assevera que há inscrições e desenhos que mostram o deus Marte cercado por jovens nus ajoelhados de frente para seu pênis. A significância de ingestão do sêmen, e sua equiparação com o leite materno, bem como as cerimônias rituais a que os meninos e jovens eram submetidos para se tornarem homens, então o ato de mamar na loba começa a tomar uma nova e maior dimensão⁷.

Os romanos não tinham qualquer tradição autóctone de pederastia e, inicialmente, no tempo da República, declararam-na ilegal. Em circunstância alguma um homem romano devia se deixar penetrar, fosse qual fosse sua idade. Sodomitizar um adolescente não era considerado pelos romanos parte importante do processo educativo. O importante para os Romanos era ter o poder de sodomizar tudo e todos. Dito isto, os romanos não sentiam qualquer pejo em ter relações sexuais com homens, prostitutos ou escravos, desde que fossem o parceiro ativo. (NAPHY, 2006, p. 59)

O comportamento sexual do romano era bastante intenso e liberal, a única ressalva era quanto à passividade. É claro que, grosso modo, era socialmente esperado que o homem se casasse e tivesse filhos, mas fora isso ele estava livre para se envolver com escravos, prostitutos e prostitutas. Os adultos podiam inclusive se envolver com os jovens, embora esse fenômeno não guar-

⁶ O casamento entre os romanos, assim como entre os gregos, continuou a ter um aspecto simplesmente formal visando à proteção patrimonial. Para o homem, significava a garantia de que seus bens permaneceriam entre seus herdeiros, na hipótese de sua morte ou de sua temporária ausência. Mesmo casado, o homem não se submetia a qualquer recriminação moral ou legislação em relação à fidelidade ou ao adultério. Ele poderia participar das festividades da cidade, dos banhos públicos e dos serviços prestados nos bordéis. Para a mulher, o casamento significava a continuação de uma vida sob dominação, outrora pelo pai, agora era submetida às vontades do marido. Eventualmente poderia sair de casa, mas sempre acompanhada do marido. O medo do adultério, do estupro e do rapto não equivalia ao temor de perder a esposa, mas ao pânico obsessivo de ter o sangue de seus descendentes sujado por um possível herdeiro bastardo.

⁷ No início da Antiguidade, há inúmeros relatos de tribos mediterrâneas que possuíam rituais de iniciação masculinos envolvendo o sêmen. Era uma evidente relação com o leite materno, que ainda tardava em ser cultuado como sagrado, em uma antiga alusão à fertilidade da grande Deusa. Segundo a cultura primitiva, os homens não conseguiriam atingir a puberdade sem a produção de sêmen, que só seria atingida por meios ritualísticos de ingestão. “A partir dos sete anos os meninos eram separados de suas mães e levados à casa dos homens. Nesse período, eles eram submetidos a periódicos rituais de iniciação sexual. No primeiro estágio, aprendiam a praticar a feação com o mais velho, enquanto engoliam o precioso sêmen. Em um segundo estágio, já mais velhos, trocavam de papéis e proporcionavam o sêmen aos mais novos. Quando um menino mostrava sinais de maturidade sexual, fazia-se uma grande cerimônia e ele se juntava aos homens caçadores” (SPENCER, 1999, p. 23).

dasse nenhuma relação com qualquer recurso pedagógico. A única ressalva moral era ser ativo e dominar, ou seja, comportamentos como a impudicitia⁸ – assumir papel passivo – e a felatio – prática do sexo oral, eram vistos como degradantes e vergonhosos para um homem viril. Porém, era aceitável que eles pudessem ser realizados, desde que os passivos fossem escravos ou indivíduos de castas inferiores. Na prática, a conduta permanecia vergonhosa para quem praticasse, mas socialmente não era chocante. Enquanto a pederastia grega fora o objeto de amor dos gregos, os escravos passaram a servir de amante aos romanos.

Sem embargo às normas sociais e morais, o que se observava na prática é que sempre houve os homens que se inclinavam mais ao comportamento ativo ou mais ao comportamento passivo. Inclusive há inúmeros relatos de aristocratas e imperadores que se dedicavam preferencialmente ao sexo passivo, o que evidentemente era motivo de comentários malfadados e piadas. Uma das mais famosas obras é atribuída a Caio Suetônio, que reuniu diversos relatos da vida íntima dos principais imperadores romanos em sua obra *As vidas dos doze césores*. Com um tom sarcástico, que lhe é peculiar, critica de forma veemente as libertinagem e luxúrias vivenciadas pelos mais poderosos homens de Roma. Segundo Suetônio, Júlio César comportava-se mais como homossexual e preferia ser passivo, sobretudo em sua relação com o Nicomedes da Bitínia. Calígula é retratado como um psicopata sexual, que abusava de crianças e até de animais. Sua diversão era desvirginar noivas em frente de seus próprios noivos, ou abusar das esposas de seus senadores enquanto estes se embriagavam em suas festas. Por sua vez, Nero, o exibicionista imperador romano que governou do ano 54 a 68 depois de Cristo, foi muito além dos padrões culturais. Casou-se com dois homens em cerimônia pública, possivelmente o primeiro casamento homossexual de que se tem realmente registro (SUETÔNIO, 1956). O autor escreve sobre o primeiro casamento homossexual de Nero:

Depois de tentar castrar o garoto Esporo, no intuito de transformá-lo em uma garota, ele organizou uma cerimônia de casamento, com dote, véu de noiva e tudo mais, com a presença de toda a corte; em seguida levou-o para sua casa e tratou-o como uma esposa. Mais tarde, casou-se também com Doríforo, forçando a corte imperial a tratar suas noivas masculinas com a mesma cortesia destinada às suas três esposas, Otávia, Pompeia e Estatília. (SUETÔNIO, 1956, p. 105)

Não obstante a inexistência da relação pedagógica entre os adultos e jovens, não há de se negar que muitos romanos se aproveitavam da ingenuidade pueril para tirar-lhes proveitos sexuais. Assim como entre os gregos, o estupro de menores se tornou tão frequente que passou a preocupar os governantes da época. Foi necessário, então, criar normas que criminalizassem a conduta. No ano 149 antes da Era Cristã, promulgou-se a Lex Scantiania, a qual proibia que adultos estupassem – stuprum – jovens púberes e impúberes⁹. É claro que a lei só tutelava pelos jovens livres, sobretudo os de família mais abastadas, ricos comerciantes e donos de terras, o que, de certa forma, impulsionou o comércio escravista para fins sexuais, intensificando o abuso contra crianças e jovens escravos. Outrossim, a lei romana também visou criminalizar a conduta sexual passiva dos adultos que muitas vezes se entregassem aos próprios escravos de forma passiva, algo considerado totalmente ultrajante aos costumes e valores morais da época.

Nas décadas seguintes à morte de Jesus Cristo o cenário romano começou a mudar. No primeiro século surgiram várias pequenas seitas cristãs, que se espalharam de forma marginal por todo império romano. Já havia cessado as perseguições antissemitas, e os cristãos representavam apenas pequenos grupos de religiosos que não preocupavam muito os governantes. Os romanos cultivavam desprezo em relação a essas novas seitas. A partir do final do primeiro século, os cristãos começaram a se separar em definitivo dos judeus,

⁸ “A palavra impudicitia é geralmente usada para se referir à disponibilidade de um homem para ser penetrado por outro homem. Ficou demonstrado que os médicos romanos consideravam o desejo de ser penetrado uma patologia que podia ser diagnosticada, uma classificação da homossexualidade como doença anterior à sua invenção no século XIX”. Cf. NAPHY, William. *Born to be gay: história da homossexualidade*. Portugal: Edições 70, 2006. p. 65.

⁹ “A Lei Scantinia, confirmada pela legislação da época de Augusto, protege o adolescente contra o estupro pelo mesmo motivo que protege a virgem livre nascida. A relação homossexual com um jovem era aceitável, desde que fosse a relação ativa de um homem livre com um escravo ou um homem de baixa condição social; as pessoas se divertiam com isso no teatro popular e se vangloriavam disso na alta sociedade” (LINS, 2013, p. 120).

eles já eram mais numerosos e sua influência passou a ser notada. A intolerância cristã foi presente desde os mais primogênitos seguidores. Os cristãos odiavam tudo que se relacionava ao Império e à cultura romana, sobretudo a liberdade sexual e a religião pagã. Por diversas vezes, cultos romanos foram invadidos e tiveram seus símbolos religiosos vilipendiados. As perseguições aos cristãos retornaram como retaliação a sua própria violência. Desses grupos de baderneiros e saqueadores, inúmeros mártires surgiram e passaram a povoar suas lendas (LACHATRE, 2005).

Ao mesmo tempo em que começava a sentir a influência do cristianismo nos séculos II e III depois de Cristo, a sociedade romana passava por algumas transformações importantes que iriam alterar as suas atitudes para com a sexualidade. Os imperadores e grande parte da classe dirigente eram cada vez mais não romanos e não urbanos, pelo menos nos grandes centros metropolitanos (NAPHY, 2006, p. 69).

O Cristianismo^{10 11} surge na decadência da Antiguidade como uma religião que prometia mudar com todo o paradigma vigente até então¹².

Baseado nos ensinamentos de Jesus, a essência do pensamento cristão continuou fortemente influenciada pela moralidade judaica monoteísta. Eles condenavam o politeísmo, a promiscuidade, a infidelidade do homem no casamento e quase tudo o que os romanos acreditavam ou que fazia parte de sua cultura. A vida cristã era voltada para a salvação da alma; para tanto, o corpo necessitava sofrer, pagar pelos pecados mundanos. Desta forma, essa vida deveria ser marcada pelas privações da carne. O amor, a compaixão e a caridade passam a fazer parte dos baldrames da religião. Nunca, até então, tinha se falado em amar o próximo como a ti mesmo¹³, os deuses romanos e gregos eram vingativos e luxuriosos. A ideia de um Deus benevolente e perfeito, capaz de perdoar o ato mais atroz, era muito estranha ao olhar do romano. O Deus cristão representava as minorias, ele amava o fraco, o pobre e o doente. Não era coincidência que inúmeros romanos foram atraídos pela curiosidade e acabaram se identificando com o culto.

Para os pais da Igreja o sexo era abominável, uma experiência da serpente, e o casamento um sistema de vida repugnante e poluído. São Paulo e vários ou-

¹⁰ A história está cheia de absurdos relatos de ufanistas que levaram os princípios católicos às últimas consequências. São Francisco de Assis, filho de um rico aristocrata, ao receber o chamado divino retorna para sua cidade, de onde tinha partido para se juntar às Cruzadas, no caminho, avista um mendigo leproso, pois o santo desce de seu cavalo, enrola o mendigo com sua suntuosa capa e lhe beija as feridas da testa. Em análoga biografia, São Bento rejeita sua herança palaciana desejoso de se tornar monge, no caminho para o mosteiro se depara com uma prostituta, era o próprio demônio lhe tentando, mais do que depressa arranca as roupas e se joga em um espinhal. (ASTRUGA, 2011).

¹¹ Para Nietzsche, os verdadeiros ensinamentos e as máximas cristãs jamais foram seguidos. O repúdio à intolerância, a caridade, o perdão e sobretudo o amor ao próximo, o princípio básico ensinado por Jesus Cristo, nunca se concretizaram durante a dominação cristã, tornaram-se presentes apenas nas falácias e nos sermões. Mesmo nos séculos que irão se seguir, em quase que dois milênios de efetiva instituição, nada que Jesus tenha realmente pregado foi seguido. As mortes nas Cruzadas, as torturas inquisitoriais, tudo se resume a uma grande hecatombe santa. O estandarte episcopal é manchado de sangue das inúmeras vítimas dessa instituição criminosa que se autointitula santificada. Em suma, dizer que a imaculada imagem da Igreja Católica foi construída sobre mentiras e hipocrisias constitui mero eufemismo. Nietzsche, enquanto ferrenho defensor da cultura antiga, critica o cristianismo na medida em que este cultuava o que havia de pior na acepção humana: a feiura, a pobreza e a castidade: "Já a palavra cristianismo é um mal-entendido – no fundo, houve apenas um cristão, e esse morreu na cruz. O evangelho morreu na cruz. O que a partir de então se chamou evangelho já era o oposto do que Ele tinha vivido: uma má nova, um disangelho. É falso até o absurdo ver em uma fé, a fé, por exemplo na salvação por Cristo, o sinal distintivo do cristão: apenas a prática cristã, uma vida como a daquele que morreu na cruz, é cristã" (NIETZSCHE, 2012, p. 71).

¹² Em O Anticristo, Nietzsche traça uma interessante comparação entre o Deus construído no cristianismo e os deuses da Antiguidade. Segundo o autor, as divindades são um reflexo da própria autoestima do povo, que por sua vez está relacionada com sua própria cultura. Assim, um povo forte terá um deus forte, enquanto um povo fraco terá um deus fraco. O que dizer de um deus das minorias, benevolente e essencialmente ligado ao amor? "O conceito cristão de Deus – Deus na condição de deus dos doentes, Deus na condição de aranha, Deus na condição de espírito – é um dos mais corruptos conceitos de deus que foram alcançados sobre a terra; talvez ele até represente o nível mais baixo na evolução descendente dos tipos divinos" (NIETZSCHE, 2012, p. 35).

¹³ "E Jesus respondeu-lhe: O primeiro de todos os mandamentos é: ouve, Israel, o Senhor nosso Deus é o único Senhor. Amarás, pois, ao Senhor teu Deus de todo o teu coração, e de toda a tua alma, e de todo o teu entendimento, e de todas as tuas forças; este é o primeiro mandamento. E o segundo, semelhante a este, é: Amarás o teu próximo como a ti mesmo. Não há outro mandamento maior do que estes" (BÍBLIA, 1987, p. 950).

tros pensadores cristãos deixaram as mais duradouras impressões em todas as ideias cristãs subsequentes sobre a repulsa do sexo. O casamento de José e Maria será, por um tempo, o ideal do casamento cristão, um casamento sem relações carnavais. O cristianismo condenará o corpo e tudo o que se tornou matéria perecível em consequência do pecado original. (LINS, 2013, p. 125)

Foucault resume a discrepância entre a visão antiga e medieval sobre a sexualidade dizendo que, sobre o ato sexual, o cristianismo o teria associado ao mal, ao pecado, à queda, à morte, ao passo que a Antiguidade o teria dotado de significações positivas. Já na delimitação do parceiro legítimo, o cristianismo, diferentemente do que se passava nas sociedades gregas ou romanas, só o teria aceitado no casamento monogâmico e, no interior dessa conjugalidade, lhe teria imposto o princípio de uma finalidade exclusivamente procriadora. Outrossim, em relação à desqualificação das relações entre indivíduos do mesmo sexo, o cristianismo as teria excluído com rigor, ao passo que a Grécia a teria exaltado e Roma aceitado. Destarte, entende o filósofo que a esses três pontos de oposição maior, poderiam acrescentar o alto valor moral e espiritual que o cristianismo, diferentemente da moral pagã, teria atribuído à abstinência rigorosa, à castidade permanente e à virgindade. Em suma, sobre todos esses pontos que foram considerados durante tanto tempo como tão importantes – natureza do ato sexual, fidelidade monogâmica, relações homossexuais, castidade –, parece que os antigos teriam sido um tanto indiferentes, e que nada disso teria atraído muito sua atenção, nem constituído para eles problemas muito agudos (FOUCAULT, 1984).

A moral pagã valorizava a estética e beleza. Os homens, desde a juventude, eram impelidos para as atividades desportivas, havia um maciço culto ao corpo, sobretudo entre os gregos e romanos. Em última análise, a cultura pagã valoriza o que era físico. Não havia preocupação com a morte ou as consequências dos atos terrenos. O cristianismo inaugurou uma nova forma de pensar a vida: não haverá mais preocupações com qualquer coisa do mundo físico, o corpo e os bens materiais são pertences fugazes, a passagem na Terra é apenas uma provação de conduta. Com a morte, o indivíduo terá que prestar contas de tudo o que realizara enquanto vivo. Assim, a doutrina cristã pregou um total desprendimento com a carne, ou seja, o plano mundano se tornou

secundário com todos os sentimentos pecaminosos, pois o importante é a salvação da alma. A vida terrena é efêmera, mas a vida após a morte é eterna, e é com essa vida que o homem deve se preocupar.

O mistério da morte sempre intrigou o homem. Por esse motivo, foram criados inúmeros mitos, na tentativa de explicar o desconhecido. Não obstante essa inquietação, com o advento do cristianismo esses antigos dilemas receberam nova roupagem. As lendas sobre o que aconteceria após a morte passaram a preocupar a mente humana nesse período. Os ensinamentos cristãos sobre os pecados da carne, a abnegação e a salvação paulatinamente passaram a influenciar as pessoas. A obsessão em salvar a alma e a preocupação com as tentações demoníacas foram cada vez mais subjetivadas, o que tornou o corpo cada vez mais desprezado. Em Coríntios, há a inscrição: “e bem quisera eu que estivésseis sem cuidado” (BÍBLIA, 1987, p. 1121). Deus não estava preocupado com seu corpo, Ele só está preocupado com sua alma, deve-se descuidar do corpo, pois o que vale é alma. O corpo logo envelhece, morre e apodrece, a alma é imortal. É isso é o que preconiza a Bíblia e foi assim que o homem cristão passou a ser influenciado. A falta de higiene foi uma característica basilar que perdurou por todo medieval. Alguns religiosos levaram essa regra tão a sério que se esquivaram ao máximo de qualquer processo de higiene ou ritual que fizesse contato com o corpo. Em muitos mosteiros e conventos foram proibidos os banhos e as trocas de roupas.

Os exemplos da falta de higiene como pré-requisito para a salvação da alma são muitos: o eremita Santo Abraão viveu 50 anos sem lavar o rosto e os pés; Silvia, virgem e mártir cristã, ficou conhecida por nunca ter se lavado, com exceção das pontas dos dedos; Santa Eufrásia se negava a lavar os pés. (LINS, 2013, p. 142)

O descuido com o corpo, na realidade, reservava questões mais obscuras. Em primeiro lugar, o ranço do cristianismo à higiene representava uma resistência à cultura pagã. Entre os gregos e os romanos a limpeza era algo primordial, devido ao calor do Mediterrâneo – as casas das famílias mais abastadas possuíam banheiras onde se podiam descansar e se refrescar. Os romanos, inclusive, eram famosos por suas casas de banho, que frequentavam quase diariamente. Ademais, a segunda, e talvez mais importante, questão de

resistência à higiene se referia ao fato de que, para os antigos, o banho estava intimamente ligado à sexualidade. Eram nos banhos públicos que os romanos realizavam suas orgias. Ao passo que os homens se ocupavam com suas atividades libidinosas nos banhos públicos, nos banhos em casa, as mulheres podiam se tocar sozinhas ou juntas com suas escravas ou amigas. Era durante a higiene que se tinha maior contato com todo o corpo, o que invariavelmente estava relacionado à masturbação e ao toque íntimo. Pode-se cogitar que a grande aversão que os primeiros cristãos construíram do contato com o próprio corpo veio da imagem de promiscuidade pagã.

Ora, como era a imagem que se tinha do feminino entre os primórdios do cristianismo? Essa questão está profundamente relacionada com a própria mitologia cristã descrita nas Escrituras. Outrora se analisou a origem do homem e da mulher sob o prisma da mitologia grega, a qual se mostrou bastante enfática em mostrar a supremacia masculina. Esse mesmo fenômeno será percebido na imagem bíblica da gênese feminina. Tanto no mito grego quanto no cristão cria-se primeiro o homem – nem mesmo a matéria-prima é trocada, ambos os mitos concordam que o homem se originou do barro. A mitologia cristã, porém, diz que, enquanto Adão dormia, Deus lhe tirou uma costela e dela fez uma mulher¹⁴. Nota-se que a simbologia da costela, enquanto objeto longo, roliço e levemente encurvado, assemelha-se ao próprio pênis, enquanto símbolo fálico de poder. É, pois, o próprio Falo de Adão que origina Eva, provando mais uma vez a superioridade do homem¹⁵.

Segundo o mito grego, a mulher é enviada pelos deuses enquanto vingança por eles terem sido beneficiados pelo poder do fogo. Neste caso, o fogo é retratado possivelmente como uma metáfora à consciência e inteligência superior dos homens em relação aos animais. O mito cristão toma um rumo semelhante: Adão e Eva são advertidos de que não poderão conhecer do fruto proibido. Mas a mulher, que desde Eva já se mostrava teimosa e curiosa, é tentada pela serpente e prova do fruto. Ela prova e dá ao marido; e, imediatamente, tomam consciência da vergonha, o que provoca a imediata ira de Deus. Há certa

relação entre o formato da serpente e a forma fálica, porém a conotação sexual é uma interpretação quase que infantil do mito. O Deus cristão, assim como os deuses pagãos, queria manter os homens na ignorância, em um estado quase que de selvageria. A descoberta do fogo, assim como do fruto, dá ao homem possibilidade de pensar sobre si mesmo, o que, em última análise, representa poder. Ademais, do ponto de vista sexista, ambos os mitos se apresentam da mesma forma: ao passo que o grego mostra a mulher como objeto de vingança da ira divina, a cristã mostra a mulher como protagonista da traição. A Bíblia, inclusive, diz claramente a sanção divina dada à mulher: “multiplicarei grandemente a tua dor, e a tua concepção; com dor darás à luz filhos; e o teu desejo será para o teu marido, e ele te dominará” (BÍBLIA, 1987, p. 15).

Assim, o que deve ficar claro a respeito da sexualidade entre os gregos e romanos é a profunda desvalorização do feminino. É evidente que sempre houve casais heterossexuais apaixonados, a mitologia guarda inúmeros exemplos de envolvimento assim, talvez o mais ilustre deles seja a disputa pela mão de Helena, que desembocou na Guerra de Troia. Contudo, em quase todos os relatos, mesmo os mais apaixonados, demonstram a fragilidade e a submissão da mulher em relação ao seu marido. Mesmo nesse exemplo, Helena é tratada como um objeto a ser disputado. Assim, o pensamento misógino é influenciado pelo culto ao falo. Ele, ao contrário do que parece, não representa simplesmente desvalorização e dominação da mulher, mas de todo aspecto feminino. Seja como for, as práticas homossexuais na Antiguidade não excluem, em absoluto, a possibilidade de serem consideradas precursoras do pensamento homofóbico.

Ora, mas como uma relação homossexual pode ser considerada anti-homossexual? Por mais contraditório que possa parecer, o comportamento homossexual floresceu entre os clássicos como uma vertente do pensamento misógino. Ou seja, os antigos desprezavam tanto a figura feminina que passaram a se inclinar mais para a figura masculina. Entretanto, essa inclinação era meramente uma forma de autoafirmação. Esse patológico culto fálico em detrimento da submis-

¹⁴ “Então o Senhor Deus fez cair um sono pesado sobre Adão, e este adormeceu; e tomou uma das suas costelas, e cerrou a carne em seu lugar; e da costela que o Senhor Deus tomou do homem, formou uma mulher, e trouxe-a a Adão. E disse Adão: Esta é agora osso dos meus ossos, e carne da minha carne; esta será chamada mulher, porquanto do homem foi tomada” (BÍBLIA, 1987, p. 11).

¹⁵ “Simbolicamente, a costela de Adão é o equivalente do ventre mater. Se Deus é o criador de Eva, então Adão é sua mãe, ou mais exatamente o pai. A paternogênese masculina justifica a diferença qualitativa entre Adão e Eva.” (BADINTER, 1986, p. 105)

são feminina encontrou seu apogeu no medieval, quando as mulheres de fato sentiram seu lúgubre fardo.

Conclusão

Durante a Antiguidade, entre os gregos, o modelo que mais se evidenciou foi a pederastia pedagógica, que consistia, na realidade, em uma dominação intelectual na qual os mais novos se deixavam possuir pelos mais velhos, em busca de proteção e conhecimento. Por outro lado, entre os romanos a homossexualidade se expressava de forma ainda mais ofensiva. Dada a sua necessidade imperiosa de demonstração fálica, reflexo de sua prepotência, o homem romano necessitava de constantemente conquistar e demonstrar seu poder, seu poder fálico, seja com homens, seja com mulheres, seja com jovens ou crianças e até animais. Sobre a homossexualidade feminina, esta jamais foi tolerada publicamente, nem pelos gregos, nem pelos romanos.

Assim, é importante ressaltar que, ao contrário do senso comum de que o comportamento homossexual era comum na Grécia e tolerado em Roma, as dinâmicas comportamentais relativas à cultura sexual eram bastante complexas. Assim, da relação pederástica grega à libertinagem das saunas romanas, as antigas práticas homossexuais não excluem, absolutamente, a possibilidade de serem consideradas precursoras do movimento homofóbico contemporâneo. Na medida em que os clássicos desprezavam o feminino, como ficou evidente durante o desenvolvimento da pesquisa, ligavam-se mais ao masculino. Nesta lógica, o que tornava o indivíduo de fato livre e respeitável em seu grupo social era sua virilidade, assegurada pela negação do feminino.

A diferença salutar entre o comportamento sexual dos gregos e dos romanos no que se refere à negação do feminino e a demonstração fálica da masculinidade está no contexto em que ocorria a relação homossexual. Desta feita, o jovem grego, solteiro e tutor era importante e tolerado em uma conduta homossexual, visto que a passividade intelectual se confundia com a sexual, assim, a masculinidade, no intercurso da pederastia pedagógica, estava assegurada mesmo diante da relação homossexual. Por outro lado, para os romanos pouco importava a idade, o gênero ou o estrato social, era viril aquele que era o ativo, aquele que penetrava e que simbolicamente dominava seu oponente. Sendo assim, quem lhe servia à volúpia tanto fazia ser homem, mulher

ou animal; a demonstração fálica, por meio da penetração e da dominação, estaria assegurada.

Assim, seja por meio da pederastia pedagógica, seja por meio do estupro romano, o exame da historiografia, desde os mais remotos vestígios, corrobora para a conclusão de que homofobia foi um fenômeno social sempre presente na humanidade. É óbvio, contudo, que se trata de um termo moderno, porém, sob a perspectiva atual, ao analisar a história, não há como negar que a cultura antiga era homofóbica. Nas mais diversas formas, o estudo cuidadoso das dinâmicas culturais evidencia que a homossexualidade, porquanto aspecto normal da sexualidade humana, jamais foi tolerada em sua plenitude. O que leva a concluir que a homossexualidade, na ordem simbólica, em seus mais diversos aspectos, se aproxima deveras do feminino. Pois a prática homossexual se coloca como negação à heterossexualidade e a heteronormatividade. Destarte, a prática homossexual se coloca como negação à própria heterossexualidade e, consequentemente, ao ideal de masculinidade e virilidade, a resposta homofóbica se refere, pois, a uma rejeição ao próprio feminino.

Referências

- ASTRUGA, Maria del Carmo. *Dicionário dos santos*. São Paulo: Santáurio, 2011.
- BADINTER, Elizabeth. *Um é o outro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- BÍBLIA. *Bíblia sagrada*. Rio de Janeiro: Encyclopaedia Britannica, 1987.
- DICIONÁRIOS ACADÊMICOS. *Grego-português; português-grego*. Portugal: Porto, 2009.
- EISLER, Riane. *O prazer sagrado: sexo, mito e política do corpo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade*. São Paulo: Graal, 1984. v. II: O uso dos prazeres.
- JAEGER, Werner. *Paideia: A formação do homem grego*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- LACHATRE, Maurice. *Os crimes dos papas*. São Paulo: Madras, 2005.
- LINS, Regina Navarro. *O livro do amor I: Pré-história à Renascença*. Rio de Janeiro: Bestseller, 2013.

MONTESQUIEU. *Do espírito das leis*. São Paulo: Martin Claret, 2011.

NAPHY, William. *Born to be gay: história da homossexualidade*. Portugal: Edições 70, 2006.

NIETZSCHE, Friedrich. *O anticristo: a maldição contra o cristianismo*. São Paulo: L&MP, 2012.

SPENCER, Colin. *Homossexualidade: uma história*. São Paulo: Record, 1999.

SUETÔNIO. *As vidas dos doze césores*. São Paulo: Atena, 1956.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Um discurso sobre as ciências*. Porto: Edições Afrontamento, 2001.

REFLEXÕES ACADÊMICAS SOBRE O ESTUPRO MARITAL ATRAVÉS DA HISTORICIDADE DA VIOLÊNCIA SEXUAL E DE GÊNERO

Breno Rosostolato¹

ACADEMIC REFLECTIONS ABOUT MARITAL RAPE THROUGH THE HISTORICITY OF SEXUAL VIOLENCE AND GENDER

Resumo: Esta pesquisa busca a reflexão e o debate não apenas sobre a prática do estupro, mas contextualizando e problematizando-o à luz das relações conjugais. Em uma perspectiva histórica, as violências nas relações conjugais evidenciam a relação entre o marido e a esposa pela noção de propriedade, das relações de poder e, portanto, das violências de gênero. Conflitos invisibilizados pelo matrimônio. O olhar sobre o estupro conjugal busca revelar não apenas o crime de estupro, já tipificado, mas também o ato de dominação. O estudo debruça-se sobre o tema a fim de entender as especificidades da violência sexual no casamento e implicações aos envolvidos e à família. A revisão bibliográfica objetivou estudar o estupro como prática naturalizada na sociedade, considerando como cenário um sistema que reforça essas violências, o patriarcado: sistema que dispõe de instrumentos de controle, privilégios e que acentua o feminicídio. Um debate emergencial a fim de fomentar o diálogo para uma educação em sexualidade, a conscientização da prática sexual consentida, o combate ao sexismo e a não abjeção das mulheres. Este é o panorama que se espera diante da promoção ao respeito e dignidade nas relações conjugais.

Palavras-chave: estupro marital; violência de gênero; violência sexual; machismo; feminicídio

Abstract: This research aims to the reflection and debate not only about the practice of rape, but to contextualize it and take it into account concerning conjugal relations. Through a historical perspective, the violence in conjugal relations, evidences the idea of property between husband and wife, power dispute and, therefore, gender violence. Conflicts eclipsed by the institution of matrimony. This gaze over the conjugal rape seeks the revelation not only of the crime of rape, beforehand tipified, but also, the act of domination. This study unfolds over the theme in order to understand the specifications of sexual violence in the marriage and implications to the people involved and the family. The bibliographic review objectified the studying of rape as a practice naturalized within the society, considering a scenario that supports these violences, the patriarchy. Such system holds instruments of control, privileges and the reinforcement of femicide. An impending, of uttermost urgency debate, brought up in order to encourage the dialogue into an education in sexuality, the awareness on consented intercourse, the fight against sexism and the non abjection of women. This is the overview expected as a result through the promotion of respect and dignity in conjugal relations.

Palavras-chave: marital rape; gender violence; sexual violence; chauvinism; femicide

¹ Graduado em psicologia. Pós-graduado em Educação em Sexualidade e integrante do Grupo de Pesquisa em Sexualidade Humana do Centro Universitário Salesiano (UNISAL). Articulista em jornais, revistas e sites sobre temas voltados à sexo, sexualidade e gênero. E-mail: brenorosostolato@gmail.com.

Introdução

As relações de poder e violência contra a mulher fazem parte da concepção do casamento, que consiste em objetificação, que, segundo Belmiro et al. (2015), consiste em considerar o indivíduo no patamar de objeto, sem considerar os aspectos emocionais ou psicológicos, tal como uma 'coisificação', no sentido de desumanizar a mulher em detrimento da posição hegemônica do homem. Processos históricos vividos pelas mulheres.

Dias e Silva (2008, p. 176) explicam sobre o mecanismo de coisificação que se caracteriza pela "retirada dos aspectos humanos das pessoas, [...] passando a transformá-lo, a seus olhos, em coisa". O agressor acredita, assim, anular qualquer ameaça a si mesmo.

Essas práticas misóginas tornam o corpo da mulher como um objeto de prazer, e por outro, esta mulher abjeta, rejeitando seus limites, desejos, vontades, direitos e a invisibiliza enquanto mulher, relegada a uma condição de vulnerabilidade e opressão constante. As relações são abusivas, nele o sexo é instrumento de poder, por isso é forçado e torna-se fonte de controle.

Segundo Mikolci (2015, p. 24), a abjeção se refere "ao espaço a que a coletividade costuma relegar aqueles e aquelas que considera uma ameaça ao seu bom funcionamento, à ordem social e política". A abjeção atua como forma de "invisibilizar" os novos formatos familiares, enquanto instituição, bem como os integrantes desta família. Para Júlia Kristeva (1988), a abjeção parte de dois momentos específicos da aquisição da linguagem no sujeito: semiótica e simbólica. Para a autora, abjeção é aquilo que se produz de forma ameaçadora e não assimilável; "O que nos torna abjeto é aquilo que perturba uma identidade, um sistema, uma ordem. Aquilo que não respeita os lugares, os limites, as regras". (KRISTEVA, 1988, Apud AVILA, 2014, p. 27-28).

As questões relacionadas ao estupro marital devem ser compreendidas por aspectos importantes e que precisam ser analisados minuciosamente para se entender as raízes desta violência.

É na busca por algumas respostas que este

artigo parte da seguinte reflexão: Uma relação sexual não consentida em qualquer relacionamento pode ser considerada abuso, violência e até mesmo estupro. E nas relações conjugais, o sexo sem consentimento pode se caracterizar como um crime de estupro?

A resposta parece óbvia, tendo em vista que o não consentimento ao ato sexual já seria motivo suficiente para não acontecer uma relação sexual. Mas a naturalização da submissão e obediência das esposas ao marido muitas vezes oculta o crime que passa despercebido ou é ignorado.

O estupro seria uma maneira de forçar a mulher ao ato sexual através da violência e, ao mesmo tempo, desumanizá-la enquanto mulher (TIBURI, 2015), uma inessencialidade, consequência da exclusão e do preconceito social e que não se restringiria à violência contra mulher (feminicídio), mas também à violência contra homossexuais (homofobia), assassinatos de travestis e transexuais (transfobia), racismo, morte de pobres e violências que resultariam na exclusão do outro.

Exclusão do subalterno, pessoas ou grupos que estão fora do poder, da estrutura hegemônica. Uma subalternidade que é lugar do silêncio (SPIVAK, 2010) e da invisibilidade. Daí a ideia de servidão no estupro marital, pois o inessencial deveria servir o essencial, a sujeição da esposa ao marido.

Esta relação de poder generificada (*gendered*)² estabelecida no casamento agirá como uma tecnologia política do corpo (FOUCAULT, 2015), estratégias de apropriação e consequentemente, de dominação, em que "não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber" (FOUCAULT, 2014, p. 31). São esses saberes produzidos pelo patriarcado que é preciso compreender para desvelar a lógica do estupro.

Metamorfoses patriarcais através do casamento

O patriarcalismo seria um dispositivo (GODINHO, 1995) que não só produz saberes, como opera no sentido de doutrinar as pessoas, principalmente as mulheres. Este sistema era considerado como "governo dos patriarcas", como explica Garcia (2015), mas é a partir do século XIX que

² Gendered significa tanto generificado como, generificada. Adotarei a explicação de Connell (2016), em que ele explica a prática da língua, no caso inglês, que consiste em transformar substantivos em adjetivos. Para isto, a inclusão da desinência, ou seja, elementos terminais indicativos das flexões das palavras. No caso, a palavra gênero sofreu uma transformação e indica que uma pessoa, grupos, espaços, objetos, o casamento, alvo deste estudo, sofreu um processo e significações, consequência das dinâmicas de gênero. Assim, generificar, enquanto verbo resultou num desdobramento, o substantivo, generificação.

surgem teorias que enfatizam a hegemonia masculina e, com isso, um sentido crítico do termo. É neste íterim que trago a seguinte definição:

Forma de organização política, econômica, religiosa, social baseada na ideia de autoridade e liderança do homem, no qual se dá o predomínio dos homens sobre as mulheres; do marido sobre as esposas, do pai sobre a mãe, dos velhos sobre os jovens, e da linhagem paterna sobre a materna. O patriarcado surgiu da tomada de poder histórico por parte dos homens que se apropriaram da sexualidade e reprodução das mulheres e seus produtos: os filhos, criando ao mesmo tempo uma ordem simbólica por meio dos mitos e da religião que o perpetuam como única estrutura possível. (REGUANT, apud GARCIA, 2015, p. 17)

Desde o período Neolítico e as sociedades agrícola e pastoril, como nos situa historicamente Lins (2007), o homem compreende sua função social e apropria-se do poder da fecundação, atribuindo ao sêmen o dom da vida.

A paternidade passa a ser a principal via de controle sobre as mulheres, pois a sociedade passa a valorizar o falo, símbolo que passa a representar a fecundidade, em que “a filiação passou a ser masculina, a herança também [...], o homem apoderou-se da direção da casa”. (LINS, 2007, p. 28)

Consequência disso é a desvalorização da mulher e a hegemonia masculina. A fertilidade, que era a consagração à vida, passa a ser associada, portanto, ao homem. Esse falocentrismo no qual, a apropriação da paternidade e o primor da vida fez com que o homem passe a comandar sua vida pautada nesse poder e na concepção. Essa configuração marca profundamente uma divisão social entre o casal para o surgimento do sistema patriarcal.

O sexo passa a ser uma prática e um instrumento de divisão social que define pontualmente o poder daqueles que comandam e a submissão e subalternidade dos que são comandados.

O ato sexual é, portanto, um ato de dominação e consagração do homem. A relação sexual é um forte artifício para a constituição do patriarcado e a binaridade de gênero, divisão complexa e enraizada na sociedade que estabelece categorias que são hierarquizadas. Assim, uma categoria das mulheres (BUTLER, 2015) estaria a serviço das normas patriarcais e, portanto, excluída dos

privilégios da categoria homem.

Binaridade define homens e mulheres e torna as relações amorosas condicionadas a essa dualidade. A paternidade cria no homem outro sentimento e que será determinante para a construção das sociedades patriarcais, o de exclusividade e importância exacerbada (LINS, 2007), no que se refere à criação do filho e também da mulher.

A religião vai aos poucos reforçando a soberania masculina, haja vista a história da criação do homem e da mulher. Deus é referendado como um ser masculino, o Pai, que cria o homem, Adão, que, diga-se de passagem, criado à imagem e semelhança do Criador. Deste homem retira-se a costela para assim surgir a mulher, Eva.

Esse novo sistema traz consigo uma consequência clara de divisão da sociedade. Uma organização social pautada no poder do pai, na qual a mulher deveria sentir-se agradecida por ter recebido do homem a dádiva da vida. Sentimento esse que cria também dependência, submissão e inferioridade ao homem. Sendo assim, não se deve contestar as ordens e diretrizes impostas pelos homens. A obediência passa a ser a principal virtude das mulheres. O patriarcado transforma-se de uma hierarquização social para um sistema político (GARCIA, 2015).

Formulam-se assim algumas mentalidades importantes e contundentes sobre o casamento, tomando como perspectiva a dominação dos homens sobre as mulheres e que serão determinantes para as definições de masculinidades e feminilidades. Marco da divisão sexual do trabalho e uma corporificação (embodiment), no sentido de os corpos serem usados para absorver normas e práticas sociais (CONNELL, 2016), estabelecendo diferenças no corpo enquanto um corpo feminino e outro “não feminino” (BOURDIEU, 2016).

No casamento, a concepção de renúncia e sacrifício (CHABONNEAU, 1985) era a tônica da relação estabelecida entre o casal. O casamento era celebrado através da Santa Eucaristia e lapidado em conceitos que, na Idade Média eram considerados sagrados e indiscutíveis, se consolidando como uma instituição por três pilares: oposição aos conceitos pagãos (FRANGIOTTI, 2006) e, conseqüentemente, conforme Lins (2012), seu enfraquecimento, a obediência divina e, por fim, interesses materiais e políticos.

Conforme afirma Westermarck (1891, apud RUSSELL, 2015, p. 33) o casamento “tem origem na família, não é a família que tem origem no casamento”. Uma concepção que acrescenta um

valor indubitável ao matrimônio e baseado na ética cristã.

A concepção de indissolubilidade do casamento, em que se reforça a ideia do permanente vínculo entre a esposa e o marido, além do incentivo à monogamia como única forma de relação conjugal, foi uma maneira de controle e efeito estabilizador (RICHARDS, 1993) a esse casal para uma formação social e androcêntrica. O amor não era cogitado, no máximo poderia ser manifestado em casa de forma superficial e sem muitos envolvimento íntimos.

O intuito primordial da união conjugal era procriar, deixar herdeiros, ou seja, assegurar os bens da família e, principalmente, serventia religiosa, ou seja, a prevenção do pecado.

Os homens assumem o protagonismo de decidir quando e porque ter filhos. A paternidade assegura ao homem sua transcendência através dos filhos, desde que, legítimos, pois como aponta Russell (2015, p. 18), “o filho legítimo é uma continuação do ego do homem, e sua afeição pelo filho é uma forma de egoísmo”. Portanto, o filho ilegítimo coloca em questionamento o casamento, a paternidade e lógico, a soberania do homem sobre a mulher, afinal, ele foi traído. Daí que o controle das esposas era necessário para garantir os privilégios patriarcais e leis de propriedade e herança.

Este é o sistema que escravizou mulheres num ciclo contínuo de violência e que começa a ser rompido somente a partir da Revolução Industrial, originando a um novo e outro tipo de família, entretanto, as violências de gênero persiste, pois, são heranças patriarcais. Mulheres são, em muitas relações, colonizadas por companheiros a realizarem as vontades deles em detrimento da insatisfação e sofrimento delas.

Ideologia e violência

Em uma proposta de compreender os sistemas de gêneros e suas performatividades normativas (BUTLER, 2015), é importante desconstruirmos os conceitos que foram engessados na sociedade numa perspectiva histórica, e, a partir disso, redefinir os contratos sociais. (PRECIADO, 2014). Contratos que se não revistos, sustentarão as violências produzidas pelos equívocos das concepções de gêneros.

Começemos com uma definição de Garcia para explorar melhor este conceito. Afirmar a autora:

Conceito construído pelas ciências sociais nas últimas décadas para analisar a construção sócio-histórica das identidades masculina e feminina, [...] discursos de legitimação sexual ou ideologia sexual. Esses discursos legitimam a ordem estabelecida, justificam a hierarquização dos homens e do masculino e das mulheres e do feminino em cada sociedade determinada. São sistemas de crenças que especificam o que é característico de um e outro sexo e, a partir daí, determina os direitos, os espaços, as atividades e as condutas próprias de cada sexo. [...] Por gênero entendem-se todas as normas, obrigações, comportamentos, pensamentos, capacidades e até mesmo o caráter que se exigiu que mulheres tivessem por serem biologicamente mulheres. (GARCIA, 2015, p. 19)

A universalidade (BENTO, 2014) dos gêneros atribui aos sujeitos características determinadas, logo, compartilhadas por todos. Essa universalidade, em si, já é uma violência, pois reproduz uma ditadura de como ser e não contemplam a subjetividade e a singularidade das pessoas.

As atribuições das características dos gêneros que se aplicaria à todos, já é em si, uma violência, pois de fato, soam como uma violência contra as identidades

Berenice Bento alerta para uma “essencialização” do gênero ao citar, criticamente, Beauvoir. Eis sua interpretação:

O homem, para Beauvoir, representa o sujeito universal; e a mulher, por sua vez, seria o seu outro absoluto. Dessa forma, elas são mulheres em virtude de sua estrutura fisiológica; por mais que se remonte na história, sempre estiveram subordinadas ao homem. (BENTO, 2014, p. 84)

Essas identidades formuladas a partir do gênero aprisionam homens e mulheres a uma ordem totalitária e agressiva. Identidades que se constituem sem partir do unitário, mas de normas universais, como se esses conceitos se aplicassem obrigatoriamente a todos.

Essa identidade não seria o resultado de características pessoais, mas sofreria interferência de práticas reguladoras de formação e divisão de gênero. As leis que regem os gêneros antecederiam a formação de uma singularidade e da identidade da pessoa.

Uma ideologia que se resume na confluência de, por exemplo, um homem por sua ana-

tomia masculina (corpo), deve ser masculino, e aqui, não há margem de discussão, ele deve não só desejar mulheres como ter relações sexuais com elas, ou seja, penetrando, afinal, sua genitália está ali para isso.

Pensar nas violências que as mulheres sofrem é compreender a violência transferida ao gênero feminino, que não é a mesma vivida pelo gênero masculino. Mais do que isso, diferenciar o termo gênero diante de um contexto patriarcal, pois o gênero antecede o patriarcado, e este intensificou a violência das normatizações, incidindo na mulher uma subalternidade e no homem uma obrigatoriedade de serem o que não são.

A violência praticada contra as mulheres, e especificamente o estupro marital, é também, uma maneira de alguns homens provarem algo para si mesmo. Uma prova que é mantida pela necessidade de responder às exigências do patriarcado e à primazia dos gêneros.

Não existe uma ideologia de gênero, esta uma desonestidade intelectual e com o propósito de invisibilizar e silenciar diferenças e ocultar desigualdades. O gênero é uma ideia dominante (CHAUI, 1999) transmitida através dos costumes, hábitos e dos saberes médicos, psicológicos, do direito, entre outros. Tudo isso com o intuito de moldar consciências e uniformizar as classes sociais.

Confrontações e estatísticas

As tentativas de confrontar as violências sexuais são e devem ser constantes. Em 2014 a campanha #eunãomereçoserestuprada3 foi idealizada pela jornalista Nana Queiroz e em pouco tempo tornou-se uma coqueluche na internet. Foi criada para protestar contra a culpabilização da mulher em atos de violência sexual.

Outra campanha realizada em 2013 de grande repercussão é a “Chega de fui fui”, contra o assédio sexual, na qual 7762 mulheres participaram de uma pesquisa e das quais 99,6% afirmaram que já foram assediadas. Conforme o site da campanha, 48% dos assédios sexuais são verbais, sendo que desses, 68% acontecem durante o dia. No link4 pode-se conferir depoimentos e o mapeamento do assédio sexual no Brasil.

Essas campanhas suscitam a reflexão e o debate sobre a violência sofrida pelas mulheres. Uma luta árdua e que não podem silenciar, pois, as mentalidades e posicionamentos generificados ainda persistem em nossa sociedade.

Conforme dados do relatório elaborado

pelo Instituto Avante Brasil sobre Homicídios de mulheres no Brasil em 2013, 35% das mulheres no mundo já sofreram violência física e/ou sexual por parceiro íntimo ou violência sexual por um não parceiro. A propósito, 70% das mulheres já experimentaram violência física e/ou sexual perpetrada por um parceiro íntimo. Números alarmantes.

Em recente pesquisa realizada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 42% dos homens entrevistados concordam com a afirmação “mulheres que se dão ao respeito não são estupradas”, ou seja, a culpada do estupro recai sobre a vítima. Ainda sobre a pesquisa, em relatório intitulado #APolíciaPrecisaFalarSobreEstupro, 65% das mulheres entrevistadas afirmam ter medo de sofrer violência sexual, diante de 46% dos homens.

No ano de 2016, a ONU Mulheres publicou *Diretrizes nacionais para investigar, processar e julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres – Feminicídios*, em que são feitas recomendações para a revisão dos procedimentos de perícia, polícia, saúde e justiça que lidam com ocorrências de feminicídio. Essa é a realidade da violência contra as mulheres, que coloca o Brasil no alarmante quinto lugar da lista de países com os maiores índices de assassinatos de mulheres, 4,8 para 100 mil mulheres. Isso tudo mesmo diante de uma lei robusta como a Lei Maria da Penha.

A Lei Maria da Penha, n. 11.340, entrou em vigor no dia 22 de setembro de 2006. O nome em homenagem à Maria da Penha Maia, nascida no Ceará, biofarmacêutica e que lutou durante 20 anos para que a justiça condenasse seu agressor e marido, Marco Antonio Heredia.

Após ser agredida a primeira vez, Maria da Penha tornou-se paraplégica, depois que o marido desferiu-lhe um tiro. Na segunda tentativa de homicídio, Marco Antonio tentou eletrocutá-la.

Na época, 1983, a falta de uma legislação específica fez com que Maria da Penha ficasse desamparada, acentuando ainda mais seu estado de vulnerabilidade. Foi somente 8 anos após os fatos que Heredia foi condenado a oito anos de prisão, isso porque o caso chegou à Comissão Interamericana dos Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA).

Diante do apelo de órgãos internacionais e a repercussão do caso de violência doméstica, foi determinado ao Brasil o cumprimento dos tratados e leis vigentes para combater esse tipo de violência.

O país percebeu a urgência de criar uma legislação que não só amparasse casos como o de Maria da Penha, mas que de fato deveria encarar essas violências sob caráter emergencial e de grande agravante social. O Brasil é o 18º país a contar com um dispositivo jurídico para casos de violência doméstica e familiar contra a mulher.

A propósito de leis

Até a formulação da Lei 12.015/2009, publicada em 07 de agosto de 2009, muito se debateu sobre as questões dos crimes sexuais, o estupro, estupro marital e liberdade sexual. Debates que fomentaram inúmeras mudanças na legislação. A redação final do Art. 213 define o crime de estupro como:

Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso:

Pena - reclusão, de 6 (seis) a 10 (dez) anos.

§ 1o Se da conduta resulta lesão corporal de natureza grave ou se a vítima é menor de 18 (dezoito) ou maior de 14 (catorze) anos:

Pena - reclusão, de 8 (oito) a 12 (doze) anos.

§ 2o Se da conduta resulta morte:

Pena - reclusão, de 12 (doze) a 30 (trinta) anos.

Quanto ao estupro marital, foi em 2005 que se considerou o cônjuge ou companheiro da vítima como agente do crime de estupro, previsto no artigo 226 do Código Penal:

A previsão do cônjuge e do companheiro [...] é significativa, não pelo aumento da pena cominada ao crime sexual eventualmente praticado. Mas, pelo fato de espancar, de uma vez por todas, o entendimento recorrente de não caracterizar estupro a violência sexual praticada pelo marido contra a esposa. [...] Se a pena dos crimes sexuais é aumentada no caso de o agente se tratar de cônjuge da vítima, obviamente não cabe mais cogitar a não caracterização do estupro quando praticado no âmbito do matrimônio. (PASCHOAL, 2014, p. 70-71)

A Lei 13.104, 9 de março de 2015, alterou o Código Penal em seu artigo 121 do Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940 e passa a prever o feminicídio como crime de homicídio clas-

sificado contra a mulher por razões da condição de sexo feminino. O § 2o-A define duas razões para essa condição, violência doméstica e familiar e menosprezo ou discriminação à condição de mulher. Esse crime considerado hediondo.

Considerações finais

O casamento e os casos de estupro marital necessitam de um amplo debate na sociedade. Discussões que devem ter um caráter educacional, a fim de demonstrar que a crise do masculino é concomitante e consequência de mentalidades cada vez menos falocêntricas.

Quanto às mulheres, compreender sobre a violência sofrida na relação matrimonial é importante, pois, como sugere a psicanalista Marie-France Hirigoyen, reconhecer os primeiros sinais de violência, seja esta verbal, física ou simbólica, é necessário para que ela não seja envolvida num ciclo de agressões, medos e angústias. Até que ponto as mulheres casadas sabem identificar o abuso, a agressão sexual e distinguir o estupro marital?

O consentimento e o respeito ao limite do outro, inclusive, no contexto do casamento, deve ser comum e, natural. As relações conjugais não admitem mais os retrógrados conceitos de imposição e arbitrariedades machistas e misóginas. O momento histórico e cultural, as questões de direitos emancipatórios, leis específicas que visam proteger a integridade das mulheres e principalmente, o empoderamento delas nos vários setores, segmentos e faixa etária, demonstram as metamorfoses do feminino.

As questões relacionadas ao estupro marital precisam ser refletidas e é chegado o momento que a sociedade não pode ignorar esta realidade. A recusa da esposa em ter relações sexuais com o marido, não o autoriza a estuprá-la, ou seja, violentar seu corpo e sua dignidade.

A comprovação do estupro conjugal é difícil de identificar, pois sua prática se mantém pelo silenciamento da vítima e, sobretudo, pelo débito (PRIORI, 2011) matrimonial. Por isso a importância de uma educação e orientação às mulheres, no sentido de fortalecê-las, a ponto de não mais se calarem e saber sair de relações violentas, assim como, uma reeducação em sexualidade aos maridos para reconhecerem posicionamentos opressores e agressivos. Por uma reeducação que possa favorecer à desconstrução do machismo por parte deles também.

Que os casamentos não se constituam atra-

vés de sofrimentos e não sejam frutos de sacrifícios. Que as relações conjugais não invisibilizem o outro. Que prazeres e desejos não se baseiem em coerções e constrangimentos e que não sucumbam o prazer do outro. Que a palavra consentimento prevaleça em seu significado pleno.

Por fim, este artigo sugere que outras pesquisas e estudos aconteçam sobre o tema e que, desta maneira, a literatura instigue o debate na sociedade. Somente desta maneira conseguiremos contribuir para mudar o triste cenário de violência contra as mulheres e as questões envolvidas ao estupro marital.

Referências

- ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA – 2015. *Fórum Brasileiro de Segurança Pública on-line*, São Paulo, ano 9, 2015. Disponível em: <<http://www.forumseguranca.org.br/>>. Acesso em: 03 mar. 2017.
- ÁVILA, Simone. *Transmasculinidades: A emergência de novas identidades políticas e sociais*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2014.
- BOTELHO, Flávia Mestriner. Homicídios de mulheres no Brasil em 2013. *Instituto Avante Brasil*. Disponível em: <<http://d2kefwu52uvymq.cloudfront.net/uploads/2015/10/Levantamento-genero.pdf>>. Acesso em 04 mar. 2017.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. trad. Maria Helena Kuhner. 3 ed. Rio de Janeiro: Best-Bolso, 2016.
- BRASIL. Art. 226. *Código Penal*.
- BRASIL. decreto-lei Nº 2848 7 de dezembro de 1940.
- BRASIL. Lei Maria da Penha, n. 11.340, 22 de setembro de 2006.
- BRASIL. Lei n. 12.015, 7 de agosto de 2009.
- BRASIL. Lei n. 13.104, 9 de março de 2015.
- BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. Trad. Renato Aguiar. 8 ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- BELMIRO, Dalila Maria Musa et al. *Empoderamento ou Objetificação: Um estudo da imagem feminina construída pelas campanhas publicitárias das marcas de cerveja Devassa e Itaipava*. XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <<http://portalintercom.org.br/anais/nacional2015/resumos/R10-1863-1.pdf>>. Acesso em: 04 mar. 2017.
- CONNELL, Raewyn. *Gênero em termos reais*. Trad. Marília Moschkovich. São Paulo: nVersos, 2016.
- CHARBONNEAU, Paul Eugène. *Sentido cristão do casamento: ensaio a respeito da espiritualidade conjugal*. 2 ed. São Paulo: Loyola, 1985.
- CHAUÍ, Marilena de Souza. *Convite à filosofia*. 12 ed. São Paulo: Ática, 1999.
- DIAS, Victor R. C. S; SILVA, Virgínia de Araújo. *Psicopatologia e psicodinâmica na análise psicodramática*. São Paulo: Ágora, 2008. 2. v.
- ONU MULHERES. *Diretrizes Nacionais Feminicídio: investigar, processar e julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres*. Brasília: ONU, Abril 2015. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/diretrizes_feminicidio.pdf>. Acesso em 04 mar. 2017.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Trad. Raquel Ramalheite. 42 ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização, introdução e revisão téc. Roberto Machado. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.
- FRANGIOTTI, Roque. *Cristãos, judeus, pagãos: acusações, críticas e conflitos no cristianismo antigo*. Aparecida: Ideias & Letras, 2006.
- GARCIA, Carla Cristina. *Breve história do feminismo*. São Paulo: Claridade, 2015.
- GODINHO, Eunice Maria. *Educação e disciplina*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1995.
- MISKOLCI, Richard. *Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças*. 2 ed. Rev. e ampl., 2 reimp. Belo Horizonte: Autêntica, UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto, 2015.
- PASCHOAL, Nohara. *O estupro: uma perspectiva vitimológica*, Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014.

PRECIADO, Beatriz. Manifesto Contrassexual. Trad. *Maria Paula Gurgel Ribeiro*. São Paulo: n-1 edições, 2014.

PRIORE, Mary Del. Histórias Íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil. São Paulo: Planeta do Brasil, 2011.

QUEIROZ, Nana. Ponto de vista: Revolta contra estupro coletivo ainda fecha os olhos para violência sexual mais comum no Brasil. BBC Brasil, 27 maio 2016. Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/brasil-36401058>>. Acesso em: 04 mar. 2017.

RICHARDS, Jeffrey. *Sexo, desvio e danação: as minorias na Idade Média*. Trad. Marco Antonio Esteves da Rocha e Renato Aguiar, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

RUSSELL, Bertrand. *Casamento e moral*. Trad. Fernando Santos. São Paulo: Unesp, 2015.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Trad. Sandra R. Goulart Almeida; Marcos Feitosa; André Feitosa. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

SITE THINK OLGA. Chega de Fiu Fiu: Resultado da pesquisa. Think Olga, 09 set. 2013. Disponível em: <<http://thinkolga.com/2013/09/09/chega-de-fiu-fiu-resultado-da-pesquisa/>>. Acesso em: 03 mar. 2017.

TIBURI, Márcia. Democracia Hard: homens, feminismo e machismo ao contrário. *Revista Cult*, 10 jun. 2015. Disponível em: <<http://revistacult.uol.com.br/home/2015/06/democracia-hard-homens-feminismo-e-machismo-ao-contrario/>>. Acesso em 03 mar. 2017.

RESENHA DE TESE

“QUEM É HOMOSSEXUAL CARREGA CONSIGO O FARDADO DO PRECONCEITO”: VIOLÊNCIAS CONTRA ADOLESCENTES E JOVENS HOMOSSEXUAIS E A REDE DE APOIO SOCIALMarta Angélica Iossi Silva¹

BRAGA, I.F. *Quem é homossexual carrega consigo o fardo do preconceito: violências contra adolescentes e jovens homossexuais e a rede de apoio social*. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação Enfermagem em Saúde Pública da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto – EERP/USP. Universidade de São Paulo, 2017. 179p.

A tese de doutorado intitulada *Quem é homossexual carrega consigo o fardo do preconceito: violências contra adolescentes e jovens homossexuais e a rede de apoio social*², defendida por Iara Falleiros Braga junto ao Programa de Pós-Graduação Enfermagem em Saúde Pública da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade São Paulo – EERP/USP sob a orientação da Profa. Dra. Marta Angélica Iossi Silva, teve como objetivo geral compreender as experiências de violência por adolescentes e jovens homossexuais, no contexto da rede de apoio social, sob a perspectiva analítica *Queer*.

A autora entrevistou 12 adolescentes e jovens gays e lésbicas, com idades entre 14 e 24 anos. Além das entrevistas, mapas de rede social foram utilizados como instrumento para a coleta de dados, a fim de compreender e analisar a rede e o apoio social que os adolescentes e jovens homossexuais obtiveram para o enfrentamento à violência.

A introdução da tese apresenta a contextualização dos conceitos de adolescência, juventude, homossexualidade, violência, homofobia e apoio social, bem como faz uma análise e contextualização acerca das políticas públicas e programas voltados para a população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros (LGBT) no Brasil, analisando os avanços e retrocessos na busca pela efetivação dos direitos desta população. Em seguida, a autora apresenta

e discute o estado da arte acerca da rede e do apoio social voltados aos adolescentes e jovens homossexuais frente às situações de violência e a produção científica nacional e internacional sobre violência contra adolescentes e jovens homossexuais.

O marco teórico se embasa na teoria *Queer*, uma abordagem pós-estruturalista, mediada pelo debate sobre a não essencialização dos sujeitos, questionando a construção das identidades sociais fixas, a estrutura social binária e heteronormativa, bem como a compreensão de sexo e gênero enquanto constructos sociais. Foi apresentada uma contextualização do surgimento dessa concepção teórica, dos principais autores que a embasam e os seus conceitos teóricos, tais como: heteronormatividade, heterossexualidade compulsória, abjeção, o armário enquanto dispositivo de manutenção do segredo da sexualidade homossexual; bem como contemplou o debate sobre a não essencialização dos sujeitos e a fixidez nos modelos binários.

Os dados foram analisados de acordo com os pressupostos do método de interpretação de sentidos, por meio do qual foi possível identificar quatro núcleos de sentido: 1. Experiência de violências sofridas: “O homossexual que aparenta ser homossexual, vai carregar o fardo do preconceito, da discriminação até a morte”, neste núcleo discute-se as vivências de violência experienciadas pelos adolescentes e jovens entrevistados,

¹ Enfermeira professora associada da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil. E-mail: maiossi@eerp.usp.br

² Este estudo recebeu apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), por meio de concessão de bolsa de Doutorado a autora da Tese (Processo n. 2014/00701-1). As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade da autora e não necessariamente refletem a visão da Fapesp.

evidenciando-se diversos tipos de violências às quais foram expostos na vida; 2. Experiências de saída do “armário”: “Ele disse que eu era louco, disse que eu não estava são, que eu não estava com muita certeza”, explora as experiências dos adolescentes e jovens no processo de assumir-se enquanto homossexuais às suas famílias; 3. Masculinidades e Feminilidades: “Os meninos sofrem muito mais, por ter que mostrar a virilidade, tem que exalar masculinidade”, analisa as relações que os adolescentes e jovens participantes da pesquisa estabeleceram entre a violência vivenciada e as relações de gênero; e 4. Rede e Apoio Social: “A maior fonte de apoio são os amigos que são homossexuais, porque a gente se identifica por passar por problemas parecidos”, apresenta e discute a configuração das redes sociais significativas para os adolescentes e jovens no enfrentamento à violência, levando-se em conta os Mapas de Rede, complementados pelos dados provenientes das entrevistas.

Os resultados revelam que há a perpetuação de uma cultura heteronormativa e violenta, que sanciona punições aos dissidentes da norma heterossexual, e que os adolescentes e jovens que não seguem a linearidade entre sexo, gênero, desejo e práticas sexuais, quanto mais a quebram, mais serão subalternizados, sendo submetidos aos diversos tipos de violência em espaços públicos e privados. Essas situações de violência são reforçadas pela falta de acesso aos serviços e instituições de apoio social. São as figuras femininas, amigos e profissionais distintos – tais como psicólogos e enfermeiros, que são reconhecidos como as principais fontes de apoio social para os participantes. No entanto, apesar de alguns serviços de saúde terem sido acionados pelos participantes do estudo, não foram suficientes para o enfrentamento à violência e para a promoção da saúde.

Dessa forma, as conclusões da tese apontam para a precariedade no acesso à rede social e na efetivação do apoio social, pois, sua composição e articulação não foi eficiente no enfrentamento da violência sofrida. A autora pontua ainda, a necessidade dos profissionais que atuam com esta população, sobretudo professores, equipes de saúde e da assistência social, estarem preparados para o acolhimento, atendimento, orientações às famílias, fortalecimento dos vínculos familiares e encaminhamento de casos de vio-

lência, favorecendo a desconstrução das posturas heteronormativas e homofóbicas em busca da efetivação dos direitos dos adolescentes e jovens homossexuais.

A autora sugere que os conhecimentos advindos da tese sejam considerados na implementação de políticas públicas e na efetivação daquelas políticas já preconizadas, bem como na sensibilização e desenvolvimento de profissionais e práticas de cuidado e atenção à família, ao adolescente e ao jovem homossexual, contribuindo para o combate à violência homofóbica e para a promoção da saúde. Sugere ainda que novos estudos sejam conduzidos para apoiar os conceitos e resultados discutidos e expandir as reflexões sobre as experiências de adolescentes e jovens homossexuais que vivenciam a violência, por meio de diferentes abordagens teórico-metodológicas e atores sociais.

Contatos com a autora da tese:

Iara Falleiros Braga

Terapeuta Ocupacional, doutora em Ciências pelo Programa de Pós-Graduação em Enfermagem em Saúde Pública - EERP/USP. Atualmente é professora adjunta do Departamento de Terapia Ocupacional da Universidade Federal da

Paraíba.

E-mail: iarafalleiros@gmail.com

RESENHA DE LIVRO

MULHERES QUE NÃO FICAM SEM PILHA: COMO O CONSUMO ERÓTICO FEMININO ESTÁ TRANSFORMANDO VIDAS, RELACIONAMENTOS E A SOCIEDADE.*Nathalia Ziemkiewicz*¹

WALTHER, L. *Mulheres que não ficam sem pilha: como o consumo erótico feminino está transformando vidas, relacionamentos e a sociedade*. Rio de Janeiro: Mauad; Belo Horizonte: Fapemig, 2017. 344 p.

Impossível não vibrar percorrendo as páginas do livro *Mulheres que não ficam sem pilha: como o consumo erótico feminino está transformando vidas, relacionamentos e a sociedade*, fruto da corajosa tese de doutorado de Luciana Walther. Em tempos de debate sobre igualdade de gêneros, tirar a sexualidade feminina do fundo do criado-mudo e compreender o motivo dessa vergonha é fundamental. A autora desconstrói mitos e estereótipos entremeando depoimentos de uma profunda pesquisa qualitativa com 35 mulheres de universos distintos, referências acadêmicas e interpretações antropológicas.

Luciana adianta, logo na introdução, que seu olhar é voltado para o consumo de produtos eróticos sob a perspectiva cultural – abrangendo os “aspectos emocionais, experienciais, corporificados e transformacionais do fenômeno”. Por exemplo, como seu uso pode ressignificar a relação da mulher com o próprio prazer e a intimidade com sua parceria amorosa. A pesquisadora também detalha a metodologia do trabalho apresentado, além das teorias de administração e ciências sociais que lhe serviram de apoio. Finaliza na expectativa de que o livro não fique restrito a tais esferas e ao empresariado do ramo erótico.

Ele não fica mesmo, embora algumas passagens realmente interessem mais aos públicos citados. O primeiro capítulo familiariza o leitor com a indústria erótica e sensual, discorre sobre seu desenvolvimento e ascensão. Esclarece nomenclaturas como *bullet* e *rabbit*, organiza os produtos disponíveis no mercado brasileiro por categorias – nas quais estão óleos de massagem, vibradores de ouro, lingerie comestíveis, bonecas infláveis etc. Na sequência, a autora relata suas visitas a eventos, sex shops e boutiques eróticas, traz descrições sobre atendimento, layout

das lojas, variedade e exposição dos produtos etc.

As consumidoras entrevistadas são apresentadas no segundo capítulo por meio de codinomes. Elas têm entre 22 e 59 anos, moram nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Variam em classes sociais, orientações sexuais, estados civis, profissões, histórias de vida, biografias amorosas. O pré-requisito para a pesquisa era que tivessem, ao menos uma vez na vida, usado um produto que considerassem erótico ou ido a uma sex shop. Esses breves perfis incluem desde uma mulher de 28 anos que descobriu o orgasmo graças a um vibrador, até outra, de 56 anos, que faz uso solitário, mas não saberia “como introduzi-los numa relação a dois”.

No extenso terceiro capítulo, Luciana se debruça sobre o ciclo do consumo dos produtos eróticos com base nas entrevistas qualitativas. Investiga os tipos de comportamento no que se refere à ida à loja, compra, uso, armazenamento, higienização e descarte. Trechos de depoimentos ilustram coisas como o conflito entre a curiosidade diante de uma vitrine de sex shop e o medo de ser reconhecida por alguém lá dentro; os cosméticos como porta de entrada no universo; a reação da parceria amorosa na presença de um produto erótico; as sensações prazerosas descobertas; o cuidado em esconder e jogar fora um vibrador.

A autora preserva aspas hilárias de forma literal, sem o pudor de suprimir qualquer linguagem que se julgue vulgar ou inadequada. Dá espaço para causos impagáveis, como a da entrevistada que descartou antigos vibradores em lixeiras de um shopping para evitar que funcionários de seu prédio os encontrassem nos sacos plásticos do andar. Ao recheiar o livro de histórias que geram identificação e empatia, Luciana conquista o leitor fora do escopo acadêmico e empresarial.

¹ Jornalista e pós-graduanda em Educação Sexual (UNISAL). E-mail: contato@napimentaria.com.br

Também neste capítulo, aborda a ideia machista do homem como único provedor do prazer da mulher e, portanto, sua recusa em aceitar um “rival” na cama sob o risco de ser “substituído”.

“Valores e crenças”, o quarto capítulo, discute o tabu da masturbação feminina, o mito do orgasmo vaginal, a visão de que o clitóris é “coadjuvante nos modelos androcêntricos de relações sexuais”, o empoderamento proporcionado pelo autoconhecimento. Atenta para as metáforas utilizadas pelas entrevistadas sobre a finalidade dos produtos eróticos, tais como “apimentar o relacionamento” e “dar um plus” ao que já é considerado bom. Por outro lado, mostra que para muitos persiste a crença do vibrador como “aceitável” ou “necessário” apenas na ausência de um parceiro.

No quinto capítulo, Luciana compara as expectativas sociais para homens e mulheres quanto à sexualidade. Em uma sociedade patriarcal, elas são reprimidas e repudiadas se gozam muito ou se gozam pouco. Devem ser passivas e subservientes, sempre prontas a proporcionar prazer, mas jamais exigí-lo em troca. A autora avalia, além dos papéis de gênero, a divisão de tarefas do consumo erótico (quem escolhe e arca com os custos), o produto como garantia de fidelidade (uso na ausência do parceiro evitaria traição), as confidências entre mulheres (troca de experiências com vendedoras e amigas), as relações intergeracionais (diálogo entre mães e filhas) e classe social (crescimento do público C e D).

No sexto capítulo, “Cultura material e fenômenos do consumo”, descobrimos que alguns fatores colaboram para a aquisição de produtos eróticos: designs suavizados (menos fálicos), ambientes que tratam a sexualidade de forma trivial e recorrendo ao bom humor como recurso para combater a inibição. Também aqui Luciana subdivide as transformações pelas quais essas consumidoras passam (instantânea, identitária, conjugal e social), o intenso envolvimento de algumas pelos objetos (referindo-se a eles por apelidos), infantilização da sexualidade feminina (produtos em forma de brinquedos e bonecos), a função educativa do consumo erótico (informação sobre saúde sexual etc) e resistência a ele (“concorrente”).

A autora conclui, no sétimo capítulo, que a indústria erótica e sensual vem se esforçando para atender as demandas reais das mulheres, ao invés de reproduzir crenças machistas sobre o prazer feminino; que a consumidora transforma o produto e é transformada por ele; que seu uso

tem proporcionado conhecimento da própria sexualidade, facilidade na obtenção de orgasmos, aumento da autoestima e intimidade conjugal, entre outros benefícios; que a experiência com produtos eróticos não é unânime, mas plural e contraditória; além de aspectos particulares dos achados em contraposição às percepções universais (a exemplo do infundado temor: “o vibrador substitui o homem”).

A primorosa pesquisa qualitativa de Luciana, respaldada por robustas referências acadêmicas e somada às interpretações antropológicas, fazem de “Mulheres que não ficam sem pilha: como o consumo erótico feminino está transformando vidas, relacionamentos e a sociedade” uma experiência desafiadora. Ao menos para um(a) leitor(a) comum, justamente aquele(a) que a autora também gostaria de alcançar. Porque nos deparamos não apenas com desejos, fragilidades, preconceitos e dilemas alheios – mas com os nossos. Porque instiga nós, mulheres, a “botar a mão ali”, a não fingir orgasmos, a deixar o vibrador em cima da pia. Não há nada de errado em sentir tesão e reivindicar o próprio gozo. O melhor é que ambos são perfeitamente recarregáveis.

Nathalia Ziemkiewicz
Jornalista e pós-graduanda em Educação Sexual (UNISAL)

Contatos com a autora do livro: Luciana Walther é doutora (2012) e mestre (2002) em Ciências da Administração pelo Instituto COPPEAD de Administração da UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo também pela UFRJ (1997). Trabalha como professora efetiva na UFSJ – Universidade Federal de São João Del Rei, lotada no Departamento de Ciências Administrativas e Contábeis, ministrando disciplinas de Marketing. É revisora no curso de graduação em Administração Pública da UFSJ, modalidade a distância.
E-mail: lucianawalther@ufs.br

ENTREVISTA

ENTREVISTA COM O ATIVISTA PELOS DIREITOS DA CAUSA LGBTTI

Por Raquel Simone Varaschin

João W. Nery é graduado em psicologia pelo Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), professor universitário, psicoterapeuta e pesquisador em Gênero, especialista em Sexologia pelo Instituto Estadual de Diabetes e Endocrinologia (IEDE). Ativista pelos direitos da causa LGBTTI.

I. Primeiro você publicou o livro autobiográfico *Erro de pessoa: João ou Joana*, no qual você narra sua transexperiência, seus conflitos e angústias vividas desde sua infância dentro de uma sociedade que discrimina o “diferente”. No segundo livro autobiográfico: *Viagem solitária: memórias de um transexual 30 anos depois*, você aborda sobre as “várias masculinidades diferentes e que são constituídas também pelas tecnologias da cultura dominante”. Como você avalia as transformações socio-políticas ocorridas durante a sua trajetória como primeiro transhomem operado no Brasil? E sobre o Projeto de Lei “João Nery” que tramita na Câmara dos Deputados desde 2013, que busca garantir à população trans o reconhecimento da sua identidade de gênero?

João W. Nery: Desde a resignificação de termos como transformistas e entendidos, empregados durante a ditadura militar, que eram considerados pervertidos, criaturas perigosas e contaminadores da juventude, até a criação do personagem transexual pela Medicina em meados do século XX, houve um grande avanço na visibilidade dos LGBTs. Em 1995 criou-se em Cuiabá-MT, o Movimento Transexual Brasileiro, a primeira associação de defesa e lutas pelos direitos deste segmento. Em outubro de 1993 saiu a primeira parada LGBT no Brasil, em Copacabana, com poucos participantes e todos mascarados. Hoje se espalharam por todo o país, avançando a visibilidade da diversidade sexual, assim como foram criadas nas redes sociais múltiplos vídeos, blogs, ONGs. Em 2008 o SUS começou efetivamente o processo transexualizador operando um trans por mês em cada hospital credenciado. Hoje são 5, sendo 2 com as inscrições fechadas (RJ e SP). A falta de informação sobre este segmento é enorme, sobretudo quando ainda se confunde identidade de gênero com orientação sexual. Consequência esta das pouquíssimas universidades que têm em seu currículo a

cadeira de “Gênero e Sexualidade”, acarretando um total despreparo dos profissionais para lidar com os trans. Ultimamente a mídia vem divulgando mais esta questão em função da telenovela “A força do querer” da Gloria Perez, que, inspirada no livro *Viagem solitária*, aborda a questão das transmasculinidades. O IBRAT – Instituto Brasileiro de Transmasculinidades, desde 2013 incluiu também os gêneros fluidos, não binários ou queers, que não querem ser rotulados e são contrários ao binarismo de gênero. Apesar de em 2011 o Supremo Tribunal Federal reconhecer, por unanimidade, a união estável entre casais do mesmo sexo como entidade familiar, a violência ficou mais permissiva e evidente. O Brasil continua liderando o ranking de morte de LGBTs, seguido do México, com quatro vezes menos. Um dos maiores problemas para a população transgênera continua sendo a falta de uma legislação de reconhecimento e protetora dos seus direitos civis. O nome social, além de não vigorar na maioria dos estados brasileiros, não é cumprido como deveria. Para preencher essa lacuna, os deputados federais Jean Wyllys e Érika Kokay protocolaram na Câmara, em 20 de fevereiro de 2013, o projeto de lei 5002, com o nome de Lei João W. Nery ou Lei de Identidade de Gênero (WYLLYS, KOKAY, 2013). O projeto de lei, em resumo, garante o direito do reconhecimento à identidade de gênero de todas as pessoas trans no Brasil, sem necessidade de autorização judicial, laudos médicos ou psicológicos, cirurgias, hormonioterapias. Preserva todo o histórico, assegura o acesso à saúde no processo de transexualização, despatologiza as trans identidades para a assistência à saúde e preserva o direito à família frente as mudanças no registro. Propõe, assim, que a psicoterapia só seja feita caso o interessado assim o desejar. O projeto foi feito com base na experiência da Lei de Identidade de Gênero argentina (aprovada por unanimidade no senado argentino). Atualmen-

te, vivemos um retrocesso político que trouxe o conservadorismo e uma influência neopentecostal dominante no Congresso e na sociedade em geral, invadindo quase todos os campos, o que dificultará a aprovação da Lei de Identidade de Gênero num plenário tão avesso aos direitos humanos.

2. No seu livro *Viagem Solitária* você cita Kurt Lewin, que defendia a ideia que o comportamento é função da interação entre pessoa e ambiente. Ao realizar a mastoplastia masculinizadora e a pan-histerectomia em 1977, época da ditadura militar e 20 anos antes das cirurgias serem legalizadas, como você foi influenciado pelo ambiente que o cercava, e como você influenciou o ambiente que vivia?

João W. Nery: Eu lia muito os antropólogos culturalistas e cada vez mais confirmava o que sempre defendi, que só se vira humano depois da linguagem. Aliás, nem corpo pré-linguístico pode existir.

Conversando com uma amiga sexóloga, soube da equipe do Hospital Moncorvo Filho que iniciava no Brasil estudos pioneiros sobre transexualismo. Tudo feito às escondidas e criminalmente. Um desafio para uma época que ouvi muitos “nãos”, mas sei que rompi barreiras quase intransponíveis. Mais por necessidade do que por coragem. O que influenciei o ambiente, só a história e o tempo dirão, mas com certeza, dei visibilidade para as transmasculinidades.

3. Aos 37 anos, você viveu a paternidade, assumindo Yuri como seu filho, o qual sempre se revelou apaixonado e grato pelo pai que o acompanhou, deu amor incondicional, foi ouvinte, orientador, e que procurou não repassar condutas e atributos de gênero. Na discussão sobre homem grávido junto com seus amigos trans, aparece claramente a dificuldade de lidar com o “diferente” do que se espera de um transhomem e em estabelecer parâmetros do que pertence ao feminino e ao masculino ao gerar um filho. Qual é a sua avaliação a respeito?

João W. Nery: Esta é uma questão polêmica mesmo dentro do segmento transmasculino, em que muitos apresentam ainda o machismo – essa epidemia sócio-patológica assassina. Porém já existem no mundo vários transhomens grávidos, ou por viverem com transmulheres ou por terem feito inseminação artificial. Como

menciono no meu último livro *Vidas Trans: a coragem de existir* (Ed. Astral Cultural, 2017), é necessário ter um programa alternativo para futuras reproduções antes das cirurgias de esterilização. Proporcionaria para os que quisessem futuramente ter filhos biológicos, poderem congelar o próprio sêmen/óvulos. Seriam abertas as portas da Ginecologia e da Obstetrícia para que não fossem consideradas especialidades unicamente femininas. Assim o sistema informatizado do SUS poderia ler nomes masculinos (no caso dos transhomens) sem classificar como fraude, como acontece hoje. Sou completamente favorável à desmistificação da naturalização da maternidade/paternidade como um dado inato e estereotipado, mas pessoalmente, acho a gravidez um desgaste físico brutal. Devíamos ter filhos pelos dedos, como dizia meu amigo Darcy Ribeiro.

4. As cicatrizes físicas retrataram a realização e satisfação de uma identidade física que comportasse sua identidade de gênero. Quais são as cicatrizes emocionais que resultaram desse processo de reconstrução?

João W. Nery: A principal foi poder ser lido pelos outros como eu me sentia. Mais feliz, com uma autoestima mais elevada, uma maior humanidade e disposto a ajudar os discriminados. A única fragilidade foi a perda do meu diploma, o que me acarretou consequências de dependência financeira e não ter uma estabilidade de emprego nem de aposentadoria.

5. A partir da publicação de sua autobiografia, como ela contribuiu para o avanço dos estudos sobre transexualidade e para visibilidade das diversas sexualidades?

João W. Nery: O compartilhamento da minha história possibilitou a muitas pessoas se identificarem comigo ou identificarem seus amigos e parentes, dentre outros. A procura por ajuda em todos os níveis foi tão grande, que me vi obrigado a me familiarizar com as redes sociais para atender aos diversos pedidos provenientes de pais de pessoas trans, que me pediam orientação; de filhos que não sabiam como se assumir perante a sociedade ou para os parentes; de transhomens que até então se autodeclaravam lésbicas masculinas, por desconhecem outras categorias, alguns dos quais já tinham tentado suicídio e viviam à base de antidepressivos; de indicação de profissionais especializados. Até he-

terossexuais homofóbicos e transfóbicos vieram me agradecer por terem se libertado do preconceito com a leitura do livro, o que me fez sentir que havia me tornado uma espécie de psicólogo virtual. A partir dos meus contatos pelo *Facebook* com trans do Brasil inteiro, estou fazendo uma espécie de primeiro censo de transmasculinidades e registrei, até junho de 2017, cerca de 3.500 em 26 estados. Atualizei-me sobre os mais recentes estudos sobre o gênero. Escrevi vários artigos sobre transmasculinidades, que estão publicados em revistas acadêmicas, em co-autorias, por não possuir um currículo lattes.

6. Carol Duarte, atriz da novela *A força do querer* interpreta uma personagem trans-homem, cujo trama foi escrito por Glória Perez, e uma de suas fontes de pesquisa teria sido sua autobiografia. Como você avalia esse movimento da sociedade levando para diversos públicos conhecimentos sobre a realidade transgênero?

João W. Nery: Acho maravilhoso. Faz-se necessário um esclarecimento urgente da transgeneridade, possibilitando uma visão renovada das identidades não cisheteronormativas para a população. Família, escola, trabalho, profissionais principalmente os da saúde precisam se conscientizar da importância de encarar novas realidades e entender o respeito que este segmento merece.

7. O DSM-5 substituiu o termo “transtorno de gênero” para “disforia de gênero”, mantendo a patologização ou psiquiatrização das transidentidades. Mas cientistas mexicanos realizaram o primeiro estudo de campo que demonstra que as mudanças na identidade de gênero não são uma doença. O estudo, publicado na revista médica britânica *The Lancet Psychiatry*, é o primeiro de vários que já estão sendo feitos no Brasil, França, Índia, Líbano e África do Sul, e que serão apresentados em 2018 na discussão da 11ª versão da Classificação Internacional de Doenças (CID-11) da OMS. Como você vê esse movimento para o desenvolvimento de políticas de saúde mais adequadas e para a desestigmatização?

João W. Nery: Desde 2010, com a **Campanha Internacional Stop Trans Pathologization**, o mundo se mobilizou para retirar da classificação de transtorno mental ou disforia de gênero nos catálogos diagnósticos. E a APA é até hoje a “definidora-chefe” para o resto do mundo. Apesar

das inúmeras leis de identidade de gênero em vários países europeus e sul-americanos, todos exigem ainda o laudo psiquiátrico para a transição, inclusive a França, que fez uma “despatologização burocrática”. Somente a Argentina é que dispensou na sua lei o laudo. Além do mais, manter os trans doentes favorece o lucro dos laboratórios farmacêuticos, fortalece a “cisheteronormalidade” e a “sanidade” para os cisgêneros. É importante questionarmos o protocolo do SUS que impõe aos trans que se submetam, “obrigatoriamente”, por dois anos, a testes, psicoterapias e questionários sexistas. Há estudos sérios que comprovam o “teatro” que são as psicoterapias no processo transexualizador do SUS, como o do Prof. Rodrigo Borba, que em 2016 publicou pela Fiocruz seu livro *O (des)aprendizado de si: transexualidades, interação e cuidado em saúde*. Nele são gravadas várias sessões demonstrando como os padrões dos profissionais de saúde, quanto ao que é masculino e feminino, são impostos aos pacientes de forma estereotipada para que consigam obter o laudo necessário à transição. Os trans tomam conhecimento de antemão do que deverão dizer e como se comportar para serem aceitos, visando atender às expectativas binaristas do que é ser um “transexual verdadeiro”. São esses “especialistas” cisgêneros que farão o diagnóstico que dirá quem ele/a é e se poderão ou não mexer em seus corpos. Essa visão é binarista e autoritária, igualando a todos e não reconhecendo nuances e diferenças.

Ser um “disfórico de gênero” pode também ser visto por alguns trans como uma isenção de responsabilidade sobre sua própria condição. Entretanto, aceitar esse rótulo é abrir mão da sua própria autonomia,

Outra consequência grave de considerar a transexualidade uma patologia, colocando o gênero como uma categoria diagnóstica, é a pressão exercida sobre crianças e adolescentes trans, que são levados a se ver como doentes. É muito séria a internalização da transfobia, transformando o sofrimento de seres frágeis, ainda em formação, em alvos merecedores de punição ou praticantes de pecado. Como diz um amigo meu: “ser patologizado é fazer escambo com sua dignidade, é autorizar outrem a tutelar nossas vidas e corpos, é doar aos nossos inquisidores e carrascos o chicote que nos violenta com suas definições, laudos, testes, comprovações e todas as artimanhas”.

“Há algum tempo o DSM vem sendo anali-

sado como uma peça de controle social, discurso moralista disfarçado em pele científica. Por que psiquiatras insistem em falar e normatizar questões que dizem respeito ao direito do sujeito à autodeterminação? ” (Bento, 2016).

Acrescento algumas conclusões da Dra. Berenice Bento do seu pós-doc nos Estados Unidos sobre o GT que estuda o DSM5:

“A composição do GT transtornos sexuais e de identidade de Gênero do grupo de estudos e de consultores é basicamente formada por pesquisadores estadunidenses e psiquiatras. E há um total desinteresse por outros contextos culturais e significados para as múltiplas expressões de gênero; a concepção de gênero está fundada na noção dimórfica dos corpos sexuais; as referências bibliográficas são endogâmicas, os membros do GT citam uns aos outros, resultando na produção intencional de um cânone; ausência de qualquer validade científica. Não existe nenhuma pesquisa aceita que assegure a determinação biológica para a origem das identidades do gênero, conforme o próprio GT reconhece e, por fim, a dimensão violenta do texto está em tentar ler a diversidade das expressões de gênero pela lupa de uma cultura específica.”

8. O que você diria hoje para alguém que está iniciando o processo pelo qual você passou? E o que diria para os familiares que acompanharão essa trajetória de vida?

João W. Nery: Orgulhem-se de serem transexuais, pois somos resistência ao biopoder, Nossos corpos são políticos, pura transcendência de querer ser o que desejamos. Nascemos como uma flor rara do pântano desta hipocrisia social que, preocupada em se definir como “normal”, aponta o dedo em riste para nos culpar, adoentar, visando enfatizar a genitalização como responsável pela definição do gênero, alegando uma naturalização e uma universalidade fictícia para discriminar, lucrar, hierarquizar e se tornarem possuidores de um biopoder ilusório de perfeição. Quanto aos familiares confusos, aconselharia procurar grupos de pais que há no *Facebook* (em todos os estados), como os da Mães pela Diversidade (<https://www.facebook.com/groups/842555495786499/>), que dão apoio e esclarecimentos aos pais de LBGTs.

9. Considerações finais

João W. Nery: Como escritor e ativista sigo

na perspectiva de que minha experiência e meu testemunho possam colaborar para a *(trans) formação* da subjetividade das novas gerações, construindo uma sociedade mais aberta, democrática e respeitosa aos direitos da diversidade, em que cada um, enfim, poderá ser livre para dizer: “Eu sou o que eu quiser”.

Raquel Simone Varaschin - Psicóloga.

Pós-graduada em Sexualidade Humana, formação em terapia de casal e pós-graduada e especialista em Neuropsicologia. Vice-presidente da SBRASH - Gestão 2016-2017. Membro da ISSM, SLAMS e FLASSES.

Contato

http://www.youtube.com/playlist?list=PL6A63F8F265F760DF&action_edit=1&feature=view_al.

Alguns artigos:

<https://independent.academia.edu/Jo%C3%A3oWalterNery>.

Perfil no FACEBOOK: <https://www.facebook.com/JWNery>

Tel: (21) 2621 7951



Filiar-se à SBRASH é acreditar na força do coletivo em prol da formação de um espaço idôneo e comprometido com o saber científico em defesa da saúde sexual e dos direitos sexuais. A filiação poderá ser como associado individual ou institucional e deverá estar de acordo com nosso Estatuto Social. Mais informações em nosso site www.sbrash.org.br.

A SBRASH conta com sua participação efetiva nesse processo de construção de uma rede nacional incentivadora da produção do saber, de reflexões, de atitudes solidárias, das trocas de conhecimentos e experiências entre profissionais e instituições afinadas com nossa missão. Venha compartilhar conosco. Acesse: <http://goo.gl/v2TeFR> - Informe-se, associe-se!

Bem-vindos(as) à SBRASH!

s↑brash
↓